

# ESTUDOS TÉCNICOS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL

## HORTO MUNICIPAL, GAIVOTAS E ANDORINHAS

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ-PR

CONTRATANTE:

PSC EMPREENDIMENTOS LTDA.

JANEIRO DE 2019



**Projeto Ambiental**

☎ 41 3042-36 89 41 9 9194-2006

🏠 Rua Jovino do Rosário, 1392, Curitiba, PR

**Atualizações/Revisão interna**

<b>Data</b>	<b>Elaboração/Revisão</b>	<b>Responsável</b>
02/01/2019	Elaboração do documento	José Renato
04/01/2019	Revisão	José Renato
07/01/2019	Revisão (R2)	José Renato
07/01/2019	Revisão (R3)	José Renato
08/01/2019	Revisão (R4) – Considerações finais	Rodrigo Bicudo
08/01/2019	Revisão (R5) – Considerações finais	José Renato
09/01/2019	Revisão (R6) – apresentação, objetivos, etc.	José Renato
10/01/2019	Revisão (R7) – equipe técnica	José Renato
11/01/2019	Revisão (R8) – mapa UC's	José Renato
14/01/2019	Revisão (R9) - Final	José Renato
15/01/2019	Revisão (R10) – Final mapa de vegetação	José Renato
11/02/2019	Revisão (R11) Pág. 2, 3 e 4; Pág 17; MAPA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; pág. 36; pág 41; PÁG 50. PÁG 51; PÁG. 57; PÁG. 60; PÁG. 64; PÁG. 83; PÁG. 106 (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO)	José Renato
06/03/2019	Revisão (R12) Revisão Aline	José Renato
06/03/2019	Revisão (R13) Revisão itens Mercedes	José Renato
15/03/2019	Revisão (R14)	José Renato
01/04/2019	Revisão (R15)	José Renato
21/10/2019	Revisão (R19)	José Renato
<b>Pendências:</b>		

---

## Sumário

1.	Apresentação.....	11
2.	Identificação do contratante .....	11
3.	Identificação da Empresa Responsável pelo Estudo .....	11
4.	Dados dos Responsáveis Técnicos.....	12
5.	Objetivo .....	13
6.	Justificativa .....	13
7.	Introdução .....	14
8.	Localização.....	19
9.	Caracterização Biológica.....	21
9.1.	Vegetação .....	21
9.1.1.	Caracterização fitogeográfica .....	21
9.1.1.1.	Formações Pioneiras .....	25
9.1.1.2.	Formação Pioneira com Influência Marinha – Restinga.....	27
9.1.1.3.	Floresta Ombrófila Densa .....	30
9.1.2.	Metodologia .....	33
9.1.2.1.	Levantamento florístico.....	33
9.1.2.2.	Levantamento fitossociológico.....	33
9.1.3.	Resultados e discussão .....	37
9.1.3.1.	Caracterização Florística.....	40
9.1.3.2.	Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção .....	49
9.1.3.3.	Levantamento fitossociológico.....	50
9.1.3.4.	Enquadramento sucessional .....	52
9.1.4.	Considerações Finais .....	55
9.2.	Fauna .....	55
9.2.1.	Hepetofauna .....	58
9.2.1.1.	Protocolo de amostragem .....	58
9.2.1.2.	Resultados e discussão .....	59
9.2.2.	Avifauna .....	65
9.2.2.1.	Protocolo de amostragem.....	65



9.2.2.2.	Resultados e discussão .....	66
9.2.2.3.	Considerações finais .....	80
9.2.3.	Mastofauna.....	80
9.2.3.1.	Protocolo de amostragem .....	80
9.2.3.2.	Resultados e Discussão.....	81
9.2.4.	Considerações Finais .....	84
10.	Caracterização do meio físico.....	85
10.1.	Aspectos climáticos .....	85
10.2.	Aspectos hídricos.....	88
10.3.	Aspectos geológicos e geomorfológicos.....	94
10.4.	Aspectos pedológicos e processos erosivos .....	99
10.5.	Considerações finais do meio físico.....	103
10.6.	Atributos naturais.....	103
11.	Caracterização socioeconômica .....	108
11.1.	Aspectos socioeconômicos do município de paranaguá.....	108
11.1.1.	Uso e ocupação da Terra .....	110
11.1.2.	Características populacionais e econômicas .....	113
11.2.	Características socioeconômicas do entorno das áreas de estudo.....	115
11.2.1.	Uso e ocupação da Terra Atual.....	117
11.2.2.	Infraestrutura existente.....	119
11.2.3.	Equipamentos urbanos.....	119
11.2.4.	Rede de esgoto .....	120
11.2.5.	Rede d'água .....	120
11.2.6.	Rede de energia elétrica.....	120
11.2.7.	Coleta de resíduos sólidos .....	120
11.2.8.	Rede pluvial / Arruamento .....	121
11.2.9.	Equipamentos comunitários.....	121
11.2.10.	Cultura, educação, saúde, lazer.....	121
11.2.11.	Infraestrutura para a Unidade de Conservação – Modalidade de Parque Ambiental .....	121
11.2.12.	Impactos sobre as atividades produtivas .....	122
11.2.13.	Comparação entre os dados disponibilizados pelo IBGE e coletados em campo .....	122



11.3. Considerações finais .....	123
12. Componente indígena .....	123
12.1. O município de Paranaguá e os povos indígenas .....	123
12.2. Os MBYA <i>Guarani</i> em Paranaguá: Terra Indígena Ilha da Cotinga .....	125
12.3. Considerações sobre potenciais impactos e/ou interações na TI Ilha da Cotinga .....	126
13. Componente indígena .....	127
13.1. O município de Paranaguá e os povos indígenas .....	127
13.2. Os MBYA <i>Guarani</i> em Paranaguá: Terra Indígena Ilha da Cotinga .....	129
13.3. Considerações sobre potenciais impactos e/ou interações na TI Ilha da Cotinga .....	130
14. Restrições ambientais.....	131
15. Potencial para Visitação .....	133
16. Considerações finais e considerações quanto a categorização da área em estudo .....	134
17. Referência.....	134
17.1. Fauna .....	135
17.2. Flora .....	140
17.3. Meio Físico.....	140
17.4. Meio sócioeconômico.....	142
17.5. Componente indígena .....	142
18. anexos.....	143
18.1. Planilha de dados brutos de campo do levantamento fitossociológico.....	143
18.2. ART's .....	146



## Lista de Figuras

Figura 1. Categorias das áreas de Proteção Integral e de Unidades de Uso Sustentável e seus usos. Fonte: Panasolo; Peters; Nunes, 2006. ....	15
Figura 2. Complexo estuarino de Paranaguá (CEP) dividido por setores (1, 2, 3, 4 e 5) e sub-estuários (6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12). 1 – Setor de Mistura; 2 – Baía de Paranaguá; 3 – Baía de Antonina; 4 – Baía de Laranjeiras; 5 – Baía de Pinheiros; 6 – Sub-estuário Cotinga; 7 – Sub-estuário Nhundiquara; 8 – Subestuário Cachoeira; 9 – Sub-estuário Medeiros; 10 – Sub-estuário Itaquí; 11 – Sub-estuário Benito; e 12 – Sub-estuário Guaraqueçaba. Área de estudo destacada em vermelho. Adaptado de NOERNBERG <i>et al.</i> (2006). ....	23
Figura 3. Perfis esquemáticos das Formações Pioneiras sob influência Marinha, Flúvio-marinha e Fluvial. Fonte: IBGE (2012). ....	26
Figura 4. Perfil esquemático de Floresta Ombrófila Densa. Fonte: IBGE (2012). ....	31
Figura 5. Localização das unidades amostrais. Adaptado de Google Earth, 2018. ....	34
Figura 6. A: Demarcação com fita zebreada em campo de centro da parcela de 10x20m utilizada para amostragem fitossociológica; B: Tomada de dados dendométricos de árvores levantadas no levantamento fitossociológico. ....	35
Figura 7. Vista geral externa de Fragmento florestal em área de transição de Restinga Arbórea com Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixas. ....	38
Figura 8. A Vista geral externa de Fragmento florestal em área de transição de Restinga Arbórea com Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixas; B: Vista interna de Fragmento florestal em área de transição de Restinga Arbórea com Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixas. ....	38
Figura 9. A: Vista externa do fragmento de restinga arbórea e presença de ocupação humana no entorno; B: Vista externa de fragmento de restinga arbórea com presença de ocupação humana ao fundo. ....	40
Figura 10. A: Vista interna da floresta com evidência de corte seletivo de árvores; B: Vista interna da floresta onde é possível observar extração da espécie ameaçada de extinção <i>Euterpe edulis</i> (palmiteiro). ....	40
Figura 11. A Vista externa de fragmento primário de Restinga Arbórea não inundável, onde é possível se observar a presença de indivíduos arbóreos de grande porte; B: Vista externa de fragmento primário de Restinga Arbórea inundável em clímax edáfico. Observar a morte de indivíduos arbóreos devido as condições hidromórficas do solo. ....	41
Figura 12. A: Indivíduo de grande porte da espécie <i>Calophyllum brasiliense</i> (guanandi) no interior da mata; B: Abundância e diversidade de epífitas no interior da mata. ....	41



- Figura 13. A: Presença de bromélias terrícolas no interior da mata; B: Abundância e diversidade de epífitas no interior da mata.....42
- Figura 14. A: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Ilex dumosa* (caúna), espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata; B: Detalhe de casca interna e externa de *Pseudobombax grandiflorum* (embiruçu) espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata. ....42
- Figura 15. A: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Garcinia gardneriana* (bacupari), espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata; B: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Aniba firmula* (canela-de-cheiro), espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata.....43
- Figura 16. A: Detalhe flor, casca interna e externa de *Spirotheca rivieri passifloroides*, espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata; Detalhe de folha, casca interna e externa de *Pera glabrata* (seca-ligeiro), espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata. ....43
- Figura 17. A: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Calophyllum brasiliense* (olandi), espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata; B: Detalhe casca interna e externa de *Tapirira guianensis* (copiúva), espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata. ....44
- Figura 18. A: Indivíduo da palmeira *Geonoma scotiana* (gamiova) ocorrendo no sub-bosque da mata; B: Detalhe do fruto da da palmeira *Geonoma schottiana* (gamiova) ocorrendo no sub-bosque da mata. ....44
- Figura 19. A: Detalhe de frutificação da palmeira tucum (*Bactris setosa*) ocorrendo no sub-bosque da mata; B: *Neea pendulina*, espécie de arbusto presente na área de estudo.....45
- Figura 20. A: Presença de *Podocarpus sellowii* (pinheiro-bravo), regenerando no interior da floresta; B: Detalhe de folha e fruto da espécie *Eugenia umbelliflora* (bagaçu), espécie de arvoreta relativamente comum no local. ....45
- Figura 21. A: *Pecluma paradiseae*, espécie de samambaia herbácea ocorrendo de forma esporádica no solo da mata; B: *Coccocypselum cordifolium* (erva-de-rato), espécie herbácea frequente no solo da floresta. ....46
- Figura 22. A: *Anthurium lefgrenii* espécie de Araceae herbácea ocorrendo de forma esporádica no solo da mata; B: *Polytaenium cajenense*, espécie de samambaia herbácea ocorrendo de forma esporádica no solo da mata.46
- Figura 23. A: A: *Nidularium innocentii*, espécie de bromélia bastante comum na área tanto nos troncos das árvores quanto no solo; B: *Nidularium procerum*, espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica nos troncos das árvores e solo da floresta.....47
- Figura 24. A: *Peperomia pereskiiifolia* (erva-de-vidro), espécie de epífita ocorrendo de forma abundante no local; B: *Vriesea incurvata*, espécie de bromélia ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da mata. ...47



Figura 25. A: <i>Vriesea carinata</i> , espécie de bromélia ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da floresta; B: <i>Vriesea ensiformis</i> , espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica no interior da floresta. ...	48
Figura 26. A: <i>Vriesea gigantea</i> , espécie de bromélia ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da floresta; B: <i>Aechmea pectinata</i> , espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica no interior da floresta. .	48
Figura 27. A: <i>Aechmea caudata</i> , espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica como epífita no interior da floresta; B: <i>Maxillaria ochorleuca</i> , espécie de orquídea ocorrendo de forma esporádica no interior da mata...	48
Figura 28. A: <i>Epidendrum secundum</i> , espécie de orquídea ocorrendo de forma esporádica como epífita no interior da floresta; B: <i>Epidendrum nocturnum</i> , espécie de orquídea ocorrendo de forma esporádica como epífita no interior da mata.....	49
Figura 29. A: <i>Rhipsalis elliptica</i> , espécie de Cactaceae ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da floresta; B: <i>Philodendron corcovadense</i> , espécie de Araceae frequente como epífita no interior da mata. ....	49
Figura 30. Curva Coletora. ....	50
Figura 31. Análise dos Grupos ecológicos. ....	55
Figura 32. A: <i>Leptodactylus latrans</i> (rã); B: <i>Adenomera nana</i> (rãzinha). ....	61
Figura 33. A: <i>Dendropsophus berthelutzae</i> (perereca); B: <i>Dendropsophus weneri</i> (perereca). ....	61
Figura 34. A: <i>Dendropsophus elegans</i> (perereca); B: <i>Dendrophryniscus leucomystax</i> (sapinho). ....	62
Figura 35. A: <i>Rhinella abei</i> (sapo); B: <i>Scinax tymbamirim</i> (perereca). ....	62
Figura 36. A: <i>Dipsas albifrons</i> (cobra); B: <i>Erythrolamprus miliaris</i> (cobra-d'água). ....	65
Figura 37. A: <i>Aphantochroa cirrhochloris</i> (beija-flor-cinza); B: <i>Caracara plancus</i> (carcará). ....	76
Figura 38. A: <i>Cacicus haemorrhous</i> (guaxe); B: <i>Cathartes aura</i> (urubu-cabeça-vermelha). ....	76
Figura 39. A: <i>Cnemotriccus fuscatus</i> (guaracavuçu); B: <i>Conopias trivirgatus</i> (bem-te-vi-pequeno).....	77
Figura 40. A: <i>Dendrocolaptes platyrostris</i> (arapaçu-grande); B: <i>Florissuga fusca</i> (beija-flor-preto). ....	77
Figura 41. A: <i>Manacus manacus</i> (rendeira); B: <i>Columbina talpacoti</i> (rolinha-roxa).....	78
Figura 42. A: <i>Myiopagis caniceps</i> (guaracava-cinzenta); B: <i>Cyanocorax caeruleus</i> (gralha-azul). ....	78
Figura 43. A: <i>Phylloscartes kronei</i> (maria-da-restinga); B: <i>Patagioenas cayennensis</i> (pomba-galega).....	79
Figura 44. A: <i>Saltator similis</i> (trinca-ferro); B: <i>Pipraeidea melanonota</i> (saíra-viúva).....	79
Figura 45. A: <i>Tangara cyanocephala</i> (saíra-militar); B: <i>Tachyphonus coronatus</i> (tié-preto). ....	80
Figura 46. <i>Cerdocyon thous</i> (graxaim). ....	81
Figura 47. Temperatura média anual máxima e mínima na região litorânea do estado do Paraná. Fonte: Adaptado de AGUASPARANA (2017). ....	86



Figura 48. Chuvas acumuladas durante os meses entre os anos de 2013 e 2018. Fonte: INMET, 2018. ....	87
Figura 49. Bacias hidrográficas do estado do Paraná. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Instituto das Águas do Paraná. ....	89
Figura 50. Resumo das características da Bacia Hidrográfica Litorânea. Fonte: SEPL, SEAB, SEED & SESA, 2012. ....	91
Figura 51. Cursos d'água nas proximidades das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto. Fonte: Elaboração própria a partir de softwares de geoprocessamento. ....	93
Figura 52. Corpo hídrico no interior das áreas Andorinhas e Gaivotas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ITCG, levantamento topográfico e vistorias de campo. ....	94
Figura 53. Regiões geográficas naturais do estado do Paraná segundo Maack (1968), com ênfase para a região litorânea. (03) Primeiro Planalto; (04) Serra do Mar; (05) Zona Litoral – 5a Orla Marinha; 5b Orla da Serra. Fonte: Muehe, 2006. ....	95
Figura 54. Configuração do litoral paranaense com sua planície recortada por baías e ilhas costeiras. Fonte: Elaboração própria a partir de softwares de geoprocessamento. Imagem orbital satélite GeoEye datada de 19 de maio de 2018. ....	96
Figura 55. Áreas de Andorinhas, Gaivotas e Horto sobre mapeamento geológico realizado por (A) Paraná, 2006 e (B) Paraná (2002). Fonte: Elaboração própria a partir dos mapas geológicos de Paraná (2002 e 2006). ....	96
Figura 56. A: Perfil geológico das áreas de estudo; B: Paisagem das áreas de estudo. Fonte: Vistoria de campo. ....	97
Figura 57. Classes de solo na região litorânea do Paraná. Fonte: AGUASPARANA (2017). ....	99
Figura 58. Áreas aptas e inaptas na região litorânea do Paraná, com destaque para as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto. Fonte: Adaptado de AGUASPARANA (2017). ....	100
Figura 59. Parque Estadual do Palmito, anterior a recategorização e ampliação. ....	105
Figura 60. Parque Estadual do Palmito e sua ampliação. Fonte: <a href="https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&amp;codAto=174121&amp;indice=1&amp;totalRegistros=61&amp;anoSpan=2017&amp;anoSelecionado=2017&amp;mesSelecionado=6&amp;isPaginado=true">https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&amp;codAto=174121&amp;indice=1&amp;totalRegistros=61&amp;anoSpan=2017&amp;anoSelecionado=2017&amp;mesSelecionado=6&amp;isPaginado=true</a> ....	106
Figura 61. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal. ....	107
Figura 62. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal. ....	107
Figura 63. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal. ....	107
Figura 64. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal. ....	108



Figura 65. Índice de Desenvolvimento Humano do município entre 1991 ao censo demográfico realizado em 2010.....	113
Figura 66. Presença de equipamentos urbanos nos domicílios recenseados. ....	114
Figura 67. Esquerda: Produção de culturas temporárias no município de Paranaguá. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPARDES (2018); Direita: Produção de culturas temporárias no município de Paranaguá. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPARDES (2018).....	115
Figura 68: Localização da zona de pesquisa socioeconômica. ....	116
Figura 69. Esquerda: Sexo dos entrevistados; Direita: Idade dos entrevistados. ....	116
Figura 70. Fonte de renda dos entrevistados.....	117
Figura 71. Porcentagem de uso e ocupação da Terra na zona de pesquisa do presente estudo. ....	118
Figura 72. Classes de Uso e Ocupação da Terra. Fonte: Elaboração própria a partir de softwares de geoprocessamento. ....	119
Figura 73. A: rede de energia elétrica na rua principal de acesso as áreas de estudo. B: Residência sem rede de energia elétrica.....	120
Figura 74. A: vala aberta para escoamento das águas pluviais e anilhas que seriam utilizadas para construção da rede; B: Rua de acesso as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto. ....	121
Figura 75. Posição quanto a criação de parques ambientais na região. ....	122
Figura 76. Flora exuberante e bem conservada. ....	133
Figura 77. A: Presença de árvores de grande porte; B: Área com possibilidade de abertura de trilhas.....	133

### Lista de Tabelas

Tabela 1. Dados dendométricos do levantamento fitossociológico. ....	51
Tabela 2. Parâmetros de enquadramento sucessional para classificação de vegetação ocorrente em área de transição Floresta de Restinga – Floresta Ombrófila Densa, conforme Resolução CONAMA Nº 417/2009. ....	52
Tabela 3. Dados do levantamento fitossociológico para a área Horto Florestal .....	53
Tabela 4. Anfíbios registrados ou de possível ocorrência nas áreas de influência das áreas dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR. ....	59
Tabela 5. Répteis registrados ou de possível ocorrência nas áreas de influência dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR. ....	63
Tabela 6. Espécies de aves registradas através de bibliografia e em campo nas áreas dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR, classificadas o grau de endemismo e sensibilidade à alteração ambiental. Nomenclatura (científica e vernácula) e ordenação taxonômica de acordo com Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2014). ....	66
Tabela 7. Lista das espécies de mamíferos de possível ocorrência e registrados durante o levantamento da fauna das áreas dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR. ....	82
Tabela 8. Classes de uso e ocupação da terra no município de Paranaguá segundo mapeamento do ITCG. ....	111
Tabela 9. Classes de uso e ocupação da Terra na zona de pesquisa das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto. ....	118

### Lista de Mapas

Mapa 1. Unidades de Conservação. ....	17
Mapa 2. Localização. ....	20
Mapa 3. Fitogeográfico. ....	24
Mapa 4. Vegetação. ....	39
Mapa 5. Hidrográfica. ....	92
Mapa 6. Geologia. ....	98
Mapa 7. Pedologia. ....	102
Mapa 8. Localização no município de Paranaguá-PR. ....	109
Mapa 9. Uso e ocupação da terra. ....	112
Mapa 10. Restrições ambientais. ....	132



## 1. APRESENTAÇÃO

O presente documento contempla os estudos técnicos necessários para criação de Unidade de Conservação, incluindo a caracterização biológica, caracterização do meio físico, potencial para visitação e caracterização socioeconômica, nas áreas dos parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Municipal.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATANTE

- **Empresa:** PSC EMPREENDIMENTOS LTDA.
- **CNPJ/MF nº:** 08.980.418/0001-14
- **Endereço:** Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº, Parque Agari, Paranaguá / Pr, CEP 83.215-000

## 3. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

- **Empresa:** PROJETO AMBIENTAL CONSULTORIA LTDA ME.
- **CNPJ/MF nº:** 20.102.757/0001-01
- **Endereço:** Avenida Pedro Galeazi, 770, Vila Sedenho, Araraquara/SC - CEP 14.806-015.
- **Representante Legal:** Cássio Daltrini Neto; José Renato Celoni Dombroski
- **CPF/MF:** 300.333.248-16; 051.006.439-60
- **Conselho de Classe:** CRBio-SP nº: 1450/01



#### 4. DADOS DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Profissional	Função	Qualificação	Registro	Assinatura
José Renato Celoni Dombroski	Coordenação geral dos estudos técnicos e responsável técnico pelo laudo de fauna	Biólogo	CRBio nº 050481/03-D	
Cássio Daltrini Neto	Flora	Biólogo Msc.	CRBio nº 075497/03-D	
Aline Pires Mateus	Geoprocessamento, meio físico e socioeconômico	Geógrafa Msc.	CREA SC nº 120723-8	
Rodrigo Bicudo	Categorização da unidade de conservação	Biólogo	CRBio nº 88367/03-D	
Pedro Fortes	Componente Indígena e comunidades tradicionais	Historiador Msc. em antropologia	...	
Nicollas Wrubleski	Auxiliar de campo	Estagiário	...	

## 5. OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo apresentar os estudos técnicos necessários para criação de Unidade de Conservação, incluindo a caracterização biológica, caracterização do meio físico, potencial para visitação e caracterização socioeconômica nas áreas dos parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Municipal, localizadas no município de Paranaguá-PR, devidamente registradas conforme R. nº 4 da matrícula 19.754, datado de em 09 de agosto de 1985.

## 6. JUSTIFICATIVA

A Lei Complementar Nº 060, de 23 de agosto de 2007, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá, no seu Artigo 81, condiciona a autorização de empreendimentos e atividades que causam grande impacto urbanístico e ambiental à elaboração e à aprovação de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), estando a aprovação do empreendimento condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e às demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

Em conformidade com a legislação, no ano de 2015, foi firmado Termo de Compromisso Urbanístico – EIV, em conformidade com a Lei nº 2822 de 03 de dezembro de 2007, entre a empresa PSC empreendimentos LTDA. e a Prefeitura Municipal de Paranaguá como forma de minimização dos impactos decorrentes da implantação de empreendimento denominado “Shopping Ilha do Mel”. Três anos depois, através de Aditivo ao Termo de Compromisso Urbanístico – EIV, celebrado e firmado em 17 de julho de 2018, o empreendedor, denominado compromissário, conforme cláusula 2.2, item b, (v), ficou condicionado, entre outros, a apresentar estudos técnicos para criação de unidade de conservação municipal nas áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal.

## 7. INTRODUÇÃO

A ideia de Unidades de Conservação surge da necessidade vislumbrada por alguns, ainda no século XIX, de proteger espaços representativos do território para preservar e conservar recursos e belezas para as futuras gerações, compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente (PANASOLO; PETERS; NUNES, 2006). A conservação das comunidades biológicas intactas é o modo mais eficaz de preservação da diversidade biológica como um todo. Uma das medidas mais controversas na preservação de comunidades biológicas é o estabelecimento de áreas legalmente protegidas. Até 1993, um total de 8.619 áreas protegidas tinha sido instituído em todo o mundo, num total de 7.992,660 Km<sup>2</sup>, o que representa apenas 5,9% da superfície seca da terra (PRIMACK & RODRIGUES, 2006). A primeira unidade de conservação criada oficialmente no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, no limite dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (MMA, 2010). Já o maior Parque brasileiro é o Parque Nacional do Jaú -AM com 22.720 Km<sup>2</sup> (PRIMACK & RODRIGUES, 2006).

As áreas protegidas são criadas para garantir a sobrevivência de todas as espécies de animais e plantas, a chamada biodiversidade, e também para proteger locais de grande beleza cênica, como montanhas, serras, cachoeiras, canyons, rios ou lagos. Além de permitir a sobrevivência dos animais e plantas, essas áreas contribuem para regular o clima, abastecer os mananciais de água e proporcionar qualidade de vida as populações humanas (PROCHNOW, 2009).

Conforme MMA (2010), as áreas protegidas são espaços de terra ou mar especialmente dedicados à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais e técnicos. As mais conhecidas são as unidades de conservação (UCs), espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação da natureza. Possuem limites definidos e um regime especial de administração, com garantias de proteção.

Já, os autores do roteiro para criação de Unidades de Conservação Municipais (MMA, 2010), entendem que as unidades de conservação podem ser entendidas como uma maneira especial de ordenamento territorial, e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e socioambiental, reforçando o papel sinérgico das UC no desenvolvimento econômico e socioambiental local.

No Brasil, as categorias de unidades e os objetivos estão definidos na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC instituiu dois grandes grupos de unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (PROCHNOW, 2009). Os grupos de Proteção Integral e de Uso Sustentável são subdivididas em 12 categorias



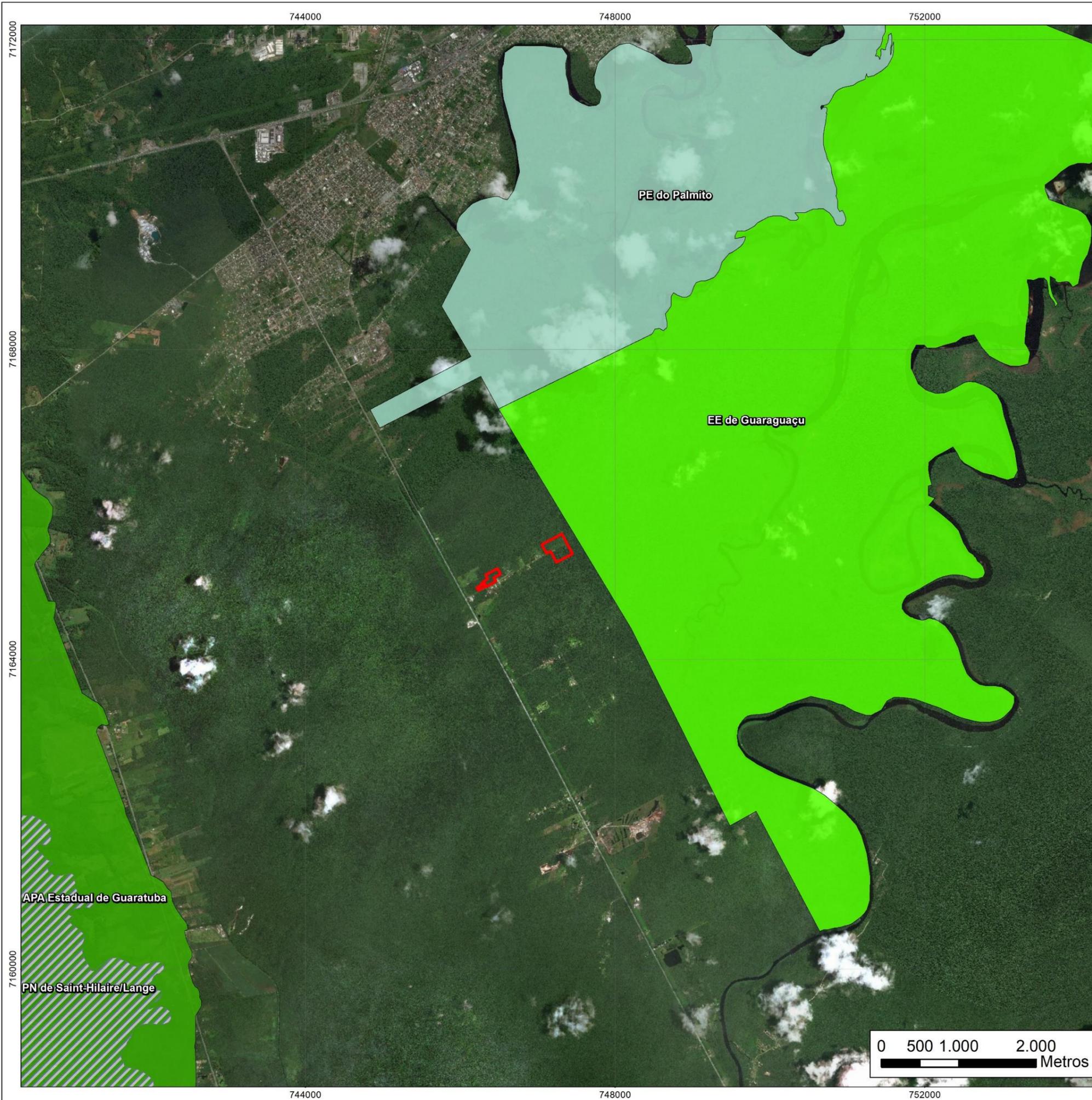
disciplinadas pela Lei nº 9.985, com diferentes objetivos, de domínio público ou privado, abertas ou não a visitação, ocupação humana ou intervenções, conforme ilustra a Figura 1.

		Categoria	Disciplina Legal Lei 9985	Objetivo principal	Domínio	Visitação	Ocupação humana	Intervenção
P R O T E Ç Ã O  I N T E G R A L	1	Estação Ecológica	Art. 9º	Preservação e pesquisa	Público	Só educacional	Não	Restauração Manejo
	2	Reserva Biológica	Art. 10	Preservação integral da biota	Público	Só educacional	Não	Não permitida
	3	Parque Nacional	Art. 11	Preservação, Pesquisa, educação, recreação e ecoturismo	Público	Permitida	Não	Plano Manejo
	4	Monumento Natural	Art. 12	Preservação de sítios naturais raros e beleza cênica	Público ou Privado	Restrita	Sim	Plano Manejo
	5	Refúgio da Vida Silvestre	Art. 13	Proteger locais de abrigo flora e fauna	Público ou Privado	Restrita	Sim	Plano Manejo
U S O  S U S T E N T Á V E L	6	APA Área extensa	Art. 15	Proteger biodiversidade e disciplinar ocupação do solo	Público ou Privado	Restrita Proprietário	Sim	Limitada
	7	ARIE Pequena extensão	Art. 16	Proteger exemplares raros e regular uso	Público ou privado	Restrita	Pouca ou nenhuma	Limitada
	8	FLONA	Art. 17	Uso múltiplo recursos florestais	Público	Restrita	Populações Tradicionais já residentes	Plano de Manejo
	9	RESEX	Art. 18	Proteger meio de vida e cultura de Populações Tradicionais	Público / uso cedido Populações Tradicionais	Permitida	Sim Populações Tradicionais	Uso sustentável Populações Tradicionais
	10	Reserva de Fauna	Art.19	Pesquisa e Manejo Fauna	Público	Permitida	Não	Comercialização permitida
	11	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Art. 20	Preservar natureza e condições de vida	Público	Permitida e Incentivada	Sim	Plano de Manejo
	12	RPPN	Art. 21	Conservar biodiversidade	Privado	Turismo, recreação e Educação Amb.Proprietário	Não	Ecoturismo

Figura 1. Categorias das áreas de Proteção Integral e de Unidades de Uso Sustentável e seus usos. Fonte: Panasolo; Peters; Nunes, 2006.

Primack & Rodrigues (2006), citam três critérios que podem ser usados para estabelecer as prioridades de conservação para proteção das espécies e comunidades: Diferenciação (comunidade biológica que abriga espécies endêmicas raras); Perigo (espécies em perigo de extinção) e Utilidade (espécies que tem valor para as pessoas). Para Prochnow (2009), entre os objetivos das unidades de conservação, destacam-se: Manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; Proteção das espécies ameaçadas de extinção; Preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e degradados; Promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; Valorização econômica e social da diversidade biológica; Proteção de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza cênica; Proteção e recuperação de recursos hídricos; Promoção da educação ambiental e do ecoturismo; Incentivo à pesquisa científica; Proteção dos recursos naturais necessários à sobrevivência das populações tradicionais.

O estado do Paraná possui 98,10% do seu território inserido no Bioma da Mata Atlântica. Atualmente, existem 119 UCs federais em todo território nacional, total ou parcialmente inseridas na área de Mata Atlântica, perfazendo 1.780.420,98 ha de UCs de Proteção Integral e 2.053.193,43 ha de UCs de Uso Sustentável. Existem ainda 225 UCs estaduais, com um total de 1.502.566,44 ha de Proteção Integral e 2.414.156,22 ha de Uso Sustentável, e 619 Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs), com um total de 130.136 ha. Juntas as UCs da Mata Atlântica representam 7.880.476,13 ha, 78.804,76 Km<sup>2</sup>, de áreas protegidas. Há ainda várias unidades de conservação municipais. O Paraná conta com 8,11% de sua área de Mata Atlântica protegida em unidades de conservação federal e estaduais (MMA, 2010). Próximo a área de estudo existem quatro unidades de conservação a saber: Parque Estadual do Palmito; Estação Ecológica do Guaraguaçu, APA Estadual do Guaratuba e Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (Mapa de Unidades de Conservação).



**Legenda**

- Áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto
- Municípios Paraná
- Paranaguá, PR

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**LEGENDA**

- Áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto
- Unidades de Conservação**
- APA Estadual do Guaratuba
- Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange
- Parque Estadual do Palmito
- Estação Ecológica do Guaraguaçu

**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S.  
 MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA:  
 SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000.  
 FONTE: SHAPEFILE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
 DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA.

Escala:	1:50.000	Folha:	A3
*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.			

<b>PROJETO AMBIENTAL</b> Rua Jovino do Rosário, 1392 Boa Vista, Curitiba, PR	RESPONSÁVEL: <hr style="width: 80%; margin: 0 auto;"/> Biólogo José Renato Dombroski
--	---

FASE DO DOCUMENTO: <input type="checkbox"/> DOCUMENTO EM PROJETO <input checked="" type="checkbox"/> DOCUMENTO FINAL	Cartografia: Geóg. Aline Pires Mateus CREA/SC 120723-8 Revisão: 00/2018	DATA: 06/03/2019
--	---	---------------------

CLIENTE: P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.	<b>ESTUDO TÉCNICO PARA          CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE          CONSERVAÇÃO ANDORINHAS,          GAIVOTAS E HORTO</b>
---	--

Ao contrário do que se pensa, as unidades de conservação não são espaços intocáveis e se mostram comprovadamente vantajosas para os municípios, tendo em vista que podem evitar ou diminuir acidentes naturais ocasionados por enchentes e desabamentos; possibilitar a manutenção da qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos; permitir o incremento de atividades relacionadas ao turismo ecológico, e proporcionar a geração de emprego e renda. Atualmente vários municípios brasileiros são abastecidos com água oriunda de unidades de conservação, comprovando a importância socioambiental destas áreas (MMA, 2010).

A necessidade de incentivar os municípios que desenvolvam ações de proteção ao meio ambiente proporcionando melhorias na qualidade de vida das suas gerações presentes e futuras, e a escassez de recursos financeiros para o gerenciamento dessas ações, mostra a necessidade de o estado criar um mecanismo financeiro que efetivamente estimule as ações ambientais (HEMPEL, 2008)

Dentro desse novo paradigma de desenvolvimento ambiental sustentável, o ICMS Ecológico, instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. A Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A parte do ICMS Ecológico referente as unidades de conservação e outras áreas protegidas é gerenciado pelo Departamento de Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do IAP (IAP, 2018).

Por conta desse quadro, conforme dispositivos legais, o município de Paranaguá resolveu destinar à equipamentos comunitários, três áreas doadas ao município quando do ato de registro do Loteamento Cometa, sendo duas para Parques (Andorinhas e Gaivotas) e uma para o Horto Parque Municipal, conforme R.º 4 da matrícula 19.754, datado de em 09 de agosto de 1985.

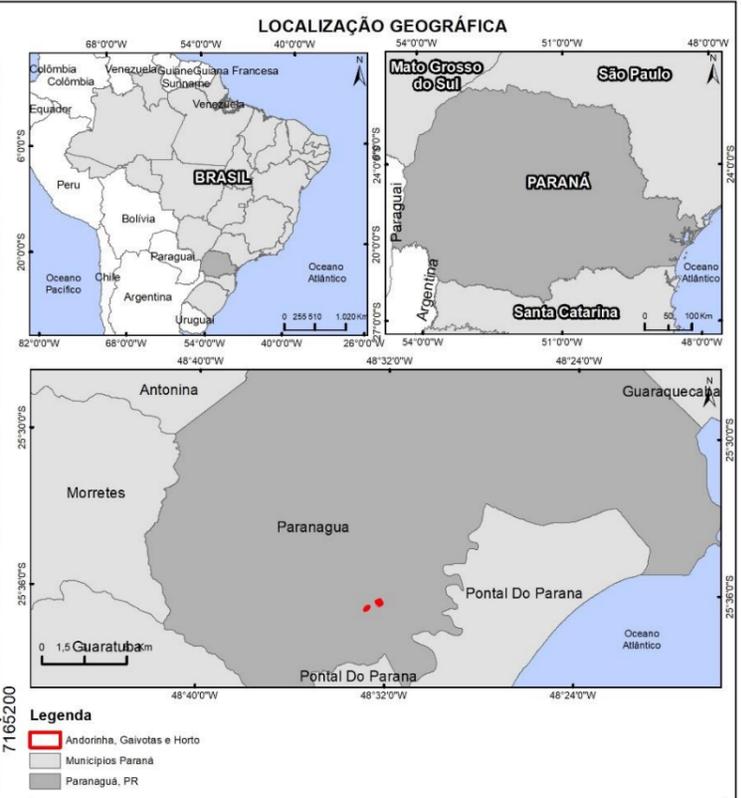
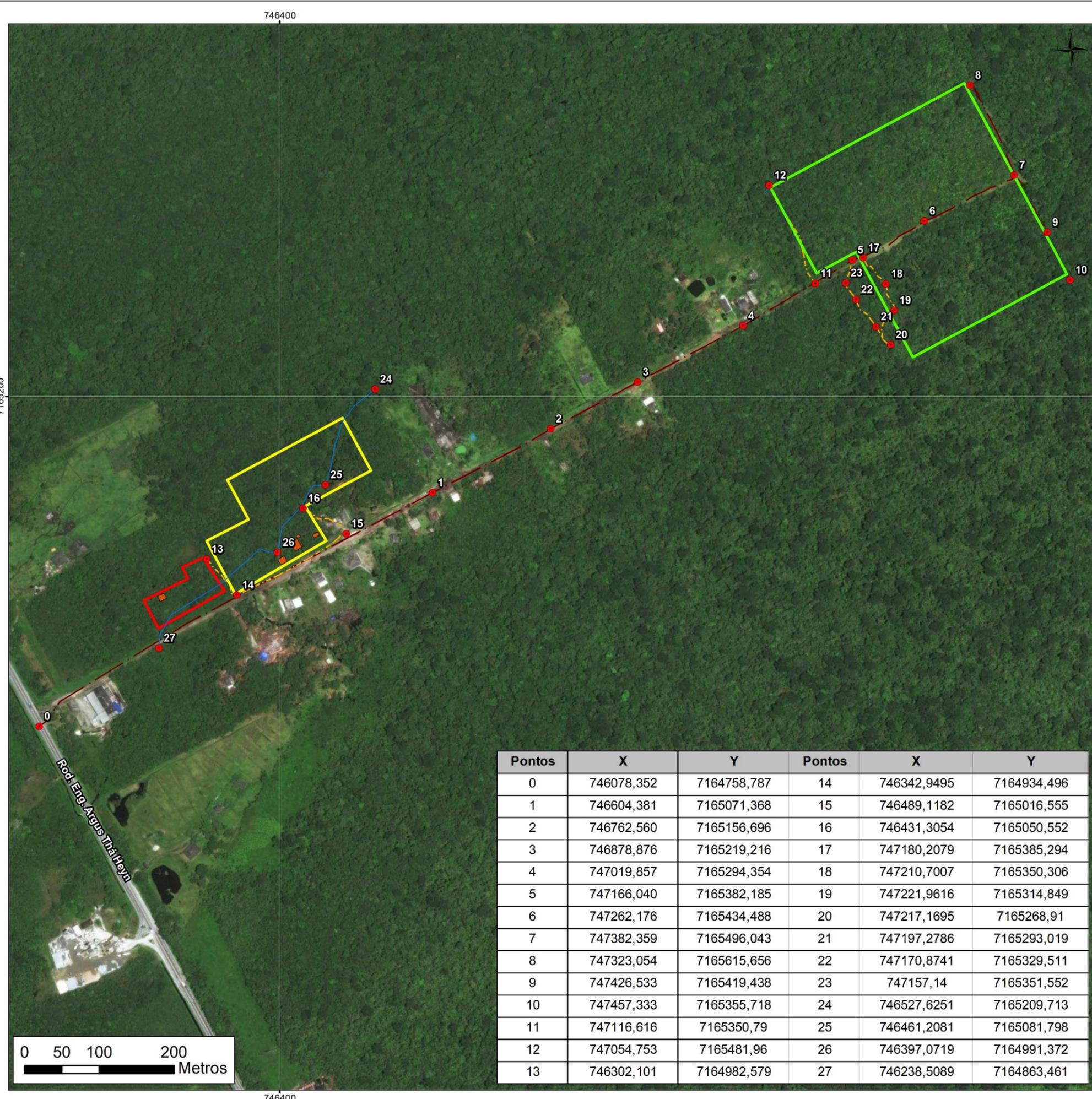
Todo processo de criação de unidade de conservação municipal deve seguir rigorosamente o Capítulo IV da Lei nº 9.985/2000 e o Capítulo I do Decreto nº 4.340/2002, devendo a criação de uma unidade de conservação estar precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento (MMA, 2010).

Os estudos técnicos podem ser elaborados pelos profissionais lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão do SISNAMA, como também por profissionais de instituições de pesquisas, ONG, consultores contratados etc. desde que a coordenação dos trabalhos fique sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente ou órgão do SISNAMA. Lembrando que estudos existentes na área podem ser aproveitados integralmente ou parcialmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, uma vez que não se justifica gastar recursos públicos em áreas que já possuem estudos técnicos suficientes (MMA, 2010).

Este documento foi elaborado conforme roteiro para criação de Unidades de Conservação Municipais do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010), concebido em linguagem acessível, de modo que os gestores ambientais e demais interessados tenham facilidade no entendimento deste tema, fornecendo todas as condições necessárias para os técnicos conduzirem todo processo de criação de unidades de conservação, no âmbito de sua instituição. Visa ainda, além de atender as diretrizes utilizadas nos processos de criação de unidades de conservação, disponibilizar um importante instrumento para que os órgãos do SISNAMA, presentes nos municípios, contribuam efetivamente para ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, colaborando para que o Brasil cumpra as metas e acordos oriundos da Convenção da Diversidade Biológica – CDB.

## **8. LOCALIZAÇÃO**

As áreas de estudo estão localizadas no município de Paranaguá, estado do Paraná, com acesso pela Rodovia Eng. Argus Thá heyn e compreendem as áreas do Parque Municipal das Gaivotas, Parque Municipal das Andorinhas e Horto Municipal, conforme ilustra o mapa de localização a seguir:



## MAPA DE LOCALIZAÇÃO



**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM). ZONA 22S.  
 MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA:  
 SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000.  
 FONTE: LIMITES ADMINISTRATIVOS IBGE/ESTADO DO PARANÁ/MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

Escala: 1:5.200      Folha: A3

\*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.

**PROJETO AMBIENTAL**  
 Rua Jovino do Rosário, 1392  
 Boa Vista, Curitiba, PR

RESPONSÁVEL:  
 Biólogo José Renato Dombroski

FASE DO DOCUMENTO:  
 DOCUMENTO EM PROJETO  
 DOCUMENTO FINAL

Cartografia: Geóg. Aline Pires Mateus  
 CREA/SC 120723-8

Revisão: 00/2018

DATA: 27/02/2019

CLIENTE:  
 P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.

ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ANDORINHAS, GAIOTAS E HORTO

Pontos	X	Y	Pontos	X	Y
0	746078,352	7164758,787	14	746342,9495	7164934,496
1	746604,381	7165071,368	15	746489,1182	7165016,555
2	746762,560	7165156,696	16	746431,3054	7165050,552
3	746878,876	7165219,216	17	747180,2079	7165385,294
4	747019,857	7165294,354	18	747210,7007	7165350,306
5	747166,040	7165382,185	19	747221,9616	7165314,849
6	747262,176	7165434,488	20	747217,1695	7165268,91
7	747382,359	7165496,043	21	747197,2786	7165293,019
8	747323,054	7165615,656	22	747170,8741	7165329,511
9	747426,533	7165419,438	23	747157,14	7165351,552
10	747457,333	7165355,718	24	746527,6251	7165209,713
11	747116,616	7165350,79	25	746461,2081	7165081,798
12	747054,753	7165481,96	26	746397,0719	7164991,372
13	746302,101	7164982,579	27	746238,5089	7164863,461

## 9. CARACTERIZAÇÃO BIOLÓGICA

### 9.1. VEGETAÇÃO

#### 9.1.1. Caracterização fitogeográfica

Os estados que compõem o Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) estão inseridos no Bioma Mata Atlântica e Pampa, incluindo diversas fisionomias florestais e ecossistemas associados (SCHÄFFER & PROCHNOW, 2002). VELOSO (1991) agrupa os contingentes florestais sul-brasileiros em três principais formações: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Decidual, cada uma com suas peculiaridades e subdivisões. Além disso, distinguem-se áreas de campos reconhecidas como Savanas e Estepes, bem como mangues e restingas, designados como Áreas de Formações Pioneiras, ou “Vegetação litorânea”.

O Estado do Paraná, com apenas 2,5% da área do território brasileiro, abrange a maioria das principais unidades fitogeográficas que ocorrem no país. Originalmente 83% de sua superfície eram cobertos por florestas. Os 17% restantes eram ocupados por formações não-florestais (campos e cerrados), completados por vegetação pioneira de influência marinha (restingas), fluviomarina (mangues) e flúvio-lacustre (várzeas), e pela vegetação herbácea do alto das montanhas (campos de altitude e vegetação rupestre) (MAACK, 1968).

Embora a cobertura vegetal fosse contínua de leste a oeste do Estado, em razão da área territorial ocupada, cinco grandes unidades fitogeográficas destacam-se no Paraná. Na porção leste do Estado, definida praticamente em toda sua extensão pela barreira geográfica natural da Serra do Mar, com altitude máxima de 1887 m, situa-se a região da Floresta Ombrófila Densa (floresta atlântica), influenciada diretamente pelas massas de ar quentes e úmidas do oceano Atlântico e pelas chuvas relativamente intensas e bem distribuídas ao longo do ano. Estão incluídas nesse caso as formações florestais da Planície Litorânea, das encostas da Serra do Mar e de parte do vale do rio Ribeira (RODERJAN et al., 1993).

A oeste da Serra do Mar ocupando as porções planálticas do Estado (em média entre 800 e 1200 m de altitude), situa-se a região da Floresta Ombrófila Mista (floresta com araucária), sem influência direta do oceano, mas igualmente com chuvas bem distribuídas ao longo do ano. A composição florística é fortemente influenciada pelas baixas temperaturas e pela ocorrência regular de geadas no inverno (RODERJAN et al., 1993).

Nas regiões norte e oeste do Estado e nos vales dos rios formadores da bacia do rio Paraná, abaixo de 800 m de altitude, define-se a região da Floresta Estacional Semidecidual (floresta estacional) onde, além da ocorrência eventual de geadas, a flora está condicionada a um período de baixa precipitação pluviométrica,

quando 20 a 50% das árvores do dossel da floresta perdem suas folhas, modificando fortemente a fisionomia da vegetação (RODERJAN et al. 2002).

Devem ser consideradas ainda como unidades fitogeográficas representativas as extensas áreas de Estepe (campos), entremeadas por capões e florestas de galeria (margens dos rios), abrangendo cerca de 14% da superfície do Estado, localizadas geralmente nas porções mais elevadas dos três planaltos paranaenses, e a Savana (cerrado), localizada nas regiões norte e nordeste, ocupando cerca de 1% da superfície. Esse tipo de vegetação, característico do planalto central brasileiro, encontra no Paraná o seu limite austral de ocorrência. A Savana e a Estepe constituem no Estado do Paraná relictos de uma condição climática semiárida anterior, associada à última glaciação (RODERJAN et al. 2002).

No restante da superfície do Estado ocorrem restingas litorâneas, manguezais, várzeas, campos de altitude e vegetação rupestre, esparsamente distribuídos em função de condicionantes ambientais, onde os solos assumem papel preponderante (RODERJAN et al. 2002).

A região de interesse do presente estudo pertence ao Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP). Localizado na planície litorânea paranaense, o mesmo engloba as Baías de Paranaguá e Antonina no eixo leste-oeste, e as Baías de Laranjeiras e Pinheiros no eixo norte-sul. Estas baías estuarinas são margeadas por 295,5 km<sup>2</sup> de cobertura vegetal de áreas úmidas, das quais ocorrem baixios, manguezais, restingas e florestas de terras baixas (NOERNBERG *et al.* 2006).

NOERNBERG *et al.* (2006) propuseram uma divisão do CEP em três níveis hierárquicos para estudos espaciais. O maior nível abrange o CEP como um todo, possuindo relevo e clima comparáveis. O segundo nível compreende cinco setores que correspondem às quatro baías, além de um setor de Mistura, formado pela confluência dos dois eixos, na proximidade da desembocadura do CEP. O terceiro e menor nível é composto por sete sub-estuários dentro dos setores, que foram delimitados considerando características morfológicas, como área de drenagem própria. O local previsto para criação das Unidade de Conservação Horto Florestal, Gaivotas e Andorinhas está localizado no setor de Mistura entre as baías de Paranaguá e Laranjeiras, mais precisamente no complexo sub-estuarino da Cotinga, destacado em vermelho na Figura 2.

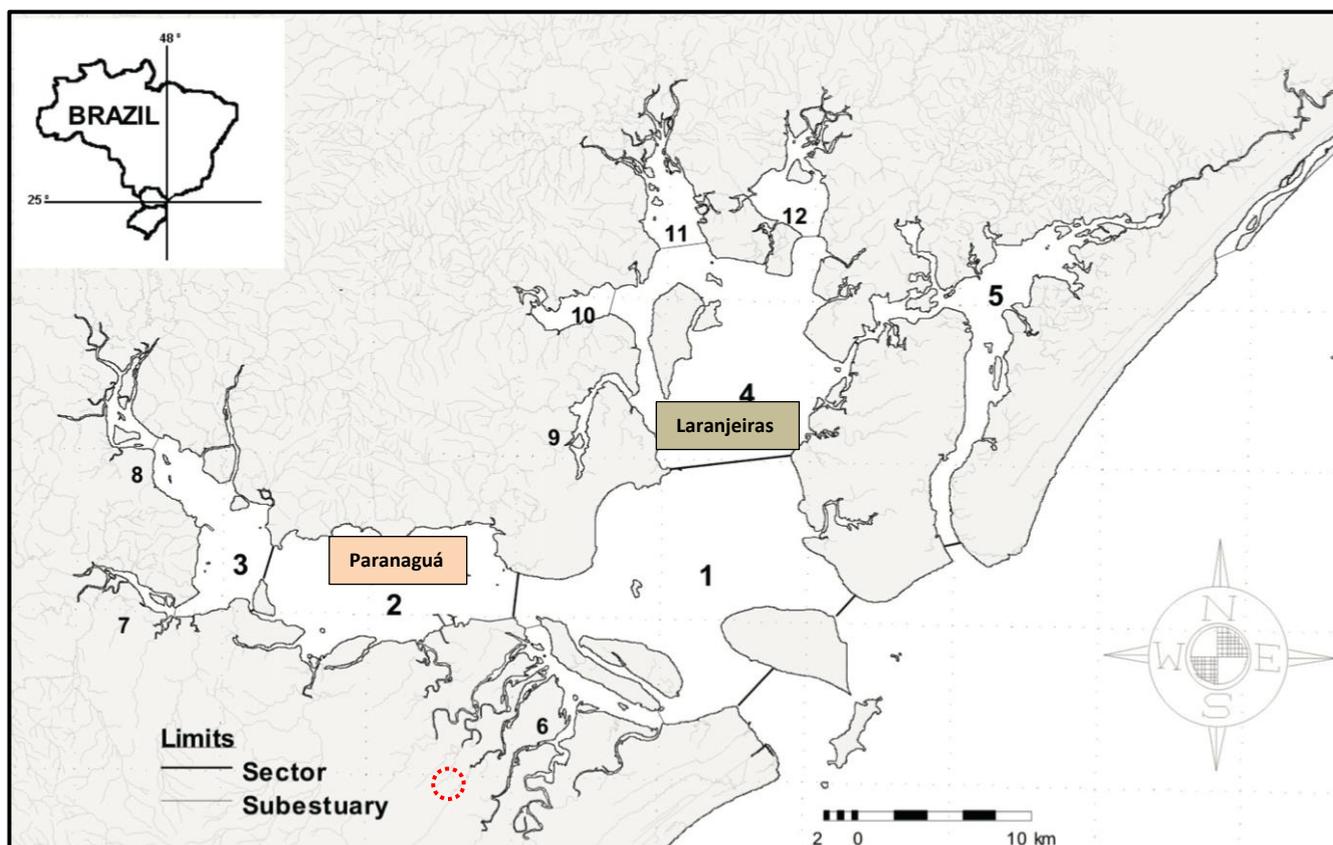
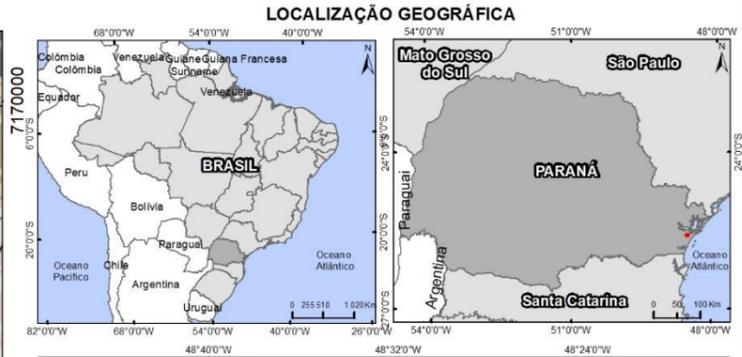
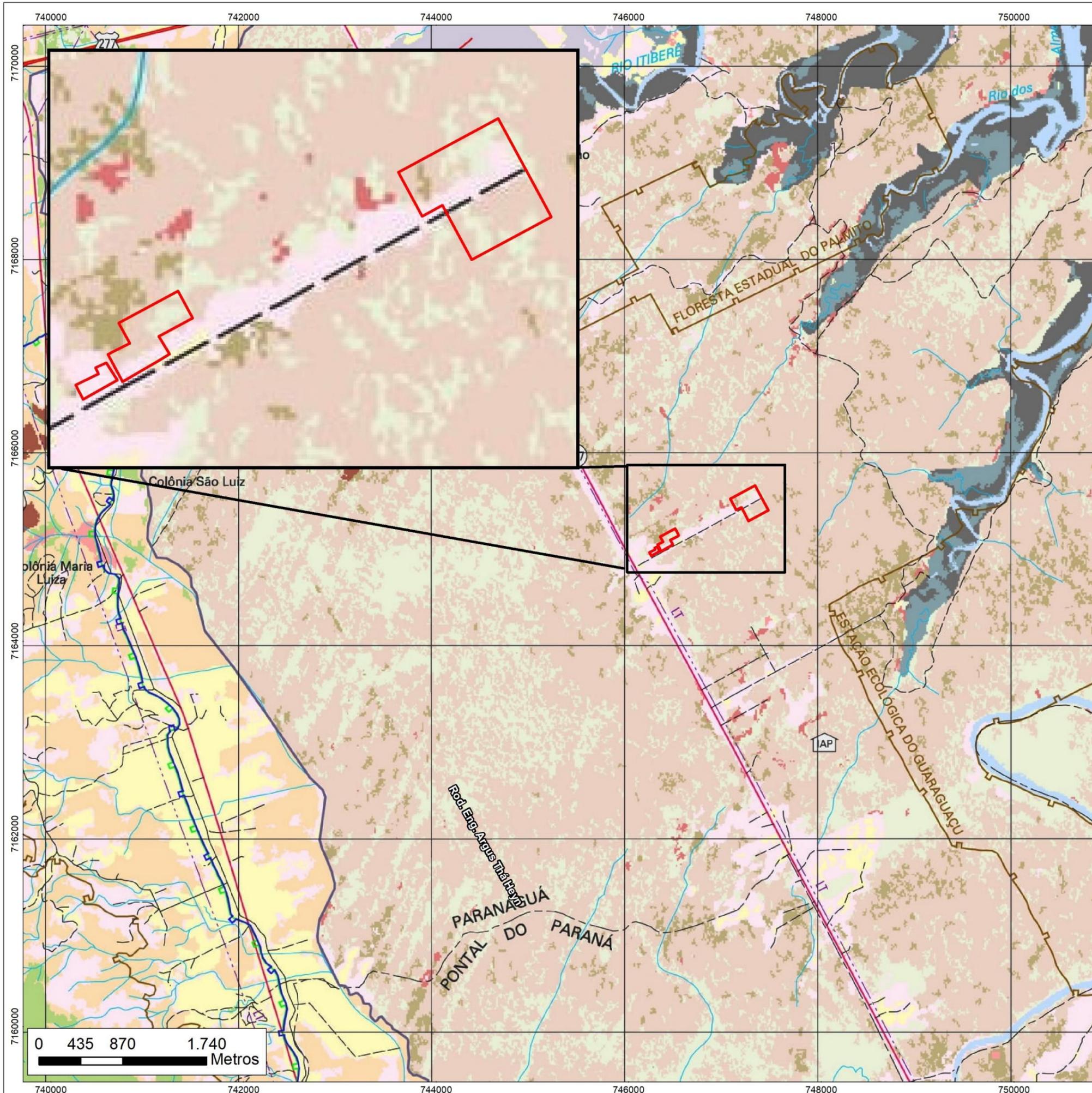


Figura 2. Complexo estuarino de Paranaguá (CEP) dividido por setores (1, 2, 3, 4 e 5) e sub-estuários (6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12). 1 – Setor de Mistura; 2 – Baía de Paranaguá; 3 – Baía de Antonina; 4 – Baía de Laranjeiras; 5 – Baía de Pinheiros; 6 – Sub-estuário Cotinga; 7 – Sub-estuário Nhundiçara; 8 – Subestuário Cachoeira; 9 – Sub-estuário Medeiros; 10 – Sub-estuário Itaqui; 11 – Sub-estuário Benito; e 12 – Sub-estuário Guaraqueçaba. Área de estudo destacada em vermelho. Adaptado de NOERNBERG *et al.* (2006).

De acordo com dados do mapa fitogeográfico do ITCG, a região de interesse se apresenta como um mosaico de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Formação Pioneira de influência Marinha – Restinga arbórea, em geral bem conservada conforme apresentado no Mapa de Localização Fitogeográfica. Desta maneira, o presente estudo considerou a estrutura de vegetação ocorrente condizente como área de transição entre Restinga Arbórea e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. Destaca-se que devido ao caráter transicional da área, para o enquadramento sucessional dos fragmentos florestais nativos, foi utilizada a Resolução CONAMA 417 de 2002, que estabelece parâmetros para caracterização da vegetação de restinga em âmbito nacional.



**Legenda**

- Áreas Horto, Andorinhas e Gaivotas
- Municípios Paraná
- Paranaíba, PR

## MAPA FITOGEOGRÁFICO

**LEGENDA**

- Áreas Horto, Andorinhas e Gaivotas

**VEGETAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO**

**Regiões Fitoecológicas**

- Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas - Solos semi-hidromórficos e não hidromórficos (Floresta Atlântica da Planície Litorânea).
- Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas - Solos Hidromórficos (Floresta Atlântica da Planície Litorânea).

**Áreas de Formações Pioneiras**

- Formações pioneiras com influência marinha - arbórea (restinga)

**Áreas de Formações Pioneiras**

- Fase Inicial de Sucessão

**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM). ZONA 22S. MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA: SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000. FONTE: A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DESTA MAPEAMENTO CORRESPONDE À DE OCORRÊNCIA FITOGEOGRÁFICA DA FLORESTA OMBRÓFILA DENSE E DE SEUS ECOSISTEMAS ASSOCIADOS AO ESTADO DO PARANÁ, CONTEMPLANDO MAIS ESPECIFICAMENTE A SERRA DO MAR, TODA A PLANÍCIE LITORÂNEA (INCLUINDO AS ILHAS INTERIORES) E PARTE DO VALE DO RIO RIBEIRA, TOTALIZANDO 11.100 KM<sup>2</sup> E ABRANGENDO 15 MUNICÍPIOS, NA ESCALA DE 1:50.000. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ.

Escala: 1:40.000      Folha: A3

\*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.

**PROJETO AMBIENTAL**  
Rua Jovino do Rosário, 1392  
Boa Vista, Curitiba, PR

RESPONSÁVEL:  
Biólogo José Renato Dombroski

FASE DO DOCUMENTO:

- DOCUMENTO EM PROJETO
- DOCUMENTO FINAL

Cartografia: Geógr. Aline Pires Mateus CREA/SC 120723-B  
Revisão: 00/2018

DATA: 12/01/2019

CLIENTE:  
P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.

**ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAIS ANDORINHAS, GAIVOTAS E HORTO**

### 9.1.1.1. Formações Pioneiras

As formações pioneiras caracterizam-se pela vegetação de primeira ocupação, associada a espécies pioneiras que se desenvolvem sobre áreas pedologicamente instáveis, sob constantes deposições sedimentares, tais como a orla marinha, margens dos rios e ao redor dos pântanos, lagos e lagoas. São comunidades cujo desenvolvimento pleno é limitado por condições ambientais diferentes do clima regional, principalmente vento, salinidade, maresia e hidromorfismo. Sua florística é mais simplificada em relação a florestas clímax e não há ainda formação de estratos, originando, portanto, “Complexos edáficos de Primeira Ocupação” (RODERJAN e KUNYOSHI 1988; VELOSO, RANGEL e LIMA 1991; IBGE 1992; JASTER 1995; SEMA e IAP 1996; JASTER 2002).

O tempo de duração desses ecossistemas é variável, uma vez que as áreas por eles ocupadas são de história geológica recente e dependente de fatores dinâmicos edáficos. Assim, o equilíbrio ecológico dessas formações pode ser rompido naturalmente como ocorre por exemplo nas constantes transformações do mangue devido ao assoreamento flúvio-marinho, nos processos de invasão das restingas herbáceo-arbustivas pelas formações florestais mais estruturadas, assim como na rápida transformação dos campos de várzea em áreas de terra firme quando cessam as inundações periódicas (IBGE, 2012).

As áreas de formação pioneira ocorrem ao longo do litoral, bem como nas planícies fluviais e ao redor das depressões aluvionares (pântanos, lagoas e lagoas), caracterizando, portanto, três grupos de ambientes em que se desenvolvem essas formações: as de influência marinha, as de influência flúvio-marinha e as de influência flúvio-lacustre.

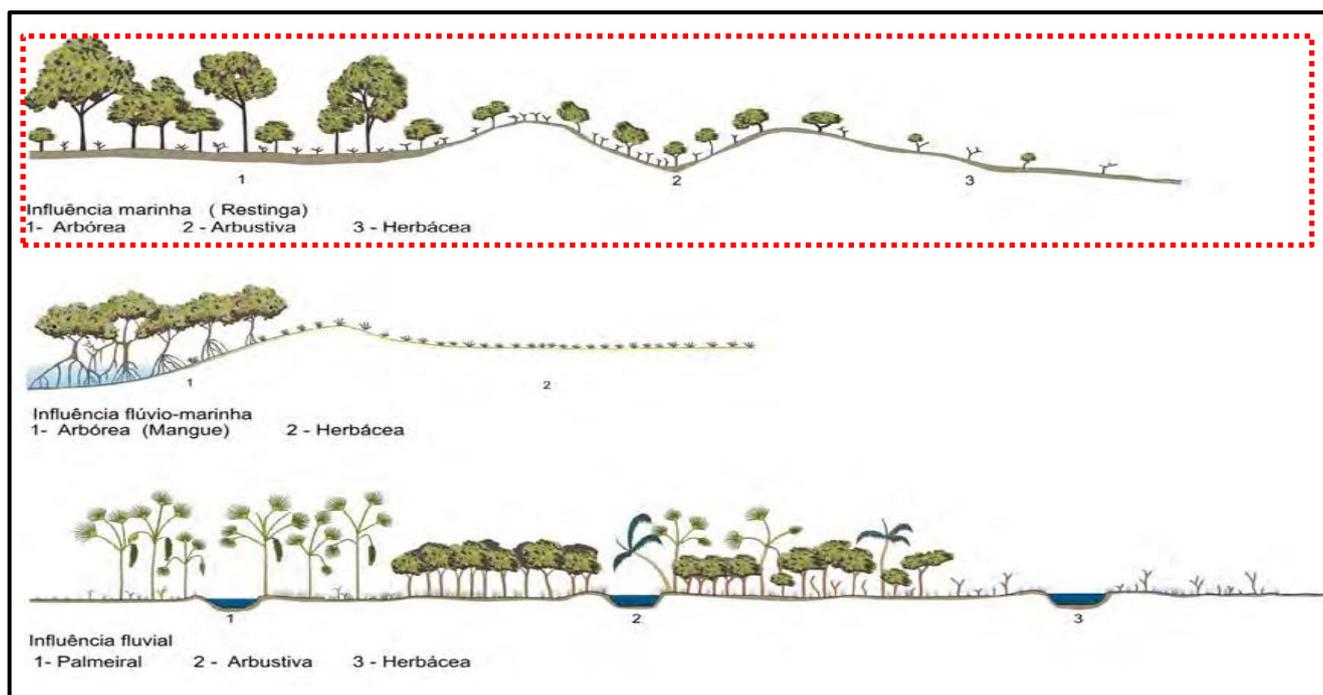
Formação Pioneira com Influência Marinha são comunidades associadas a condições ambientais extremas, sob permanente ação dos ventos, das marés, da salinidade e das condições pedológicas desfavoráveis, geralmente sobre Neossolos Quartzarênicos e Espodossolos. Apresenta-se em tipos distintos de vegetação em resposta às diferentes intensidades da influência do mar, aumentando o seu grau de desenvolvimento conforme adentra no continente, tanto estrutural como floristicamente, até chegar no ponto em que adquire aspecto florestal. Essa formação, também conhecida como restinga, faz a transição entre o manguezal e a Floresta Ombrófila Densa, ou então ocorre logo após as primeiras dunas. É considerada uma formação de estrutura e composição florística bastante heterogênea, sendo separada por alguns autores de acordo com a espécie dominante e/ou aspecto fisionômico geral (RODERJAN e KUNYOSHI 1988; VELOSO, RANGEL e LIMA 1991; IBGE 1992; SEMA e IAP 1996; JASTER 2002).

Formação Pioneira com Influência Flúviomarinha, também conhecida como manguezal, estabelece-se nas áreas de baía, desembocadura dos rios e locais de baixa energia ambiental, onde o depósito de sedimentos médios e finos é favorecido, formando um sistema ecológico altamente especializado, condicionado

pela salinidade e tiomorfismo conferidos pela água salobra e condições pedológicas. A florística é bem simplificada e, geralmente, representada por três espécies arbóreas: mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Avicennia schaueriana*) e mangue-branco (*Laguncularia racemosa*), porém, em terraços dos rios, gramíneas do gênero *Spartina* e *Salicornia portulacoides* também aparecem.

Formação Pioneira com Influência Flúvio-Lacustre são comunidades desenvolvidas sobre Organossolos e Gleissolos, influenciadas pelo regime hídrico dos flúvios, ou então em depressões alagáveis durante ao menos um período do ano, condição ambiental que propicia o estabelecimento apenas de espécies adaptadas (RODERJAN e KUNIYOSHI, 1988; IBGE, 1992; JASTER, 1995; SEMA e IAP, 1996). À medida que se afastam do mar, os intercordões apresentam um grau maior de desenvolvimento, onde então a formação pioneira dá lugar à floresta (SEMA e IAP, 1996).

Na área objeto do presente estudo constatou-se a presença de área de transição com presença de formação pioneira de influência marinha – restinga (Figura 3).



**Figura 3. Perfis esquemáticos das Formações Pioneiras sob influência Marinha, Flúvio-marinha e Fluvial. Fonte: IBGE (2012).**

### 9.1.1.2. Formação Pioneira com Influência Marinha – Restinga

O termo Restinga, inicialmente foi cunhado para definir depósitos de areias fluviomarinhas, originados após recuo progressivo do mar, ao longo do Holoceno. Estes depósitos foram formados pelas correntes de praia, em diferentes ritmos, tendo muito deles sido remobilizados por ventos formando as dunas. A complexidade das formações vegetais de restinga está relacionada com habitats constituídos por áreas de depósitos sedimentares marinhos ou flúvio-marinhos, dos períodos terciário e quaternário, formando cordões arenosos, paleodunas até dunas móveis fixas ou semi-fixas, além de planícies ou baixadas passíveis de alagamento temporário.

De acordo com a Resolução 303 de 13 de maio de 2002 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, "Restinga é um depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processo de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, também consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do substrato do que do clima. A cobertura vegetal nas restingas ocorre em mosaico, e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, extrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado".

A classificação das restingas ainda é bastante discutida, sem que haja uma definição clara sobre qual a real área de ocorrência deste ecossistema, principalmente por se tratar de um complexo de fitofisionomias com diferentes predominâncias de hábitos e composição florística diversificada. As abordagens de KLEIN & VELOSO (1961) e KLEIN (1978, 1984), consideram a formação de restingas como restritas apenas às formações herbáceo-arbustivas que ocorrem em uma estreita faixa a partir da linha de maré em direção ao interior. Além dessa faixa, os autores consideraram que existe uma faixa de transição entre restingas ou manguezais e a Floresta Ombrófila Densa, com espécies típicas de ambas as formações, sendo substituídas pelas florestas conforme adentram ao interior das planícies litorâneas da região, denominando estas áreas de Planícies Quaternárias.

Tipos distintos de vegetação se estabelecem nestes ambientes em resposta às diferentes intensidades da influência do mar, aumentando o seu grau de desenvolvimento conforme adentra no continente, tanto estrutural como floristicamente, até chegar no ponto em que adquire aspecto florestal. A distribuição das espécies vegetais ao longo das florestas de planícies é definida principalmente pela saturação hídrica do solo, se enxutos ou hidromórficos, sendo que a ocorrência destes diferentes solos está diretamente ligada à presença dos antigos cordões litorâneos, relictos das praias da região, quando o nível do mar era mais alto e houveram episódios de depósito de areias em ambientes praias de média e baixa energia, além da ocorrência de paleomanguezais e baixadas. Esses cordões apresentam elevações de até 5 metros de altitude, e

estão distantes até cerca de 7 km da atual linha de costa, cercado por baixadas úmidas, no qual se desenvolvem comunidades com espécies típicas das restingas arbóreas localizadas mais próximas à costa atual (RODERJAN e KUNYOSHI 1988; VELOSO, RANGEL e LIMA 1991; IBGE 1992; SEMA e IAP 1996; JASTER 2002).

Conforme SEMA (2010), restingas são formações vegetais costeiras, extremamente adaptadas a condições adversas como ventos, terreno arenoso, baixos níveis de fertilidade do solo, elevado grau de salinidade, fatores estes que estão relacionados à sua proximidade com o mar. Quanto mais protegido da influência do mar, maior é o porte da vegetação que varia entre herbácea (rasteira), arbustiva (árvores de pequeno e médio porte) e arbórea com árvores de grande porte. Associadas à restinga, encontramos as dunas, que são formadas pela areia depositada nas praias pelas marés altas e transportada pelos ventos, gerando elevações em constante mudança.

Trata-se de uma formação originada pelo progressivo recuo do mar verificado no Período Quaternário ao longo do Holoceno. Estas planícies apresentam solos predominantemente arenosos (areias fluvio-marinhas), por vezes cobertos por depósitos de colúvio, ou por sucessivos campos de dunas. Em meio a estas largas baixadas litorâneas, é comum encontrarem-se morros-testemunho, velhos pontões rochosos (paleoilhas), ou até mesmo patamares residuais da Formação Barreiras, de origem Terciária (GRAEFF 2015).

Na área objeto do presente estudo ocorre uma vegetação de porte arbóreo, podendo ser enquadrada como Restinga Arbórea ou transição com Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. Estas Florestas diferem-se tanto em estrutura quanto florística das áreas localizadas mais próximas a linha de maré, revestindo dunas fixas ou recém fixadas, sob influência dos ventos oceânicos, onde ocorre o complexo de restingas herbáceo-arbustivas, paralelas a linha do mar.

Alguns autores denominaram a faixa de transição entre Restinga Arbórea e a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Atlântica) de Matas de Planícies Quaternárias, com espécies vegetais típicas de ambas as formações, sendo substituídas pelas exclusivas de ambiente ombrófilo conforme adentram ao interior das planícies. A área objeto do presente estudo encontra-se, dentro desta faixa transicional, fato este evidenciado pela localização da área, assim como as espécies vegetais observadas no levantamento florístico (KLEIN 1980; KLEIN & VELOSO 1964).

Existem diferentes comunidades vegetais distribuídas ao longo das florestas de planícies, definidas principalmente pela saturação hídrica do solo, se enxutos ou hidromórficos. A distribuição destes diferentes solos está diretamente ligada à ocorrência dos antigos cordões litorâneos, relictos das praias, quando o nível do mar era mais alto e houveram episódios de depósito de areias em ambientes praias de média e baixa energia, além da ocorrência de paleomanguezais e baixadas. Estes cordões ocorrem em elevações de até 20 metros de altitude, distantes até cerca de 7 km da atual linha de costa, cercado por baixadas úmidas, compostos

principalmente por um solo arenoso, no qual se desenvolvem comunidades com espécies típicas podendo ser dividida em dois estratos; Floresta inundável e Floresta não inundável (MARQUES & OLIVEIRA 2004).

Portanto existe uma considerável confusão e discussão na diferenciação entre a Floresta Ombrófila Densa e a “Restinga Arbórea”, gerando inúmeras dúvidas sobre sua definição precisa. É comum a afirmação de que as Florestas de restinga corresponderiam ao clímax-edafo-climático da sucessão ecológica iniciada na restinga herbáceo-arbustiva. Assim sendo a única diferença entre as Florestas Ombrófilas Densas de Terras Baixas e a Restinga Arbórea propriamente dita, seria a ausência das limitações ecológicas (e.g. vento, salinidade) relacionadas à segunda.

Segundo REITZ (1961), na vegetação de restinga arbórea há uma sucessão constante de grupos de indivíduos até o surgimento de um grupo de plantas que espelham o solo e o clima da região e que constituem o ponto mais alto da sucessão, o “clímax”. Após passar por várias etapas e finalmente atingir o clímax, chega-se a uma “formação florestal”. Neste processo, temos como exemplo uma lagoa que passa a acumular gradativamente matéria orgânica. Nas etapas iniciais, destacam-se as plantas aquáticas submersas, depois as flutuantes, passando aos banhados, geralmente ricos em ciperáceas, chegando então a turfeiras (formação rica em *Sphagnum* spp.) com a presença de algumas arvoretas. Quando se forma um substrato mínimo, se desenvolve a formação paludosa e, próximo ao desenvolvimento máximo, a floresta brejosa, de porte maior, com árvores podendo chegar até 25 metros.

Esta fitofisionomia, em seu grau máximo de expressão, é caracterizada pela presença das seguintes espécies arbóreas: *Calophyllum brasiliense* (olandi), *Tapirira guianensis* (copiúva), *Pera glabrata* (seca-ligeiro), *Psidium cattleianum* (araçá), *Ilex* spp. (caúna), *Myrsine* spp. (capororoca), *Ocotea pulchella* (canela-do-brejo), *Nectandra oppositifolia* (canela-ferrugem); *Calytranthos* spp.; *Myrcia* spp. (guamirim); entre outras. É comum observar o solo das restingas coberto por bromélias terrícolas, destacando-se *Nidularium innocentii* (gravatá), *Aechmea ornata* (gravatá), *Bromelia antiacantha* (bromélia), *Vriesea atra*; (bromélia) e *Vriesea vagans* (bromélia). Salienta-se também para marcante presença de epífitas representadas principalmente por líquens, briófitas, samambaias, Bromeliaceae, Cactaceae e Orchidaceae.

Cabe destacar que a delimitação florística e estrutural entre as florestas de maior porte da planície costeira, reconhecidas comumente como “Restinga Arbórea”, e as florestas mais desenvolvidas e antigas estabelecidas em condições de solo mal drenado, é imprecisa, e muitos autores como (SILVA 1990; 1998), BARROS *et al.* (1991), JASTER (1995), entre outros, destacaram que estas representam transições entre a “restinga” propriamente dita e a “floresta atlântica” ocorrente sobre as planícies, denominada por VELOSO *et al.* (1991) de “Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas”, por KLEIN (1978) de Floresta de Planície Quaternária e por GRAEFF (2015) de “Floresta de Baixada Litorânea”.

### 9.1.1.3. Floresta Ombrófila Densa

A Floresta Ombrófila Densa se estende desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, tendo seu limite austral nas escarpas da Serra Geral no Rio Grande do Sul, na altura do Município de Osório, litoral Nordeste do Rio Grande do Sul, próximo ao Paralelo 30°. Existe um gradiente claro de substituição de espécies e diluição de riqueza, com direção Norte-Sul ao longo desta formação (RODERJAN et al. 2002).

Essa formação se caracteriza pelo estabelecimento de uma vegetação de maior complexidade, estratificada, de maior altura, diversidade de espécies e fechamento de dossel. A designação Ombrófila, de origem grega, foi criada por ELLENBERG e MÜLLER-DOMBOIS, em substituição ao termo Pluvial, de origem latina, mantendo o mesmo significado: “amigo das chuvas”. A principal característica ecológica é marcada pelos ambientes ombrófilos, de temperatura média elevada e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano.

RODERJAN *et al.* (2002) descrevem essa unidade como sendo “a mais pujante, heterogênea e complexa do sul do país, de grande força vegetativa, capaz de produzir naturalmente, de curto a médio prazos, incalculável volume de biomassa”. Estima-se que seja representada por mais de 700 espécies arbóreas, sendo a maioria exclusiva dessa unidade vegetacional.

Este tipo vegetacional caracteriza-se pela marcante predominância de árvores de grande porte associadas à outras formas biológicas, principalmente epífitas e lianas em área de clima ombrotérmico, com temperaturas relativamente elevadas e ausência de período seco, com precipitação abundante e bem distribuída ao longo do ano (IBGE, 2012).

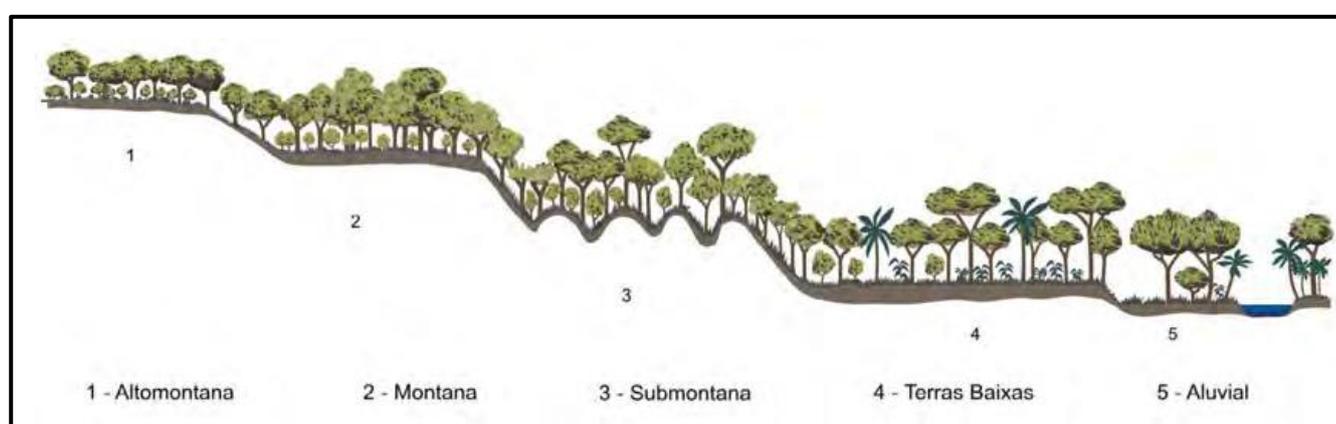
A composição florística e estrutura é variada em função da localização geográfica sendo possível encontrar padrões diferentes de vegetação. Essas diferenças ocorrem em função das variações de altitudes e latitudes, sendo que a altitude é a principal causa dos diferentes padrões de tipologias vegetacionais (IBGE, 2012).

Este importante complexo vegetacional apresenta variações regionais e locais que o situa entre as florestas mais ricas e diversificadas do território brasileiro (MANTOVANI et al. 2005). Encontram-se entre as áreas mais importantes de florestas tropicais do mundo e são consideradas prioritárias para a realização de levantamentos, principalmente devido ao intenso processo de desmatamento e ao alto índice de endemismos (TABARELLI et al. 1999).

Na caracterização fisionômico-florística da Floresta Ombrófila Densa, utilizando a terminologia empregada por VELOSO et al. (1982; 1992) e aprimorada pelo IBGE (2012), a Floresta Ombrófila Densa foi subdividida em cinco formações ordenadas segundo uma hierarquia topográfica, que reflete diferentes

fitofisionomias de acordo com as faixas de altitude. As formações são: aluvial, de terras baixas, submontana, montana e altomontana (Figura 4).

- Formação de Terras Baixas e Aluviais – de 5 a 30 metros de altitude;
- Formação Submontana – de 30 a 400 metros de altitude;
- Formação Montana – 400 a 1000 metros de altitude;
- Formação Altomontana – acima de 1000 metros de altitude;



**Figura 4. Perfil esquemático de Floresta Ombrófila Densa. Fonte: IBGE (2012).**

A Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas está distribuída sobre sedimentos quaternários de origem marinha, situados entre 5 e 30 metros de altitude. O relevo é plano ou com ondulações suaves sendo que em áreas onde o solo não apresenta boa drenagem predominam os Organossolos, Espodossolos e Neossolos Quartzarênicos, já nos locais de melhor drenagem é evidente a formação de Neossolos Quartzarênicos e Espodossolos (RODERJAN *et al* 2002).

Estas áreas estão sob a influência direta das chuvas de relevo provocadas pela presença dos altos cumes da Serra do Mar, que interceptam os ventos úmidos vindos do litoral. Tal fato condiciona uma precipitação anual elevada, cerca de 2000 mm (STRUMINSKI, 2001). Sua fisionomia, estrutura e composição podem variar de acordo com o regime hídrico dos solos, do estágio de desenvolvimento da floresta e do nível de interferência antrópica, constituindo, na planície litorânea, uma das principais unidades fitogeográficas, em razão de sua representatividade e diversidade florística elevada.

GRAEFF (2015) em sua caracterização fitogeográfica para o Brasil, faz uma subdivisão da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas em duas fisionomias distintas, condicionadas predominantemente por fatores edáficos relacionados à pedogênese e saturação hídrica. Desta maneira o autor utiliza a denominação de

“Floresta de Baixada Litorânea”, para as florestas localizadas nas planícies litorâneas, nas quais predominam solos arenosos (areias fluvio-marinhas) em geral bem drenados; e “Floresta Inundável do Litoral” onde também ocorrem solos arenosos, porém com diferente regime de vazão, sendo marcadas por contínuos processos de alagamentos e drenagens, dando origem a uma comunidade vegetal compostas por espécies adaptadas aos ambientes de saturação hídrica subconstante (Figura 3).

De acordo com VELOSO *et al.* (1992) as Florestas Atlânticas de Terras Baixas, geralmente, apresentam um dossel não contínuo, entre 20 e 30 m, acima do qual sobressaem alguns indivíduos emergentes que podem atingir cerca de 40 m de altura. Abaixo deste dossel, situa-se um estrato arbóreo contínuo, representado pela grande maioria das árvores. Os estratos arbustivo e herbáceo apresentam-se mais ou menos desenvolvidos, dependendo da situação, condicionando trechos nos quais a locomoção se torna difícil e outros nos quais esta é feita com facilidade. As trepadeiras estão bem representadas, sendo que alguns indivíduos podem apresentar diâmetro superior a 10 cm, enquanto as epífitas, apesar de bem representadas, só exibem maior expressão sobre as árvores de grande porte ou nas proximidades dos cursos de água e nos trechos mais úmidos da floresta.

Como espécies características, há predomínio de guanandi (*Calophyllum brasiliense*) nas fases vegetacionais mais evoluídas, sendo acompanhado de ipê-da-várzea (*Tabebuia umbelata*), embiruçu (*Pseudobombax grandiflorum*), figueiras (*Ficus luschnathiana*, *F. adhatodifolia*) e cupiúva (*Tapirira guianensis*). Nos estratos inferiores, são comuns mangue-do-mato (*Clusia criuva*), seca-ligeiro (*Pera glabrata*), caxeta (*Tabebuia cassinoides*), guapurunga (*Marlierea tomentosa*), catiguá-morcego (*Guarea macrophylla*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e palmito (*Euterpe edulis*). Em solos melhor drenados – Neossolos Quartzarênicos e Espodossolos –, sua florística é bem diferenciada, sendo o *Calophyllum brasiliense* praticamente ausente. São típicas as espécies *Ocotea pulchella* (canela-do-brejo), *O. aciphylla* (canela), *Tapirira guianensis* (copiúva), *Alchornea triplinervia* (tanheiro), *Ficus organensis* (figueira), *Podocarpus sellowii* (pinheirinho) e *Manilkara subserica* (massaranduba). No estrato inferior, são comuns *Andira anthelminthica* (pau-angelim), *Inga* spp (ingás), *Ilex* spp (caúnas), *Euterpe edulis* (palmito-juçara), *Syagrus romanzoffiana* (jerivá) entre outras (RODERJAN *et al.* 2002).

## 9.1.2. Metodologia

### 9.1.2.1. Levantamento florístico

O reconhecimento da vegetação foi realizado através de levantamento florístico, utilizando-se a metodologia de caminhamento (FILGUEIRAS et al. 1994), procurando percorrer toda extensão da área prevista para implementação de unidade de conservação. Ao longo do caminhamento foram identificadas as principais espécies vegetais das mais variadas formas de vida (ervas, arbustos, árvores, lianas e epífitas).

O método do caminhamento constituiu-se em duas etapas:

- Reconhecimento dos tipos de vegetação (fitofisionomias) presentes na área de estudo;
- Elaboração de relatório fotográfico incluindo nomes popular e científico e hábito das espécies encontradas no local.

As espécies não identificadas em campo foram coletadas para posterior identificação com o auxílio de bibliografia especializada em escritório. A identificação das famílias botânicas foi realizada de acordo com APG - IV (ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP, 2016). A nomenclatura botânica para as espécies, assim como o nome dos autores, foi utilizada de acordo com dados da rede espécies LINK (<http://www.splink.org.br>).

Em relação ao status de conservação das espécies consideradas como ameaçadas de extinção, foram consideradas as Listas de Espécies Ameaçadas (Portaria MMA nº443, de 17 de dezembro de 2014, Lista Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no Paraná de 20 de junho de 2008 e Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná, editada em 1995).

### 9.1.2.2. Levantamento fitossociológico

Para o levantamento fitossociológico foram instaladas 4 parcelas de 10x20 metros em fragmento nativo ocorrente em área prevista para implementação de unidade de conservação. Os dados foram coletados ao longo de trabalho de campo realizado no mês de novembro de 2018. Cabe destacar que não foram instaladas parcelas nas áreas Andorinhas e Gaivotas por se tratar de áreas ocupadas, nem tanto na porção norte da área Horto por se tratar de área alagada.

As parcelas foram demarcadas centralmente em campo com fita zebra, sendo as coordenadas das mesmas registrada em UTM WGS 84 (Figura 5).



Figura 5. Localização das unidades amostrais. Adaptado de Google Earth, 2018.

No interior das parcelas foram inventariados os indivíduos arbóreos nativos e exóticos com CAP – Circunferência na altura do Peito maior que 13 cm ( $DAP > 4\text{cm}$ ), onde foram tomados dados dendrométricos como altura total, altura comercial, diâmetro a altura do peito (DAP) e área basal (Figura 6).



Figura 6. A: Demarcação com fita zebra em campo de centro da parcela de 10x20m utilizada para amostragem fitossociológica; B: Tomada de dados dendométricos de árvores levantadas no levantamento fitossociológico.

A altura total foi considerada a medida da altura máxima da copa da árvore, sendo efetivamente a distância do solo até o final da copa da árvore. Já a altura comercial foi considerada aquela estimada apenas até o ponto de ramificação do fuste. Ambas foram determinadas mediante estimativa visual.

O diâmetro do tronco à altura do peito se trata da medida do diâmetro da árvore na altura do peito do pesquisador, feita aproximadamente a 1,30 m a partir do substrato, sendo obtida através do CAP (circunferência à altura do peito). Sabendo-se a circunferência é possível determinar o diâmetro, conforme fórmula abaixo:

$$DAP = \frac{CAP}{\pi}$$

Onde:  $\pi = 3,141592654$ ;

Área basal, por definição, é o resultado soma das áreas das seções transversais de todos os indivíduos encontrados em um hectare. A seção transversal de cada indivíduo é obtida utilizando-se o valor do DAP, como é demonstrado abaixo:

$$g = \frac{DAP^2 \times \pi}{40000}$$

Onde:  $g$  = área transversal em  $m^2$  e DAP = diâmetro à altura do peito (cm)

Para obter a área basal da parcela basta efetuar o somatório das seções transversais de todos os indivíduos mensurados na parcela e extrapolar para hectare através da fórmula:

$$G_p = \sum g_i$$

Onde:

$G_p$  = área basal na parcela e  $g$  = área transversal

Para o presente estudo foi utilizado o software Mata Nativa® onde foram calculados os parâmetros fitossociológicos abordados em estudo em todo o Brasil, cujas definições são descritas a seguir:

### **Abundância / Densidade (AB%)**

É o número de indivíduos de cada espécie ou do conjunto de espécies que compõem uma comunidade vegetal por unidade de superfície, geralmente hectare. A densidade relativa diz respeito ao número total de indivíduos de uma mesma espécie por unidade de área, revelando, em porcentagem, a participação de cada espécie em relação ao número total de indivíduos de todas as espécies.

$$AB = \frac{n \times 100}{N}$$

Onde:  $n$  = número de indivíduos amostrados da espécie  $e$ ,

$N$  = número total de indivíduos amostrados.

### **Dominância (D%)**

É um parâmetro que busca expressar a influência de cada espécie na comunidade, através de sua biomassa. A dominância absoluta é obtida pela soma das áreas transversais ( $g$ ) dos indivíduos de uma mesma espécie, em um hectare. A dominância relativa corresponde à participação, em porcentagem, em relação à área basal total ( $G$ )

$$DO_i = \left( \frac{g_i}{\sum g} \right) * 100$$

Onde:  $g$  = área transversal.

### **Valor de Cobertura (VC%)**

Consiste na soma dos valores relativos de densidade e dominância de cada espécie. A importância de uma espécie se caracteriza pelo número de árvores e suas dimensões (abundância e dominância), que determina seu espaço na biocenose florestal, não importando se as árvores aparecem isoladas ou em grupos (frequência (FR%).

$$VC_i = AB_i + DO_i$$

### **Índice de Valor de Importância (IVI%)**

É formado pela soma dos valores relativos de densidade, dominância e frequência. É utilizado para ordenar as espécies de um levantamento, com a finalidade de atribuir um valor para elas dentro da comunidade vegetal à qual pertencem.

$$IVI_i = \frac{(AB_i + DO_i + FR_i)}{3}$$

Para a análise dos parâmetros qualitativos e quantitativos, assim como para o enquadramento sucessional dos fragmentos florestais nativos estudados, foi utilizada a Resolução CONAMA nº 2, de 18 de março de 1994 que define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica no estado do Paraná.

### **9.1.3. Resultados e discussão**

Os resultados obtidos no levantamento florístico indicam que a vegetação dos parques Horto Florestal, Gaivotas e Andorinhas é homogênea e predominantemente arbórea (Figura 7; Figura 8).

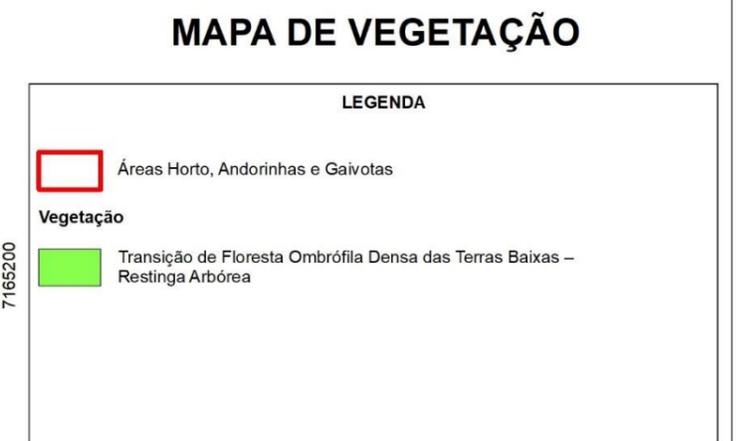
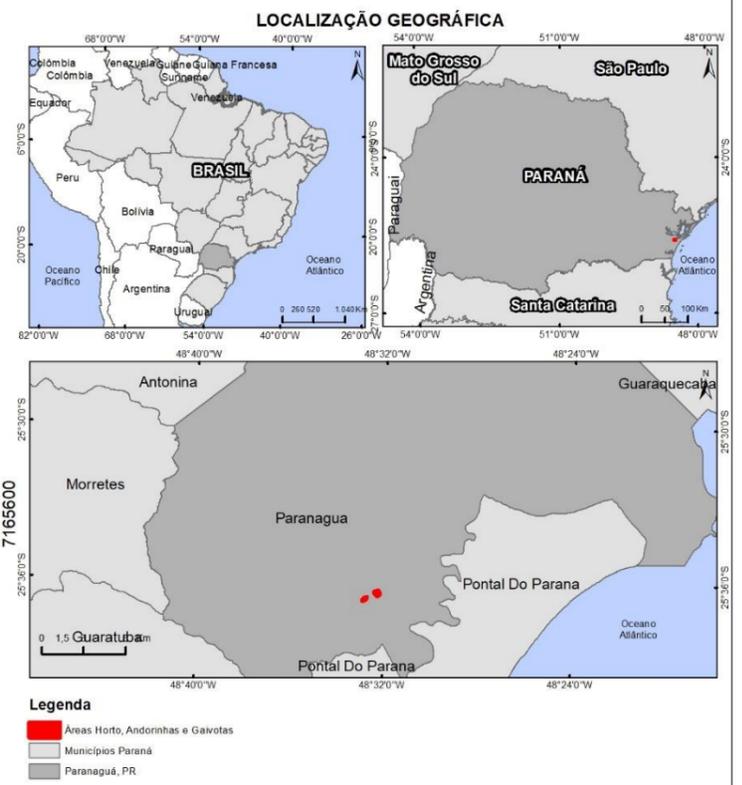


Figura 7. Vista geral externa de Fragmento florestal em área de transição de Restinga Arbórea com Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixas.



Figura 8. A Vista geral externa de Fragmento florestal em área de transição de Restinga Arbórea com Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixas; B: Vista interna de Fragmento florestal em área de transição de Restinga Arbórea com Floresta Ombrófila Densa de Terra Baixas.

Foi definida apenas uma fitofisionomia no local, sendo a mesma condizente com *Floresta Primária de transição entre Restinga Arbórea e Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas*, conforme ilustra o mapa de vegetação. Cabe ressaltar que o fragmento de vegetação mais preservado é o do Horto Florestal, estando o mesmo mais afastado de ocupações humanas, no entanto, com fortes sinais de antropização, tais como extração de palmito-juçara (*Euterpe edulis*).



**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S. MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA: SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000. FONTE: A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DESTA MAPEAMENTO CORRESPONDE À DE OCORRÊNCIA FITOGEOGRÁFICA DA FLORESTA OMBRÓFILA Densa E DE SEUS ECOSISTEMAS ASSOCIADOS AO ESTADO DO PARANÁ, CONTEMPLANDO MAIS ESPECIFICAMENTE A SERRA DO MAR, TODA A PLANÍCIE LITORÂNEA (INCLUINDO AS ILHAS INTERIORES) E PARTE DO VALE DO RIO RIBEIRA, TOTALIZANDO 11.100 KM² E ABRANGENDO 15 MUNICÍPIOS, NA ESCALA DE 1:50.000. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ.

Escala: 1:5.000      Folha: A3

\*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.

**PROJETO AMBIENTAL**  
Rua Jovino do Rosário, 1392  
Boa Vista, Curitiba, PR

RESPONSÁVEL:  
Biólogo José Renato Dombroski

FASE DO DOCUMENTO:  
 DOCUMENTO EM PROJETO  
 DOCUMENTO FINAL

Cartografia: Geóg. Aline Pires Mateus  
CREA/SC 120723-8

Revisão: 00/2018

DATA: 15/01/2019

CLIENTE: P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.

**ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAIS ANDORINHAS, GAIVOTAS E HORTO**

### 9.1.3.1. Caracterização Florística

As áreas de estudo abrangem fragmentos florestais nativos bem conservados, apenas com evidências de pequenas intervenções como corte seletivo, com destaque para a área do Horto Municipal. No entorno existem poucas ocupações humanas (Figura 9; Figura 10).



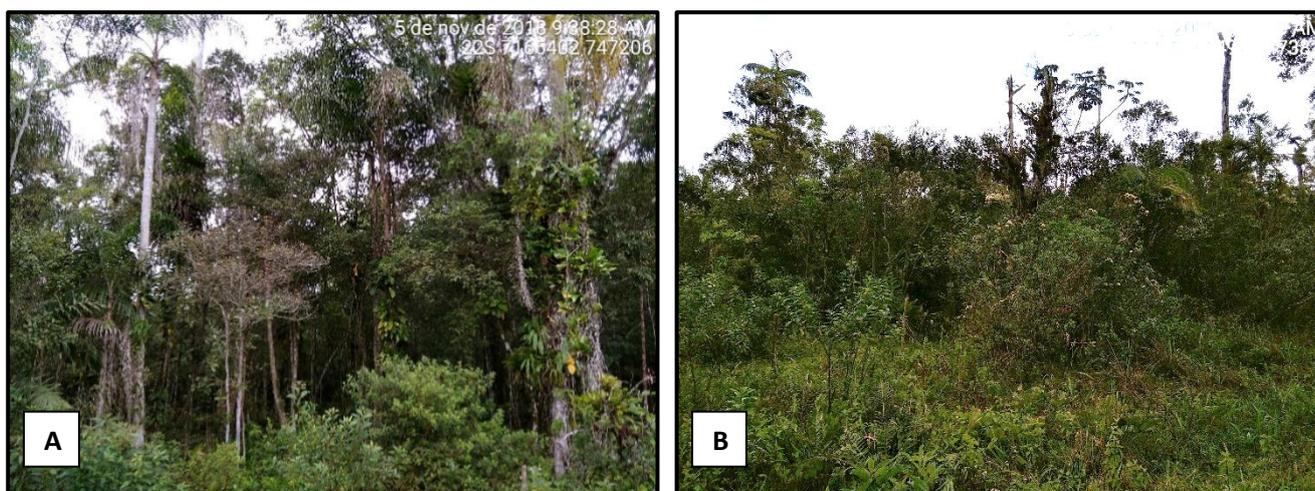
Figura 9. A: Vista externa do fragmento de restinga arbórea e presença de ocupação humana no entorno; B: Vista externa de fragmento de restinga arbórea com presença de ocupação humana ao fundo.



Figura 10. A: Vista interna da floresta com evidência de corte seletivo de árvores; B: Vista interna da floresta onde é possível observar extração da espécie ameaçada de extinção *Euterpe edulis* (palmiteiro).

O relevo na região é plano com presença de solos hidromórficos típicos de vegetação de restinga arbórea, ora mais saturados, ora menos saturados de água.

Nos locais onde o solo da floresta encontra-se saturado, pode se observar a presença de vegetação exuberante, repleta de epífitas e característica de Floresta de Restinga Inundável em clímax edáfico. Destaca-se para a morte de indivíduos arbóreos devido a alta umidade do solo. Onde o solo se encontra menos saturado ocorre a presença de indivíduos arbóreos de grande porte e também alta abundância e diversidade de epífitas, característica de Floresta de Restinga não inundável. Por vezes o solo destas florestas encontra-se coberto por bromélias terrícolas (Figura 11; Figura 12; Figura 13).



**Figura 11. A** Vista externa de fragmento primário de Restinga Arbórea não inundável, onde é possível se observar a presença de indivíduos arbóreos de grande porte; **B:** Vista externa de fragmento primário de Restinga Arbórea inundável em clímax edáfico. Observar a morte de indivíduos arbóreos devido as condições hidromórficas do solo.



**Figura 12. A:** Indivíduo de grande porte da espécie *Calophyllum brasiliense* (guanandi) no interior da mata; **B:** Abundância e diversidade de epífitas no interior da mata.

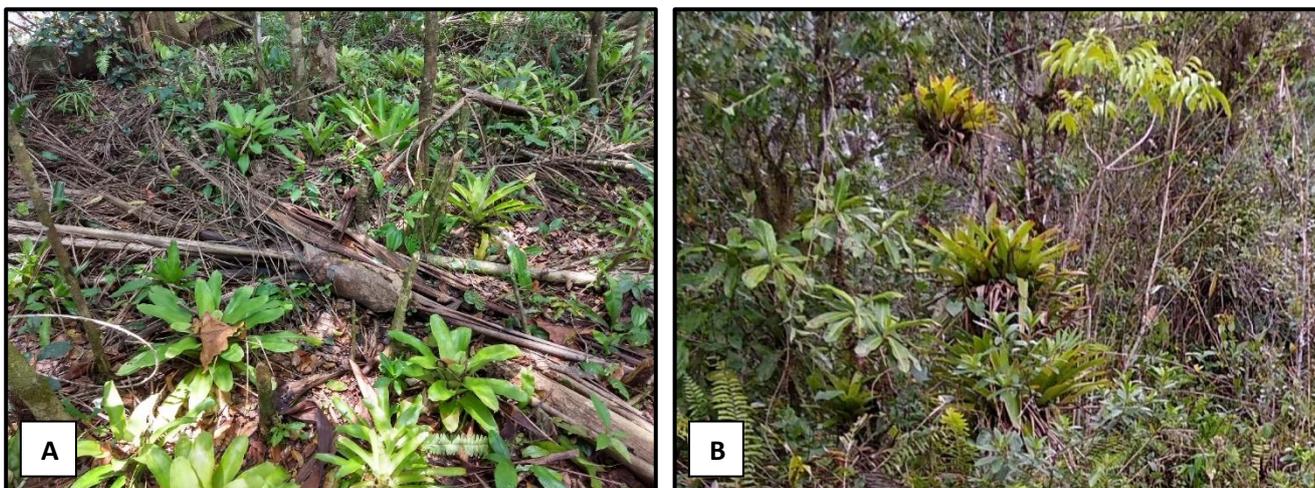


Figura 13. A: Presença de bromélias terrícolas no interior da mata; B: Abundância e diversidade de epífitas no interior da mata.

Dentre as espécies arbóreas identificadas no interior dessas áreas estão as pertencentes aos grupos ecológicos das secundárias tardias e climáticas, características de florestas bem conservadas, tais como: *Garcinia gardneriana* (bacupari); *Ilex* spp. (caúnas); *Calophyllum brasiliense* (guanandi); *Tapirira guianensis* (copiúva); *Pseudobombax grandiflorum* (embiruçu); *Aniba firmula* (canela-de-cheiro); *Nectandra* spp. (canela); *Pera glabrata* (seca-ligeiro); entre outras (Figura 14; Figura 15; Figura 16; Figura 17).

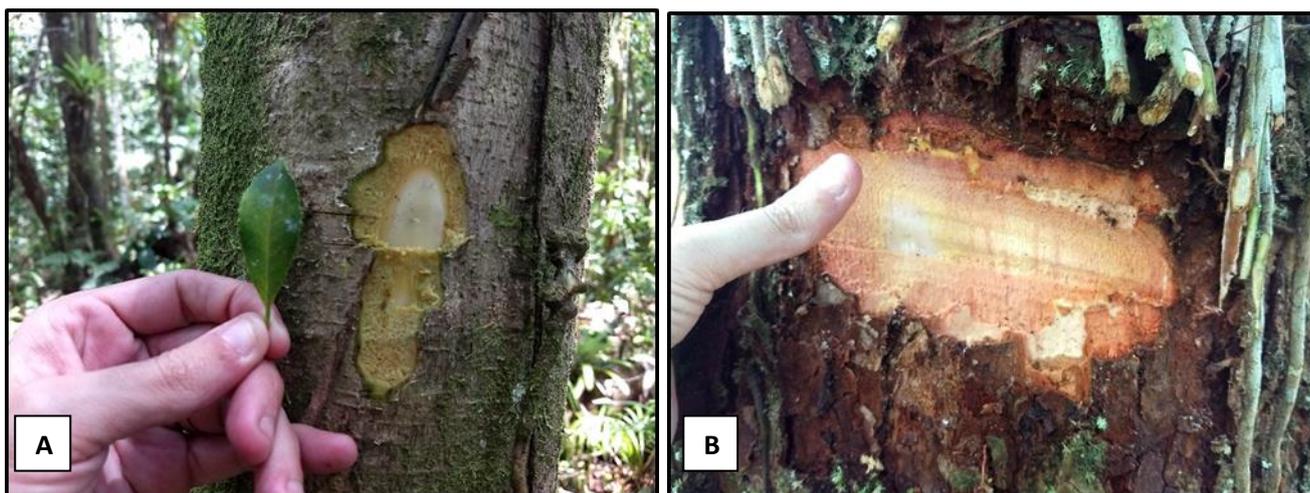


Figura 14. A: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Ilex dumosa* (caúna), espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata; B: Detalhe de casca interna e externa de *Pseudobombax grandiflorum* (embiruçu) espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata.

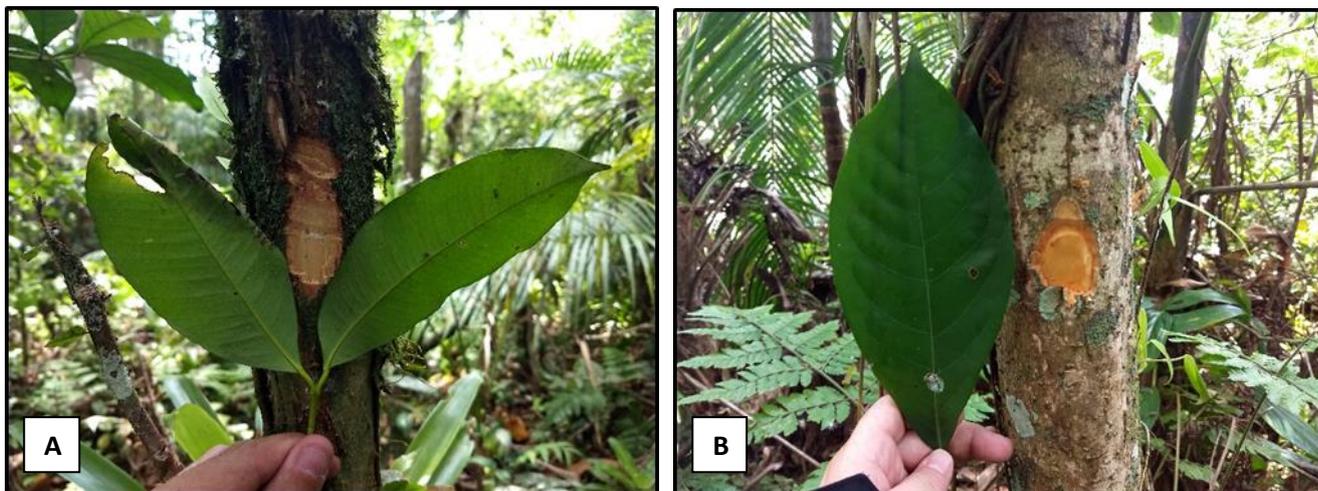


Figura 15. A: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Garcinia gardneriana* (bacupari), espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata; B: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Aniba firmula* (canela-de-cheiro), espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata.



Figura 16. A: Detalhe flor, casca interna e externa de *Spirotheca rivieri passifloroides*, espécie arbórea climática ocorrendo no interior da mata; Detalhe de folha, casca interna e externa de *Pera glabrata* (seca-ligeiro), espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata.

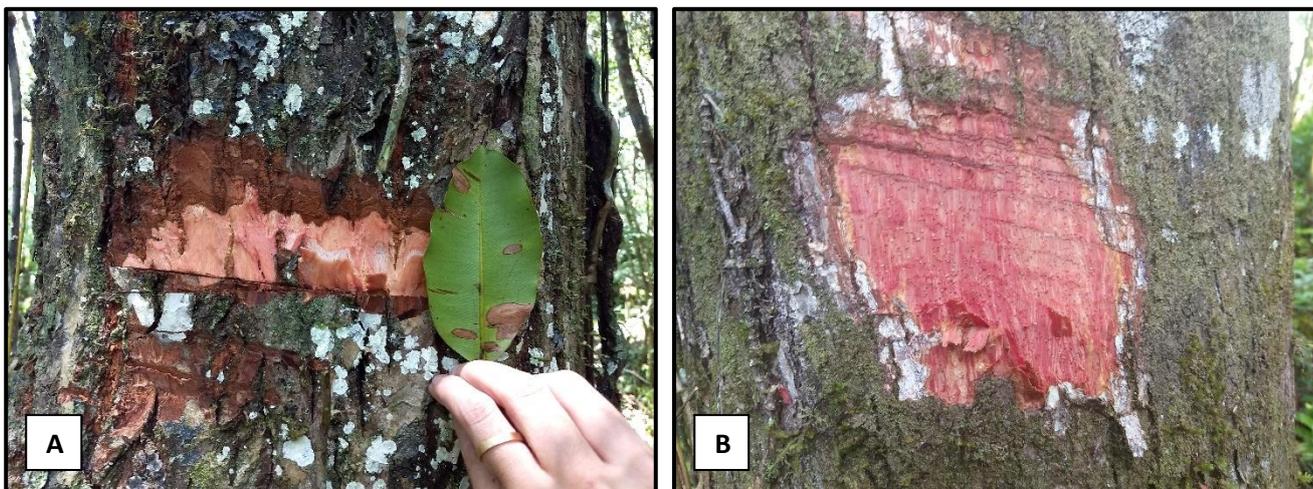


Figura 17. A: Detalhe de folha, casca interna e externa de *Calophyllum brasiliense* (olandi), espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata; B: Detalhe casca interna e externa de *Tapirira guianensis* (copiúva), espécie arbórea secundária tardia ocorrendo no interior da mata.

Dentre as espécies nativas de porte herbáceo, arbustivo, palmeiras e arvoretas que compõem o sub-boque dos fragmentos estudados destacam-se: *Geonoma* spp. (gamióva); *Bactris setosa* (tucum); *Euterpe edulis* (palmito); *Neea pendulia* (maria-mole); *Guapira opposita* (maria-mole); *Psychotria* spp. (casca-de-anta); *Eugenia* spp. (guamirim); *Myrcia* spp. (camboim); *Coccocypselum* spp. (erva-de-rato); algumas samambaias e bromélias; entre outras (Figura 18; Figura 19; Figura 20; Figura 21; Figura 22; Figura 23).



Figura 18. A: Indivíduo da palmeira *Geonoma scotiana* (gamióva) ocorrendo no sub-bosque da mata; B: Detalhe do fruto da da palmeira *Geonoma schottiana* (gamióva) ocorrendo no sub-bosque da mata.



Figura 19. A: Detalhe de frutificação da palmeira tucum (*Bactris setosa*) ocorrendo no sub-bosque da mata; B: *Neea pendulina*, espécie de arbusto presente na área de estudo.



Figura 20. A: Presença de *Podocarpus sellowii* (pinheiro-bravo), regenerando no interior da floresta; B: Detalhe de folha e fruto da espécie *Eugenia umbelliflora* (bagaçu), espécie de árvoreta relativamente comum no local.



Figura 21. A: *Pecluma paradiseae*, espécie de samambaia herbácea ocorrendo de forma esporádica no solo da mata; B: *Coccocypselum cordifolium* (erva-de-rato), espécie herbácea frequente no solo da floresta.



Figura 22. A: *Anthurium lefgrenii* espécie de Araceae herbácea ocorrendo de forma esporádica no solo da mata; B: *Polytaenium cajense*, espécie de samambaia herbácea ocorrendo de forma esporádica no solo da mata.



Figura 23. A: *Nidularium innocentii*, espécie de bromélia bastante comum na área tanto nos troncos das árvores quanto no solo; B: *Nidularium procerum*, espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica nos troncos das árvores e solo da floresta.

Coforme destacado anteriormente, tanto nas áreas úmidas quanto nas áreas mais secas, o grupo das epífitas foi bem representado, ocorrendo uma alta diversidade e abundância destas plantas no interior da floresta, sendo esta uma característica de matas bem conservadas. Dentre as espécies epífitas que compõem o fragmento de vegetação estão: *Peperomia pereskiiifolia* (erva-de-vidro); *Vriesea* spp. (bromélias); *Aechmea* spp. (bromélias); *Anthurium* spp. (antúrio); *Philodendron* spp. (filodendron); diversas espécies de samambaias e orquídeas; entre outras (Figura 24; Figura 25; Figura 26; Figura 27; Figura 28; Figura 29).



Figura 24. A: *Peperomia pereskiiifolia* (erva-de-vidro), espécie de epífita ocorrendo de forma abundante no local; B: *Vriesea incurvata*, espécie de bromélia ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da mata.



Figura 25. A: *Vriesea carinata*, espécie de bromélia ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da floresta; B: *Vriesea ensiformis*, espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica no interior da floresta.



Figura 26. A: *Vriesea gigantea*, espécie de bromélia ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da floresta; B: *Aechmea pectinata*, espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica no interior da floresta.



Figura 27. A: *Aechmea caudata*, espécie de bromélia ocorrendo de forma esporádica como epífita no interior da floresta; B: *Maxillaria ochorleuca*, espécie de orquídea ocorrendo de forma esporádica no interior da mata.

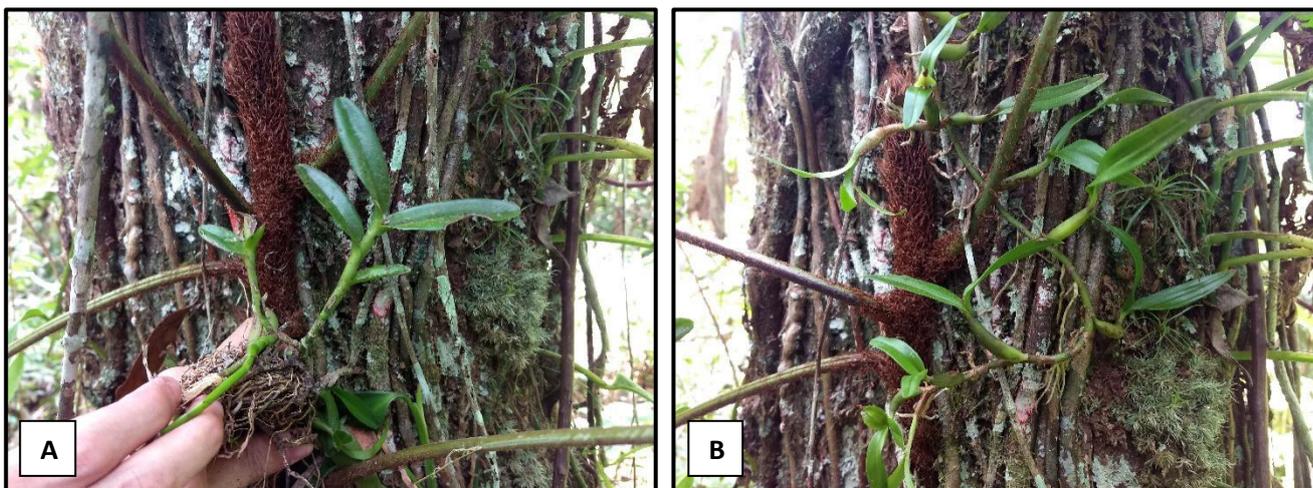


Figura 28. A: *Epidendrum secundum*, espécie de orquídea ocorrendo de forma esporádica como epífita no interior da floresta; B: *Epidendrum nocturnum*, espécie de orquídea ocorrendo de forma esporádica como epífita no interior da mata.

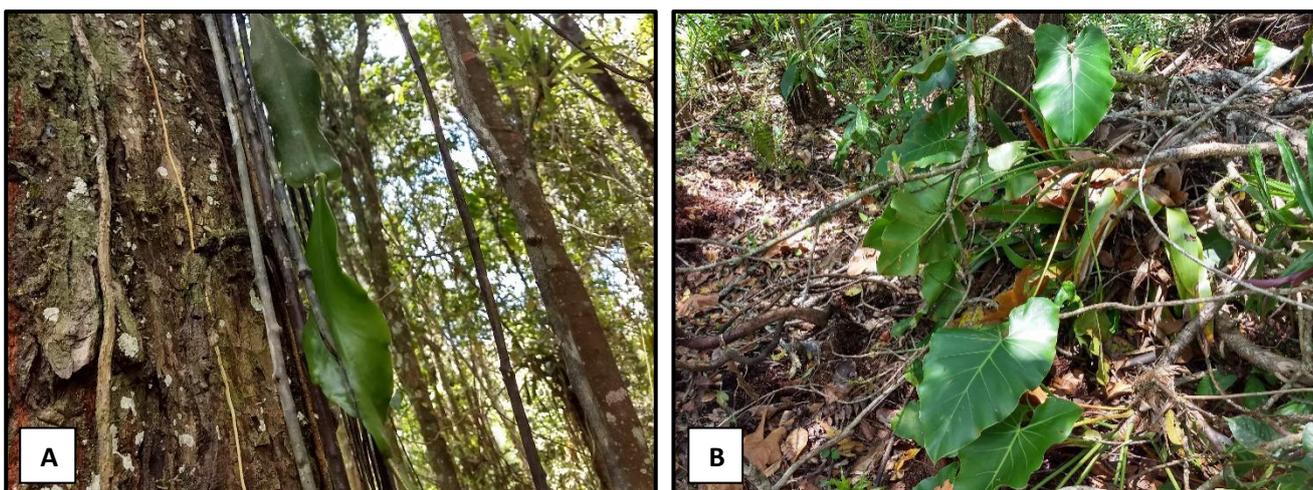


Figura 29. A: *Rhipsalis elliptica*, espécie de Cactaceae ocorrendo de forma frequente como epífita no interior da floresta; B: *Philodendron corcovadense*, espécie de Araceae frequente como epífita no interior da mata.

### 9.1.3.2. Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção

No que diz respeito às espécies da flora ameaçadas de extinção conforme a Portaria MMA nº 443/2014, apenas uma espécie foi registrada na área de estudo. Trata-se de *Euterpe edulis* (palmito-juçára) ocorrendo de forma bastante frequente nas parcelas amostrais instaladas na área do Horto Florestal. Tal espécie parece ser cultivada no local com o intuito da extração do palmito.

### 9.1.3.3. Levantamento fitossociológico

#### 9.1.3.3.1. Suficiência amostral

Conforme ilustra a Figura 30, não houve estabilização da Curva Coletora elaborada para a área amostrada sendo que nas duas últimas houve a ocorrência de 2 (duas) espécies novas. Somente com a instalação de novas parcelas poderia se alcançar a estabilização. No entanto, para fins de reconhecimento de atributos florísticos para implementação de unidade de conservação, tem-se que os dados obtidos são satisfatórios.

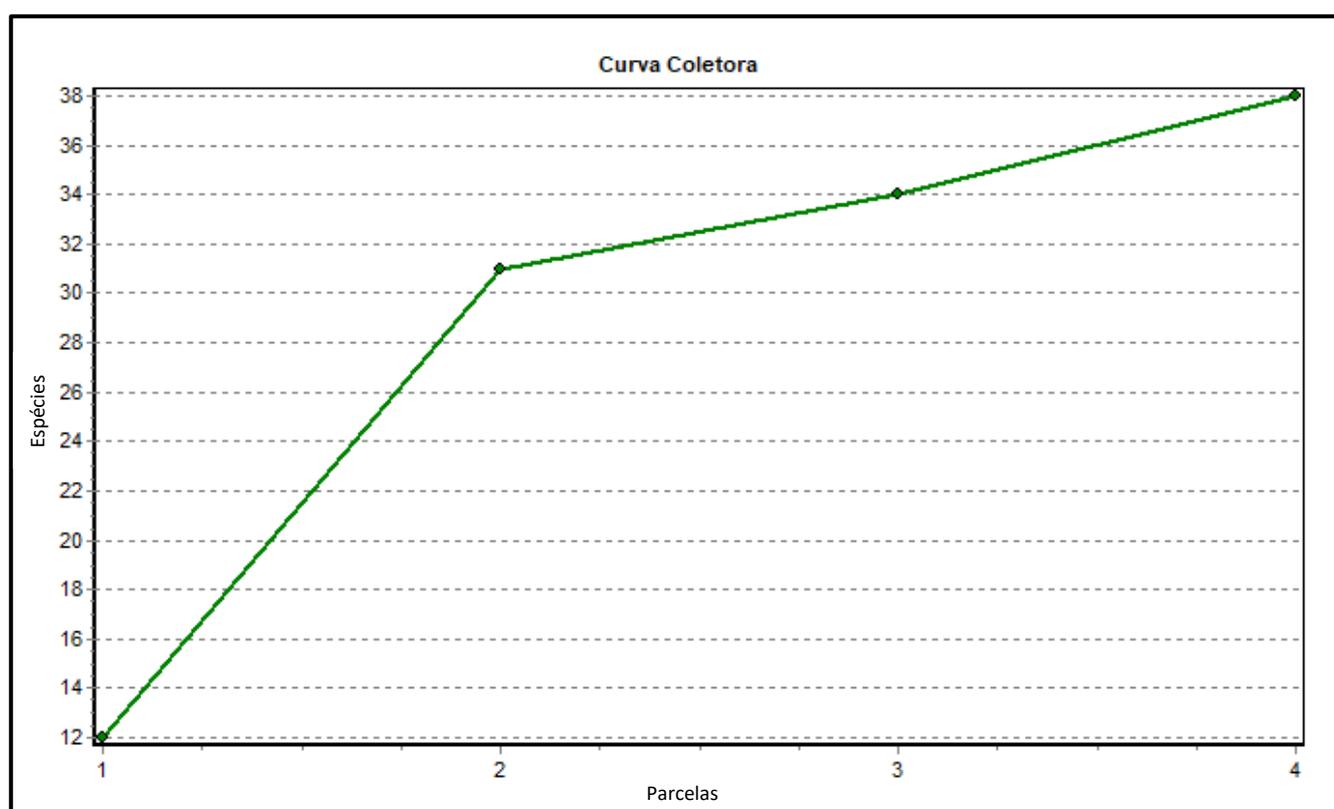


Figura 30. Curva Coletora.

#### 9.1.3.3.2. Dendrometria

Durante o levantamento florestal foram identificadas 37 espécies arbóreas, cujos dados dendrométricos estão apresentados na Tabela 2 em ordem decrescente de índice de valor de importância. A planilha com os dados brutos coletados em campo encontra-se no ANEXO I.

**Tabela 1. Dados dendométricos do levantamento fitossociológico.**

Nome Científico	N	U	AB	DoA	Média HT	Média DAP
<i>Calophyllum brasiliensis</i>	5	3	1,714	21,428	23,4	60,61
<i>Tapirira guianensis</i>	5	3	0,557	6,965	17,6	29,92
<i>Aparisthium cordatum</i>	3	1	0,563	7,042	22	41,81
<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	9	2	0,125	1,557	9,72	12,67
<i>Euterpe edulis</i>	6	4	0,016	0,197	2,67	5,73
<i>Garcinia gardneriana</i>	7	3	0,034	0,426	6	7,5
<i>Syagrus rommanzoffianum</i>	6	3	0,079	0,984	7,83	11,57
<i>Protium kleinii</i>	2	1	0,402	5,029	26	50,61
<i>Myrcia hebeptala</i>	5	4	0,027	0,341	8,28	7,96
<i>Ternstroemia brasiliensis</i>	4	2	0,155	1,939	14,75	21,56
<i>Nectandra oppositifolia</i>	4	2	0,069	0,867	13	14,24
<i>Pera glabrata</i>	4	2	0,059	0,743	9,43	12,24
<i>Aniba firmula</i>	3	3	0,02	0,248	7,67	9,12
<i>Spirotheca passifloroides</i>	1	1	0,258	3,223	30	57,3
<i>Geonoma schottiana</i>	4	2	0,006	0,073	2,25	4,3
<i>Centrolabium tomentosum</i>	1	1	0,16	2,006	24	45,2
<i>Coussapoa microcarpa</i>	1	1	0,141	1,765	28,18	42,41
<i>Myrsine loefgrenii</i>	2	2	0,009	0,115	6,5	7,64
<i>Endlicheria paniculata</i>	2	2	0,007	0,092	7	6,84
<i>Calyptanthes eugeniopsoides</i>	2	2	0,006	0,08	6	6,21
<i>Nectandra leucantha</i>	3	1	0,008	0,101	6	5,83
<i>Nectandra membranacea</i>	1	1	0,072	0,898	20	30,24
<i>Morta</i>	1	1	0,059	0,735	7	27,37
<i>Schefflera morototoni</i>	2	1	0,009	0,115	6,5	7,64
<i>Citharexylum solanaceum</i>	1	1	0,016	0,201	16	14,32
<i>Maytenus robusta</i>	1	1	0,006	0,072	8	8,59
<i>Amaioua guianensis</i>	1	1	0,005	0,067	10	8,28
<i>Ilex dumosa</i>	1	1	0,005	0,067	7	8,28
<i>Pouteria beaurepaireana</i>	1	1	0,004	0,048	6	7
<i>Annona neosericea</i>	1	1	0,004	0,048	7	7
<i>Andira fraxinifolia</i>	1	1	0,004	0,044	7	6,68
<i>Ocotea pulchella</i>	1	1	0,003	0,032	5	5,73
<i>Posoqueria latifolia</i>	1	1	0,002	0,025	5	5,09
<i>Huberia semisserrata</i>	1	1	0,002	0,02	5	4,46
<i>Guarea macrophylla</i>	1	1	0,002	0,02	5	4,46
<i>Hyeronima alchorneoides</i>	1	1	0,002	0,02	5	4,46

Nome Científico	N	U	AB	DoA	Média HT	Média DAP
<i>Piptocarpha tomentosa</i>	1	1	0,002	0,02	6	4,46
<b>TOTAL/MÉDA</b>	96	4	4,612	57,653	10,91	16,63

#### 9.1.3.4. Enquadramento sucessional

Conforme a Resolução CONAMA nº 417 de 23 de novembro de 2009 que dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências, a comunidade vegetal objeto do presente estudo apresenta características quantitativas típicas de florestas em *estágio primário em área de transição de Floresta de Restinga-Floresta Ombrófia Densa* (Tabela 2).

**Tabela 2. Parâmetros de enquadramento sucessional para classificação de vegetação ocorrente em área de transição Floresta de Restinga – Floresta Ombrófila Densa, conforme Resolução CONAMA Nº 417/2009.**

Parâmetros	Estágio sucessional				
	Primário	Inicial	Médio	Avançado	Estudo
Fisionomia	<b>Arbórea</b>	Herbáceo-arbustiva	Arbustivo-arbórea	Arbórea	Arbórea
Estratificação	<b>3 estratos</b>	1 estrato	2	2-3	3
Média de Altura (m)	<b>12 a 25 m</b>	Até 5 m	Até 10 m	13 a 15 m	12 a 20 (10,91 m)
Média de DAP (cm)	<b>5 a 40 cm</b>	Até 8 cm	Até 15 cm	5 a 20 cm	5 a 40 (16,63 cm)
Epífitas	<b>Abundante</b>	Ausente	Poucas	Abundante	Abundante
Lianas	<b>Abundantes (lenhosas)</b>	Ausente	Presentes (herbáceas)	Abundantes	Abundante
Serrapilheira	<b>Densa (camada de húmus)</b>	Ausente	Camada fina	Espessa	Densa

\*Foram computados apenas as espécies nativas.

Analisando a tabela acima, os dados obtidos para altura indicam que a formação florestal em análise se encontra em estágio primário, onde a variação da altura para as espécies lenhosas ficou entre 5 e 25 metros, com árvores de até 28 metros e altura média geral de 10,91 metros. Já em relação ao Diâmetro na Altura do Peito (DAP), os dados obtidos também indicam formação em estágio primário. Sendo que a média de DAP ficou entre 5 a 40 cm, com árvores chegando até 60 cm, e DAP médio geral de 16,63 cm.

Quanto aos dados qualitativos, o enquadramento sucessional em estágio primário fica mais evidente conforme segue:

- Alto grau de epifitismo – PRIMÁRIO;
- Lianas abundantes, inclusive lenhosas – PRIMÁRIO;

- Serapilheira densa com presença de camada de húmus – PRIMÁRIO;
- Floresta nitidamente estratificada com fisionomia arbórea – PRIMÁRIO.

Desta maneira, levando em consideração uma análise conjunta dos resultados, pode se considerar que a vegetação sobre a área em questão trata-se de *Transição de Floresta Ombrófila Densa-Restinga em estágio primário*.

#### 9.1.3.4.1. Fitossociologia

Os dados fitossociológicos obtidos são apresentados na Tabela 3 em ordem decrescente de índice de valor de importância (VI%). As 9 (nove) espécies mais relevantes, com índice de valor de importância (VI%) maiores do que 4 e que representam 55,20% do IVI% total foram: *Calophyllum brasiliensis*; *Tapirira guianensis*; *Aparisthmium cordatum*; *Byrsonima ligustrifolia*; *Euterpe edulis*; *Garcinia gardneriana*; *Syagrus rommanzoffianum*; *Protium kleinii* e *Myrcia hebeptala*.

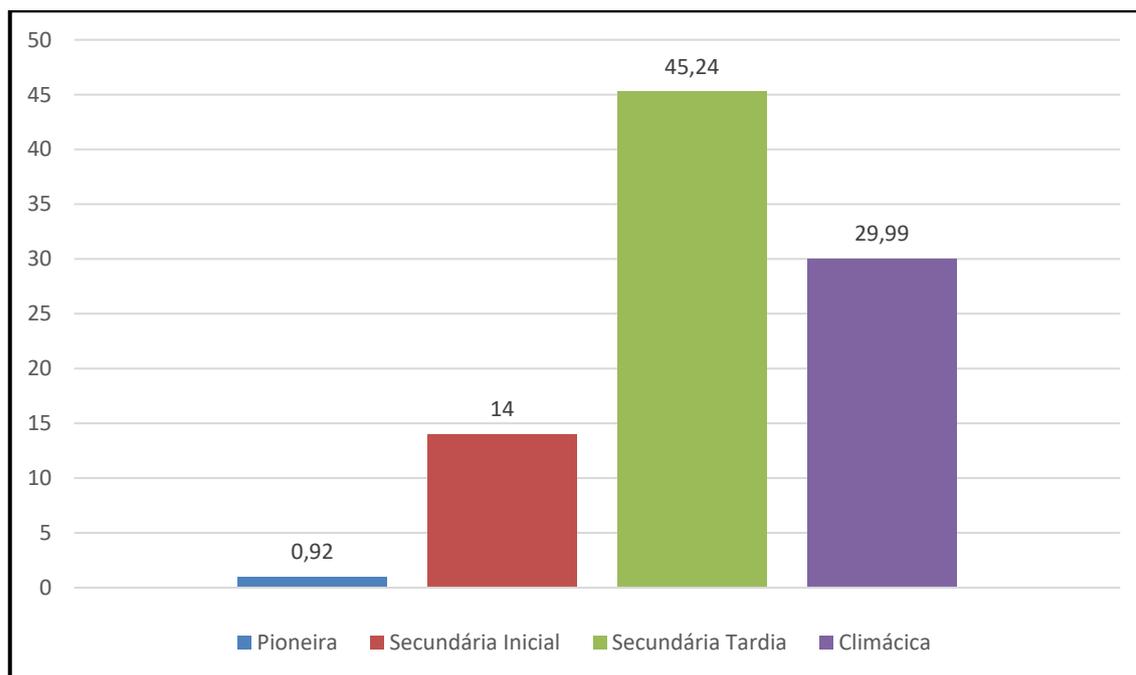
**Tabela 3. Dados do levantamento fitossociológico para a área Horto Florestal**

Nome Científico	DA	DR	FA	FR	DoA	DoR	VC	VC (%)	VI	VI (%)	G.E
<i>Calophyllum brasiliensis</i>	62,50	5,21	75,00	4,92	21,43	37,17	42,38	21,19	47,29	15,76	ST
<i>Tapirira guianensis</i>	62,50	5,21	75,00	4,92	6,97	12,08	17,29	8,64	22,21	7,40	ST
<i>Aparisthmium cordatum</i>	37,50	3,13	25,00	1,64	7,04	12,21	15,34	7,67	16,98	5,66	ST
<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	112,50	9,38	50,00	3,28	1,56	2,70	12,08	6,04	15,35	5,12	ST
<i>Euterpe edulis</i>	75,00	6,25	100,00	6,56	0,20	0,34	6,59	3,30	13,15	4,38	C
<i>Garcinia gardneriana</i>	87,50	7,29	75,00	4,92	0,43	0,74	8,03	4,02	12,95	4,32	C
<i>Syagrus rommanzoffianum</i>	75,00	6,25	75,00	4,92	0,98	1,71	7,96	3,98	12,88	4,29	ST
<i>Protium kleinii</i>	25,00	2,08	25,00	1,64	5,03	8,72	10,81	5,40	12,45	4,15	C
<i>Myrcia hebeptala</i>	62,50	5,21	100,00	6,56	0,34	0,59	5,80	2,90	12,36	4,12	ST
<i>Ternstroemia brasiliensis</i>	50,00	4,17	50,00	3,28	1,94	3,36	7,53	3,76	10,81	3,60	C
<i>Nectandra oppositifolia</i>	50,00	4,17	50,00	3,28	0,87	1,50	5,67	2,84	8,95	2,98	ST
<i>Pera glabrata</i>	50,00	4,17	50,00	3,28	0,74	1,29	5,46	2,73	8,73	2,91	ST
<i>Aniba firmula</i>	37,50	3,13	75,00	4,92	0,25	0,43	3,56	1,78	8,47	2,82	SE
<i>Spirotheca passifloroides</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	3,22	5,59	6,63	3,32	8,27	2,76	C
<i>Geonoma schottiana</i>	50,00	4,17	50,00	3,28	0,07	0,13	4,29	2,15	7,57	2,52	C
<i>Centrolobium tomentosum</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	2,01	3,48	4,52	2,26	6,16	2,05	C
<i>Coussapoa microcarpa</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	1,77	3,06	4,10	2,05	5,74	1,91	SE



Nome Científico	DA	DR	FA	FR	DoA	DoR	VC	VC (%)	VI	VI (%)	G.E
<i>Myrsine loefgrenii</i>	25,00	2,08	50,00	3,28	0,12	0,20	2,28	1,14	5,56	1,85	SE
<i>Endlicheria paniculata</i>	25,00	2,08	50,00	3,28	0,09	0,16	2,24	1,12	5,52	1,84	C
<i>Calyptranthes eugeniopsoides</i>	25,00	2,08	50,00	3,28	0,08	0,14	2,22	1,11	5,50	1,83	ST
<i>Nectandra leucantha</i>	37,50	3,13	25,00	1,64	0,10	0,18	3,30	1,65	4,94	1,65	C
<i>Nectandra membranacea</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,90	1,56	2,60	1,30	4,24	1,41	ST
<i>Morta</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,74	1,28	2,32	1,16	3,96	1,32	NI
<i>Schefflera morototoni</i>	25,00	2,08	25,00	1,64	0,12	0,20	2,28	1,14	3,92	1,31	ST
<i>Citharexylum solanaceum</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,20	0,35	1,39	0,70	3,03	1,01	SE
<i>Maytenus robusta</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,07	0,13	1,17	0,58	2,81	0,94	ST
<i>Amaioua guianensis</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,07	0,12	1,16	0,58	2,80	0,93	ST
<i>Ilex dumosa</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,07	0,12	1,16	0,58	2,80	0,93	SI
<i>Pouteria beaurepaireana</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,05	0,08	1,13	0,56	2,76	0,92	C
<i>Annona neosericea</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,05	0,08	1,13	0,56	2,76	0,92	P
<i>Andira fraxinifolia</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,04	0,08	1,12	0,56	2,76	0,92	ST
<i>Ocotea pulchella</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,03	0,06	1,10	0,55	2,74	0,91	ST
<i>Posoqueria latifolia</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,03	0,04	1,09	0,54	2,73	0,91	ST
<i>Huberia semisserrata</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,02	0,03	1,08	0,54	2,72	0,90	C
<i>Guarea macrophylla</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,02	0,03	1,08	0,54	2,72	0,90	C
<i>Hyeronima alchorneoides</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,02	0,03	1,08	0,54	2,72	0,90	ST
<i>Piptocarpha tomentosa</i>	12,50	1,04	25,00	1,64	0,02	0,03	1,08	0,54	2,72	0,90	SI

Analisando os grupos ecológicos aos quais pertencem as espécies e correlacionando com os Índices de Valor de Importância – IVI% (Figura 31), tem-se que 75,23 % do IVI total para comunidade vegetal estudada é composta por espécies secundárias tardias e climáticas. Das 10 (dez) espécies com maior IVI, 6 (seis) são espécies secundárias tardias e 4 (quatro) são climáticas. Tais dados corroboram com o enquadramento das florestas como primárias.



**Figura 31. Análise dos Grupos ecológicos.**

#### 9.1.4. Considerações Finais

A vegetação das áreas estudadas é condizente com transição entre Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas e restinga arbórea em estágio primário de regeneração. Dentre essas áreas, a mais preservada é a do Horto Florestal, em especial a sua porção sul onde o solo mais enxuto abriga indivíduos arbóreos de grande porte, incluindo espécies climácicas e secundárias tardias típicas desta fitofisionomia. De forma quase que homogênea nessa área é marcante a presença, bem como a extração da espécie de palmeira *Euterpe edulis* (palmiteiro), a qual encontra-se ameaçada de extinção conforme Portaria MMA nº 443/2014. Tal atividade interfere substancialmente na composição tanto do dossel quanto do sub-bosque da floresta. As áreas dos Parques Municipais das Andorinhas e das Gaivotas são marcadas em parte pela ocupação humana no entorno, no entanto, a vegetação ali ainda se encontra bastante preservada.

Pode-se concluir, portanto que tais áreas são de extrema relevância para conservação.

## 9.2. FAUNA

O Brasil está entre os 11 países megadiversos, ou seja, que possuem uma alta diversidade de seres vivos e que incluem cerca de 50% das espécies vivas no mundo. Dentre eles, o Brasil apresenta a maior diversidade do mundo, incluindo mais de 3.550 espécies de vertebrados terrestres e possuindo 12,5% das

espécies de anfíbios e 26% das espécies de primatas conhecidas (LEWINSOHN & PRADO, 2002). Apesar de toda esta megadiversidade, devido principalmente à destruição e alteração dos ambientes nativos, 464 taxa (espécies e subespécies) da fauna brasileira de vertebrados terrestres (110 espécies de mamíferos, 233 espécies de aves, 80 espécies de répteis e 41 espécies de anfíbios) são consideradas ameaçadas de extinção segundo a nova lista brasileira (IBAMA, 2014).

Além da redução e fragmentação dos ambientes naturais (particularmente o das áreas florestadas), que representam a causa básica da redução da diversidade biológica, outros fatores que devem estar envolvidos com a redução da densidade local de espécies são a caça, perseguição e a introdução de animais domésticos (gado, porcos, cães e gatos) (FRIGERI *et al.*, 2014) e suas doenças relacionadas (LEWINSOHN & PRADO, 2002).

A Floresta Atlântica considerada originalmente a segunda maior formação florestal da América do Sul com área superior a um milhão de quilômetros quadrados, no último século, tornou-se um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, em função da redução em sua cobertura florestal que tem sido maior que a sua capacidade de regeneração (MYERS *et al.*, 2000). Além de se consistir em um dos biomas que apresentam alta diversidade biológica e elevado índice de espécies endêmicas, foi declarada como uma das cinco primeiras colocadas entre as regiões classificadas como “*hotspots*” – regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas de todo planeta pela acelerada destruição de sua extensão original (MITTERMEIER *et al.*, 1998; MYERS *et al.*, 2000).

O Brasil, líder mundial em diversidade de anfíbios com 1026 espécies (SEGALLA *et al.*, 2014), teve a maior parte delas descrita nos últimos 40 anos. Estudos sobre a anurofauna tropical são importantes não só pela grande diversidade encontrada nos trópicos, mas também, pela intensa descaracterização que a região vem sofrendo (HEYER *et al.*, 1988; MYERS *et al.*, 2000).

Segundo Duellman (1999) a Floresta Atlântica é considerada como uma das regiões de maior riqueza de anfíbios do Planeta, sendo o endemismo desse grupo neste bioma em torno de 93%, embora ainda faltem estudos mais aprofundados e específicos sobre os mesmos. A escassez de estudos é ainda mais problemática quando consideramos as áreas afetadas por ações antrópicas (SILVANO e PIMENTA, 2003), as quais têm crescido vertiginosamente nos últimos anos e comprovadamente alteram a estrutura das taxocenoses, eliminando populações inteiras, entre elas as dos anuros (YOUNG *et al.*, 2001).

Estudos relacionados à anurofauna brasileira têm crescido consideravelmente nos últimos anos (BERTOLUCI e RODRIGUES, 2002; TOLEDO *et al.*, 2003; BERTOLUCI *et al.*, 2007; HADDAD *et al.*, 2008) tendo recebido considerável atenção, sobretudo após várias constatações da drástica redução de muitas populações (FERRIER, 2002).

O Brasil tem a fauna e flora mais ricas de toda a América Central e do Sul, mas a maioria das informações sobre répteis são ainda preliminares. Atualmente existem 744 espécies de répteis naturalmente ocorrentes no Brasil: 36 quelônios, 6 jacarés, 248 lagartos, 68 anfisbenas e 386 serpentes. Considerando táxons em nível de subespécie (muitos dos quais se insinuam como espécies plenas), o total de formas de répteis registradas para o Brasil salta para 790, das quais 374 são endêmicas do País (BÉRNILS e COSTA, 2012), mas pouco se conhece sobre aspectos de distribuição e ecologia das espécies.

O conhecimento sobre a composição dos grupos de vertebrados e inter-relações que se estabelecem entre as comunidades faunísticas de uma área são fatores primordiais à execução de projetos de Biologia da Conservação. Assim, a identificação das espécies de anfíbios e o estudo de suas particularidades ecológicas revelam-se decisivos para o sucesso das ações que buscam conservar a biodiversidade (HEYER *et al.*, 1994; TOLEDO *et al.*, 2003).

O Brasil é um dos países com a maior riqueza de aves do mundo (STOTZ *et al.*, 1996; SICK, 1997), e a Mata Atlântica é um dos biomas mais ricos, além de ser o que conta o maior número de espécies endêmicas (GOERCK, 1997). O setor litorâneo do estado do Paraná está inserido na porção sul da Mata Atlântica, dentro do chamado “Centro de Endemismo Serra do Mar” (CRACRAFT, 1985). Neste contexto, o local de estudo está localizada na Área Importante para a Conservação das Aves (“Importante Bird Areas” - IBA), e citada em três IBA’s, a PR/SP01; PR11; PR12 (Região litorânea de SP e PR, BENCKE *et al.*, 2006). Tal IBA’s possui uma área estimada total de 635.000 hectares abrangendo os municípios de Paranaguá, Guaratuba, Matinhos, Morretes, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Pontal do Paraná, Antonina e Guaraqueçaba e dispõem de escassos estudos ornitológicos, sendo uma das áreas prioritárias para a conservação no sul do Brasil (OLMOS, 2005).

Para mamíferos, entre as 29 ordens e cerca de 4.900 espécies registradas no mundo (WILSON e REEDER, 2005), aproximadamente 12% ocorrem no Brasil (PAGLIA *et al.*, 2012). Atualmente são registradas 11 ordens e 716 espécies de mamíferos no país (REIS *et al.*, 2010). Destas, ao menos 69 já estão incluídas na Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (CHIARELLO *et al.*, 2008).

No Brasil os mamíferos de médio e grande porte representam cerca de 32,7% de toda a mastofauna registrada (REIS *et al.*, 2011). Este grupo apresenta importante papel na manutenção e na regeneração das florestas tropicais, pois desempenham funções ecológicas vitais e são espécies chaves na estrutura das comunidades biológicas (DOTTA & VERDADE, 2007). O grau de ameaça, associado à importância ecológica do grupo tornam, portanto, evidente a necessidade de se incluir informações sobre os mamíferos terrestres de médio e grande porte em inventários e diagnósticos ambientais (PARDINI *et al.*, 2005).

Além destes, outros grupos, como os quirópteros, também apresentam grande riqueza e elevada abundância em regiões tropicais e subtropicais (GONÇALVES e GREGORIN, 2004), onde se destacam como o

grupo mais versátil na exploração de recursos alimentares (PASSOS e GRACIOLLI, 2004), interagindo com grande espectro de organismos (BERNARD e FENTON, 2007). Devido a estas características, os quirópteros são tidos também como bons indicadores dos níveis de perturbação do *habitat* (FENTON *et al.*, 1992).

No presente relatório é apresentado levantamento bibliográfico de espécies de possível ocorrência aliado ao levantamento de dados primários coletados em campo (dias 05 e 06 de novembro de 2018) para quatro grupos da fauna de vertebrados terrestres (aves, mamíferos, répteis e anfíbios). Quando existentes foram indicadas as espécies raras, ameaçadas e de importância na conservação nas áreas do Horto Florestal e Parques Gaivotas e Andorinhas, município de Paranaguá-PR.

### 9.2.1. Hepetofauna

#### 9.2.1.1. Protocolo de amostragem

Durante o levantamento em campo (05 e 06 de novembro de 2018) para amostragem da herpetofauna (anfíbios e répteis) os levantamentos foram feitos nos períodos matutino, vespertino e noturno, iniciando a partir das 08 horas e se estendendo até pelas 22 horas, totalizando cerca de 16 horas por dia em média, resultando em 16 horas de esforço amostral.

Para o registro da herpetofauna foram utilizados os métodos de procura visual, procura auditiva e procura em sítios reprodutivos conforme HEYER *et al.*, (1994), em transecções traçadas aleatoriamente em toda a área que foi possível acessar. Segue abaixo a descrição dos métodos utilizados.

**Procura Visual:** realizada por meio de deslocamento a pé lentamente, à procura de anfíbios e répteis esquadrihando em todos os micro-habitats visualmente acessíveis, incluindo troncos caídos, pedras no solo, interior de cupinzeiros, tocas de mamíferos, etc. Foram utilizados enxadinha e gancho herpetológico para auxiliar nas buscas por espécies em locais de difícil acesso. Os indivíduos visualizados foram fotografados em seu ambiente natural quando possível.

**Censo Acústico:** com objetivo de identificar as espécies de anfíbios anuros por meio da vocalização. A vocalização das espécies de anfíbios foram gravadas, quando necessário, utilizando um gravador Marantz PMD 620 e microfone unidirecional para posterior identificação caso não fossem identificadas em campo.

**Procura em Sítios Reprodutivos:** identificação de possíveis sítios reprodutivos por meio do encontro de desovas, girinos e ambientes característicos para reprodução dos anfíbios.

Para verificar o *status* de conservação dos *taxa* registrados foi consultado para âmbito global a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da IUCN (2012), para âmbito nacional a Lista da Fauna Brasileira

Ameaçada de Extinção (IBAMA, 2014), para aves (SEMA, 2018) e anfíbios, répteis e mamíferos (MICKICH e BÉRNILS, 2004). A nomenclatura segue SEGALLA *et al.*, (2014) para anfíbios e COSTA e BÉRNILS (2014) para os répteis.

## 9.2.1.2. Resultados e discussão

### 9.2.1.2.1. Anfíbios

Através do levantamento bibliográfico, cerca de 50 espécies de anfíbios são de provável ocorrência na região em estudo, sendo que, em campo foram registradas 15 espécies para este grupo, conforme ilustra a Tabela 4.

**Tabela 4. Anfíbios registrados ou de possível ocorrência nas áreas de influência das áreas dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR.**

Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Ambiente <sup>3</sup>
	ANURA			
	Brachycephalidae			
	<i>Ischnocnema guentheri</i>	rã		Fa
	<i>Ischnocnema henselii</i>	rã	X	Fa
	Bufonidae			
	<i>Rhinella abei</i>	sapo-cururuzinho	X	Fi
	<i>Rhinella icterica</i>	sapo-cururu		Ab
	<i>Dendrophryniscus berthalutzae</i>	sapo		Fa
	<i>Dendrophryniscus leucomystax</i>	sapo	X	Fa
	Centrolenidae			
	<i>Vitreorana uranoscopa</i>	perereca-de-vidro		Fa
	Ceratophryidae			
	<i>Ceratophrys aurita</i>	intanha		Fa
	Craugastoridae			
	<i>Haddadus binotatus</i>	rã		Fa
	Cyclorhamphidae			
	<i>Cycloramphus bolitoglossus</i>	sapinho-de-riacho		Fa
	<i>Hylodes perplicatus</i>	rã-de-corredeira		Fa
	<i>Proceratophrys boiei</i>	sapo-de-chifre		Fa
	Hemiphractidae			
	<i>Gastrotheca microdiscus</i>	perereca-marsupial		Fa
	Hylidae			
	<i>Aparasphenodon bokermanni</i>	perereca-de-capacete		Fa
	<i>Aplastodiscus ehrhardti</i>	perereca		Fa
	<i>Bokermannohyla hylax</i>	perereca		Fa
	<i>Dendropsophus microps</i>	perereca		Fi,Fa,Ab
	<i>Dendropsophus elegans</i>	perereca	X	Ab
	<i>Dendropsophus berthalutzae</i>	perereca	X	Fa
	<i>Dendropsophus minutus</i>	perereca		Fi,Ab
	<i>Dendropsophus werneri</i>	perereca	X	Fi
	<i>Hypsiboas guentheri</i>	perereca		Fi
	<i>Hypsiboas albomarginatus</i>	perereca	X	Fi
	<i>Hypsiboas bischoffi</i>	perereca		Fi
	<i>Hypsiboas faber</i>	sapo-ferreiro	X	Fi
	<i>Hypsiboas semilineatus</i>	perereca		Fa
	<i>Itapotihyla langsdorffii</i>	perereca-castanhola		Fa
	<i>Phyllomedusa distincta</i>	perereca	X	Fa

Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Ambiente <sup>3</sup>
	<i>Scinax tymbamirim</i>	perereca	X	Ab
	<i>Scinax imbegue</i>	perereca		Ab
	<i>Scinax littoralis</i>	perereca		Fa
	<i>Scinax granulatus</i>	perereca		Fa
	<i>Scinax fuscovarius</i>	perereca	X	Ab,Fa,Fi
	<i>Scinax perereca</i>	perereca		Fi,Fa
	<i>Scinax argyreornathus</i>	perereca		Fa
	<i>Scinax perpusillus</i>	perereca		Fa
	<i>Scinax rizibilis</i>	perereca	X	Fa
	<i>Trachycephalus mesophaeus</i>	perereca		Fa
	Hylodidae			
	<i>Hylodes meridionalis</i>	rã-de-cachoeira		Fa
	Leiuperidae			
	<i>Physalaemus cuvieri</i>	rã-cachorro	X	Ab
	<i>Physalaemus maculiventris</i>	rãzinha		Fa
	<i>Physalaemus nanus</i>	rãzinha		Fa, Fi
	<i>Physalaemus latiristriga</i>	rã		Fa
	Leptodactylidae			
	<i>Adenomera araucaria</i>	rãzinha		Ab
	<i>Adenomera nana</i>	rãzinha	X	Fi,Ab
	<i>Adenomera marmorata</i>	rãzinha		Ab
	<i>Leptodactylus gracilis</i>	rã		Ab
	<i>Leptodactylus latrans</i>	rã-manteiga	X	Ab
	<i>Leptodactylus notoaktites</i>	rã		Ab
	Microhylidae			
	<i>Chiasmocleis leucosticta</i>	rãzinha		Fa
	<i>Elachistocleis bicolor</i>	sapo-guarda		Ab
	GYMNOPHIONA			
	Siphonopidae			
	<i>Luetkenotyphlus brasiliensis</i>	cobra-cega		Al,Fa
	<i>Siphonops paulensis</i>	cobra-cega		Al,Fa
	Typhlonectidae			
	<i>Chthonerpeton viviparum</i>	cobra-cega		Al,Fa

<sup>1</sup> BR = Espécie ameaçada de extinção em nível nacional (IBAMA, 2003). PR = Espécie ameaçada de extinção em nível estadual estadual (Decreto nº 3148 de 15 de junho de 2004, anexos II e III). VU = vulnerável; EN = em perigo; CR = criticamente em perigo; DD = Dados insuficientes; NT = quase ameaçadas

<sup>2</sup> Campo: espécies identificadas em campo

<sup>3</sup> Ambiente: Ab = área aberta; Al = ambiente aquático; Fi = floresta em estágio inicial; Fa = floresta em estágio médio/avançado

Durante inscursão a campo foi possível o registro fotográfico das seguintes espécies: *Adenomera nana* (rãzinha); *Dendropsophus berthaltutzae* (perereca); *Dendropsophus werneri* (perereca); *Dendropsophus elegans* (perereca); *Dendrophryniscus leucomystax* (sapinho); *Leptodactylus latrans* (rã); *Rhinella abei* (sapo); *Scinax tymbamirim* (perereca), entre outras (Figura 32; Figura 33; Figura 34; Figura 35).



Figura 32. A: *Leptodactylus latrans* (rã); B: *Adenomera nana* (rãzinha).



Figura 33. A: *Dendropsophus berthaltzae* (perereca); B: *Dendropsophus werneri* (perereca).

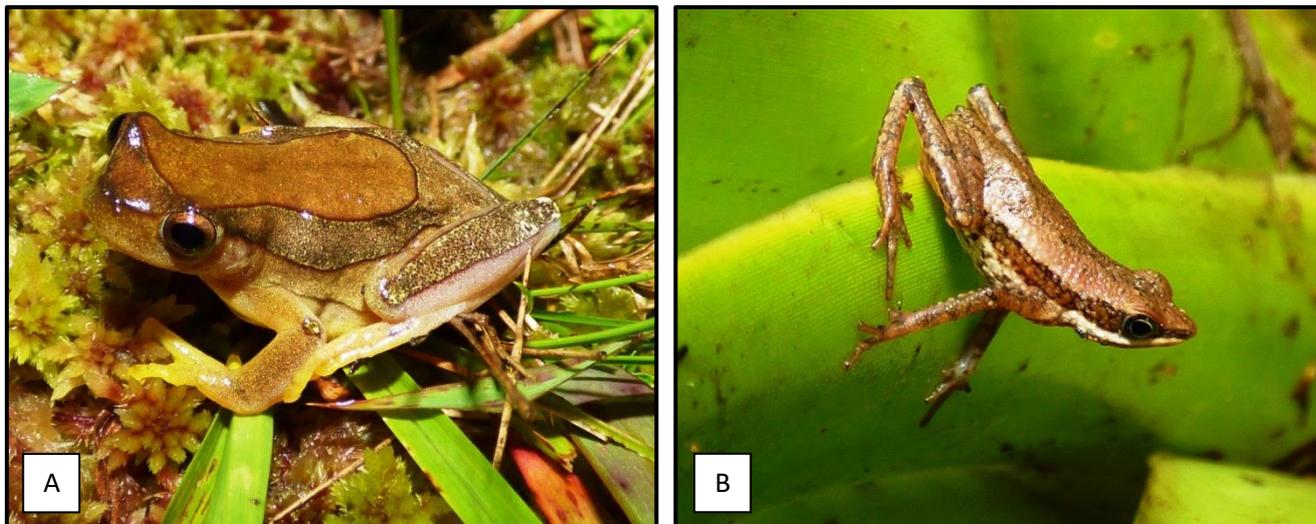


Figura 34. A: *Dendropsophus elegans* (perereca); B: *Dendrophryniscus leucomystax* (sapinho).

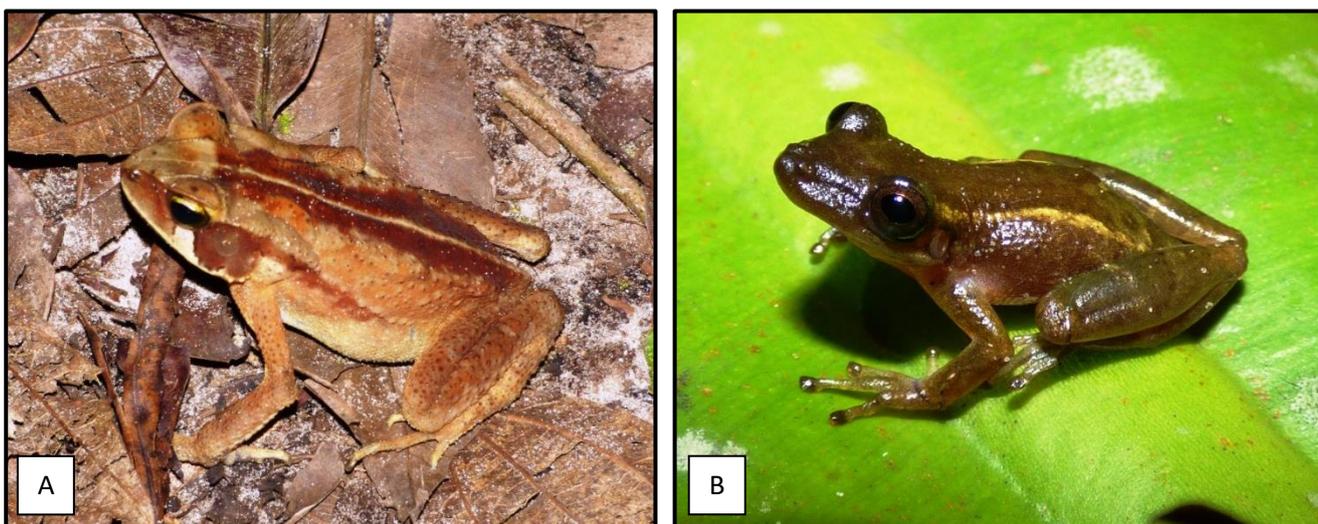


Figura 35. A: *Rhinella abei* (sapo); B: *Scinax tymbamirim* (perereca).

Algumas destas espécies são de áreas abertas e borda de floresta, tais como: *Scinax imbegue* (perereca), *Hypsiboas bischoffi* (perereca), *Leptodactylus gracilis* (rã), *Leptodactylus latrans* (rã), *Elachistocleis bicolor* (sapo-guarda) entre outras. Em contrapartida, algumas espécies são típicas de áreas florestais tais como: *Haddadus binotatus* (rã), *Rhinella abei* (sapo) e *Phyllomedusa distincta* (perereca). Outras são amplamente distribuídas pelo sul do Brasil e em praticamente todo estado do Paraná, tais como: *Leptodactylus latrans* (rã), *Scinax fuscovarius* (perereca), *Elachistocleis bicolor* (sapo-guarda) e *Physalaemus cuvieri* (rã-cachorro). Há ainda uma série de espécies típicas da vertente atlântica, algumas do sul do Brasil, tais como: *Dendrophryniscus leucomystax* (sapinho), *Scinax tymbamirim* (perereca), *Hypsiboas albomarginatus* (perereca) e *Dendropsophus werneri* (perereca).

Pode-se considerar que a riqueza registrada é alta se comparado ao tempo despendido em campo e se deve principalmente ao período de amostragem (primavera) e as temperaturas altas com umidade, características adequadas para o levantamento de anfíbios. Não houve registro de espécies consideradas ameaçadas de extinção.

#### 9.2.1.2.2. Répteis

Das cerca de 50 espécies registradas através da bibliografia, apenas 2 (duas) espécies foram registradas (Tabela 5), são elas: *Dipsas albifrons* (cobra), que é endêmica da vertente atlântica e *Erythrolamprus miliaris* (cobra-d'água), que amplamente distribuída (Figura 35).

**Tabela 5. Répteis registrados ou de possível ocorrência nas áreas de influência dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR.**

Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Ambiente <sup>3</sup>
	TESTUDINES			
	Chelidae			
	<i>Hydromedusa tectifera</i>	cágado-pescoço-de-cobra		Al
	<i>Phrynops hillarii</i>	cágado-de-rio		Al
	CROCODYLIA			
	Alligatoridae			
	<i>Caiman latirostris</i>	jacaré-de-papo-amarelo		Al
	SQUAMATA			
	Leiosauridae			
	<i>Enialyus iheringii</i>	lagarto		Fa
	Gekkonidae			
	<i>Hemidactylus mabouia</i>	lagartixa		Ab,Fi
	Anguidae			
	<i>Ophiodes striatus</i>	cobra-de-vidro		Ab,Fi
	Diploglossidae			
	<i>Diploglossus fasciatus</i>	bibra		Fa
	Teiidae			
	<i>Salvator merianae</i>	teiú		Ab,Fi,Fa
	Gymnophthalmidae			
	<i>Colobodactylus taunayi</i>	lagartinho		Fa
	<i>Ecleopus gaudichaudii</i>	lagartinho		Fa
	<i>Placosoma cordilynum</i>	lagartinho		Fa
	<i>Placosoma glabellum</i>	lagartinho		Fa
	Scincidae			
	<i>Mabuya dorsivittata</i>	lagarto		Ab
	Amphisbaenidae			
	<i>Amphisbaena hogei</i>	cobra-cega		Ab,Fi
	<i>Amphisbaena mertensii</i>	cobra-cega		Ab,Fi
	<i>Amphisbaena microcephala</i>	cobra-cega-cabeça-pequena		Ab,Fi
	Boidae			
	<i>Corallus hortulanus</i>	cobra-veadeira		Fa
	Colubridae			
	<i>Chironius bicarinatus</i>	cobra-cipó		Fa,Fi
	<i>Chironius exoletus</i>	cobra-cipó		Fa,Fi
	<i>Chironius foveatus</i>	cobra-cipó		Fa
	<i>Chironius laevicollis</i>	cobra-cipó		Fa
	<i>Spilotes pullatus</i>	caninana		Fa
	Dipsadidae			



Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Ambiente <sup>3</sup>
	<i>Caeteboia amarali</i>	cobra		Fa
VU-SC	<i>Clelia plumbea</i>	muçurana		Fa
	<i>Dipsas albifrons</i>	dormideira	X	Fa
	<i>Dipsas alternans</i>	dormideira		Fa
	<i>Dipsas indica</i>	dormideira		Fa
	<i>Dipsas neivai</i>	dormideira		Fa
	<i>Echinanthera cyanopleura</i>	corredeira-do-mato		Fa
	<i>Echinanthera undulata</i>	corredeira		Fa
	<i>Elapomorphus quinquelineatus</i>	cobra		Fa
	<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	falsa-coral		Fa
	<i>Erythrolamprus miliaris</i>	cobra-d'água	X	Ab,Fa,Fi,Al
	<i>Helicops carinicaudus</i>	cobra-d'água		Fa,Fi,Ab,Al
	<i>Imantodes cenchoa</i>	dormideira		Fa
	<i>Oxyrhopus clathratus</i>	falsa-coral		Fa
	<i>Sibynomorphus neuwiedii</i>	dormideira		Fa,Fi,Ab
	<i>Siphlophis pulcher</i>	cobra		Fa
	<i>Siphlophis longicaudatus</i>	cobra		Fa
EN-SC	<i>Sordellina punctata</i>	cobra-d'água		Fa
	<i>Taeniophallus affinis</i>	cobrinha		Fa
	<i>Taeniophallus amoena</i>	cobrinha		Fa
	<i>Taeniophallus persimilis</i>	cobrinha		Fa
	<i>Taeniophallus bilineatus</i>	cobrinha		Fa
	<i>Tropidodryas serra</i>	cobra		Fa
	<i>Tropidodryas striaticeps</i>	cobra		Fa
	<i>Uromacerina ricardinii</i>	cobrinha		Fa
	<i>Xenodon neuwiedii</i>	falsa-jararaca		Fa
	Elapidae			
	<i>Micrurus corallinus</i>	coral-verdadeira		Fa
	Viperidae			
	<i>Bothrops jararaca</i>	jararaca		Fa,Fi
	<i>Bothrops jararacussu</i>	jararacuçu		Fa

<sup>1</sup> BR = Espécie ameaçada de extinção em nível nacional (IBAMA, 2003). PR = Espécie ameaçada de extinção em nível estadual estadual (Decreto nº 3148 de 15 de junho de 2004, anexos II e III). VU = vulnerável; EN = em perigo; CR = criticamente em perigo; DD = Dados insuficientes; NT = quase ameaçadas.

<sup>2</sup> Campo: espécies identificadas em campo.

<sup>3</sup> Ambiente: Ab = área aberta; Al = ambiente aquático; Fi = floresta em estágio inicial; Fa = floresta em estágio médio/avançado.



Figura 36. A: *Dipsas albifrons* (cobra); B: *Erythrolamprus miliaris* (cobra-d'água).

A baixa riqueza de espécies registradas está relacionada diretamente com o tempo de amostragem em campo e a raridade natural e modo de vida evasivo da maioria dos répteis. Apenas em trabalhos de médio e longo prazo de amostragem a real composição de uma comunidade pode ser melhor registrada. Este número é aquém do esperado para toda região e sabe-se que há um grande número de espécies endêmicas, algumas raras e ameaçadas. Pela estrutura e localização do horto florestal, há boa possibilidade de que haja rica e diversificada herpetofauna encerrada em sua floresta.

## 9.2.2. Avifauna

### 9.2.2.1. Protocolo de amostragem

Durante a coleta de dados na área de estudo o método principal utilizado foi a busca direta que consistiu em percorrer a área em busca de registros visuais ou auditivos da avifauna. Para tanto, todos os ambientes existentes foram verificados *in situ*. Os registros visuais foram auxiliados com a utilização de binóculo Nikon 10,5 X 45, permitindo a observação de caracteres morfológicos de diagnose das diferentes espécies que habitam a região. Os registros auditivos foram obtidos com o instantâneo reconhecimento de suas emissões vocais. Cada espécie possui repertório único e pode ser distinguida por meio de análise de sonogramas. Outra técnica empregada durante o trabalho de campo foi o playback. Este artifício permite que se verifique a presença de determinada espécie esperada para a região, emitindo a vocalização desta ave e aguardando resposta de um possível indivíduo que venha a defender seu território. Para tanto, utilizou-se aparelho gravador digital Marantz PMD 620 e amplificador portátil. Esta técnica é eficiente, pois possibilita a atração de espécies inconspícuas.

O método de busca direta foi aplicado por meio de caminhadas aleatórias por toda a extensão da área de estudo, executadas nos períodos matutino (das 06h00min às 12h00min), vespertino (das 14h00min às 18h00min) e noturno (das 18h00min às 22h00min). Desta forma, todos os espécimes vistos ou detectados auditivamente foram anotados em caderneta de campo.

A classificação das espécies seguiu a lista do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO, 2014) tanto para a taxonomia como para a nomenclatura popular das espécies. A compilação da riqueza de aves no local realizou-se no dia 05 e 06 de novembro de 2018, com um esforço amostral de cerca de 16 horas. A classificação das ameaças em nível regional (SEMA, 2018) e nacional (IBAMA, 2014).

### 9.2.2.2. Resultados e discussão

Dentre as cerca de 400 espécies levantadas em campo, 122 (cento e vinte e duas) foram registradas em 2 (dois) dias de campo (Tabela 6).

**Tabela 6. Espécies de aves registradas através de bibliografia e em campo nas áreas dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR, classificadas o grau de endemismo e sensibilidade à alteração ambiental. Nomenclatura (científica e vernácula) e ordenação taxonômica de acordo com Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2014).**

Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	Tinamidae			
PR-EN	<i>Tinamus solitarius</i> *	macuco		Atl
	<i>Crypturellus obsoletus</i>	inhambuguaçu	X	
BR-VU; PR-EN	<i>Crypturellus noctivagus</i> *	jaó-do-sul		Atl
	<i>Crypturellus parvirostris</i>	inhambu-chororó		
	<i>Crypturellus tataupa</i>	inhambu-chororó		
	<i>Nothura maculosa</i>	codorna-amarela		
	Anatidae			
	<i>Dendrocygna bicolor</i>	marreca-caneleira		
	<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê		
	<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato		
	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	marreca-de-pé-vermelha	X	
PR-VU	<i>Anas flavirostris</i>	marreca-pardinha		
	<i>Anas georgica</i>	marreca-parda		
	<i>Anas bahamensis</i>	marreca-toicinho		
	<i>Anas versicolor</i>	marreca-cricri		
PR-VU	<i>Sarkidiornis sylvicola</i>	pato-de-crista		
	<i>Netta erythrophthalma</i>	paturi-preta		
	<i>Netta peposaca</i>	marrecão		
	Cracidae			
PR-EN	<i>Aburria jacutinga</i> *	jacutinga		Atl
	<i>Ortalis squamata</i> *	aracuã	X	Atl
	<i>Penelope superciliaris</i> *	jacupemba		
	<i>Penelope obscura</i> *	jacu-açu		
	Odontophoridae			
	<i>Odontophorus capueira</i> *	uru		



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	Podicipedidae			
	<i>Rollandia rolland</i>	mergulhão-de-orelha-branca		
	<i>Podilymbus podiceps</i>	mergulhão-caçador		
	<i>Podiceps major</i>	mergulhão-grande		
	Fregatidae			
	<i>Fregata magnificens</i>	tesourão		
	Phalacrocoracidae			
	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	biguá		
	Ardeidae			
	<i>Tigrisoma lineatum</i>	socó-boi		
BR-EN;PR-EN	<i>Tigrisoma fasciatum</i>	socó-boi-escuro		
	<i>Botaurus pinnatus</i>	socó-boi-baio		
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	savacu		
	<i>Nyctanassa violacea</i>	savacu-de-coroa		
	<i>Butorides striata</i>	socozinho		
	<i>Bubulcus ibis</i>	garça-vaqueira		
PR-CR	<i>Cochlearius cochlearius</i>	arapapá		
	<i>Ardea cocoi</i>	socó-grande		
	<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande		
	<i>Syrigma sibilatrix</i>	maria-faceira		
	<i>Egretta thula</i>	garça-branca-pequena		
	<i>Egretta caerulea</i>	garça-azul		
	Therskiornithidae			
BR-VU	<i>Eudocimus ruber</i>	guará		
	<i>Plegadis chihi</i>	caraúna-de-cara-branca		
	<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	coró-coró		
	<i>Phimosus infuscatus</i>	maçarico-de-cara-pelada		
	<i>Theristicus caudatus</i>	curicaca		
	<i>Platalea ajaja</i>	colhereiro		
	Cathartidae			
	<i>Cathartes aura</i>	urubu-cabeça-vermelha	X	
	<i>Cathartes burrovianus</i>	urubu-de-cabeça-amarela		
	<i>Coragyps atratus</i>	urubu-comum	X	
	Pandionidae			
	<i>Pandion haliaetus</i>	águia-pescadora		
	Accipitridae			
PR-VU	<i>Chondrohierax uncinatus</i>	gavião-caracoleiro		
	<i>Leptodon cayanensis</i>	gavião-cabeça-cinza		
	<i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura	X	
	<i>Elanus leucurus</i>	peneira		
	<i>Harpagus diodon</i>	gavião-bombachinha		
PR-VU	<i>Accipiter poliogaster</i>	tauató-pintado		
	<i>Accipiter superciliosus</i>	gavião-miúdo		
	<i>Accipiter striatus</i>	gaviãozinho		
	<i>Accipiter bicolor</i>	gavião-bombachinha-grande		
	<i>Ictinia plumbea</i>	sovi		
	<i>Rosthamus sociabilis</i>	gavião-caramujeiro		
	<i>Geranospiza caerulescens</i>	gavião-pernilongo		
	<i>Heterospizias meridionalis</i>	gavião-caboclo		
BR-VU; PR-VU	<i>Amadonastur lacernulatus*</i>	gavião-pombo-pequeno		Atl
	<i>Urubitinga urubitinga</i>	gavião-preto		
	<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	X	
	<i>Parabuteo leucorrhous</i>	gavião-sobre-branco		
PR-CR	<i>Buteogallus aequinoctialis</i>	Gavião-caranguejeiro		
	<i>Geranoaetus albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco		
	<i>Pseudastor polionotus*</i>	gavião-pombo-grande		
	<i>Buteo brachyurus</i>	gavião-de-cauda-curta		



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
PR-VU	<i>Spizaetus melanoleucus</i>	gavião-pato		
PR-EN	<i>Spizaetus ornatus</i>	gavião-de-penacho		
PR-VU	<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pega-macaco		
	Falconidae			
	<i>Caracara plancus</i>	carcará	X	
	<i>Milvago chimachima</i>	carrapateiro	X	
	<i>Milvago chimango</i>	chimango		
	<i>Herpetotheres cachinnans</i>	acauã		
	<i>Micrastur ruficollis</i>	gavião-caburé		
	<i>Micrastur semitorquatus</i>	gavião-relógio		
	<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri		
	<i>Falco ruficularis</i>	cauré		
	<i>Falco femoralis</i>	falcão-de-coleira		
	<i>Falco peregrinus</i>	falcão-peregrino		
	Aramidae			
	<i>Aramus guarauna</i>	carão		
	Rallidae			
PR-VU	<i>Rallus longirostris</i>	saracura-matraca		
	<i>Aramides cajanea</i>	saracura-três-potes		
	<i>Aramides saracura</i>	saracura-do-mato	X	Atl
PR-VU	<i>Amaurolimnas concolor</i>	saracura-lisa		
	<i>Laterallus melanophaius</i>	sanã-parda		
	<i>Laterallus exilis</i>	sanã-do-capim		
	<i>Porzana albicollis</i>	sanã-carijó		
	<i>Pardirallus nigricans</i>	saracura-anã	X	
	<i>Pardirallus sanguinolentus</i>	saracura-do-banhado		
	<i>Gallinula galeata</i>	frango-d'água-comum		
	<i>Porphyrio martinica</i>	frango-d'água-azul		
	<i>Fulica armillata</i>	carqueja-de-bico-manchado		
	Heliornithidae			
PR-EN	<i>Heliornis fulica</i>	picaparra		
	Charadriidae			
	<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	X	
	Haematopodidae			
PR-VU	<i>Haematopus palliatus</i>	piru-piru		
	Recurvirostridae			
	<i>Himantopus melanurus</i>	pernilongo-de-costas-brancas		
	Scolopacidae			
	<i>Gallinago paraguaiiae</i>	narceja		
	<i>Bartramia longicauda</i>	maçarico-do-campo		
	<i>Actitis macularius</i>	maçarico-pintado		
	<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário		
	<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-grande-perna-amarela		
	<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela		
	<i>Phalaropus tricolor</i>	pisa-n'água		
	<i>Phalaropus fulicarius</i>	falaropo-de-bico-grosso		
	Jacaniidae			
	<i>Jacana jacana</i>	jaçanã		
	Sternidae			
PR-VU	<i>Sterna hirundinacea</i>	trinta-réis-bico-vermelho		
PR-EN	<i>Thalasseus maximus</i>	trinta-réis-real		
	Laridae			
	<i>Larus dominicanus</i>	gaivotão		
	Columbidae			
	<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa	X	
	<i>Columbina picui</i>	picuí		
BR-CR; PR-CR	<i>Claravis geoffroyi</i>	pararu-espelho		Atl



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Columba livia</i>	pombo-doméstico		
	<i>Patagioenas picazuro</i>	asa-branca	X	
	<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	X	
	<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa		
	<i>Zenaida auriculata</i>	pomba-de-bando		
	<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	X	
	<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-gemeadeira		
	<i>Geotrygon montana</i>	pariri		
	Psittacidae			
	<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha		
	<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim	X	Atl
	<i>Brotogeris tirica*</i>	periquito-rico	X	
BR-VU	<i>Touit surdus</i>	apuim		Atl
BR-VU; PR-VU	<i>Touit melanonotus*</i>	apuim-de-costas-pretas		Atl
	<i>Pionopsita pileata*</i>	cuiú-cuiú	X	
	<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	X	
BR-VU; PR-VU	<i>Amazona brasiliensis*</i>	papagaio-de-cara-roxa		Atl
BR-VU; PR-VU	<i>Amazona vinacea*</i>	Papagaio-peito-roxo		Atl
	<i>Amazona aestiva</i>	papagaio-verdadeiro		
PR-VU	<i>Triclarina malachitacea*</i>	sabiá-cica		Atl
	Cuculidae			
	<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	X	
	<i>Coccyzus melacoryphus</i>	papa-lagarta		
	<i>Coccyzus americanus</i>	papa-lagarta-asa-vermelha		
	<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto		
	<i>Guira guira</i>	anu-branco	X	
	<i>Tapera naevia</i>	saci	X	
	Tytonidae			
	<i>Tyto alba</i>	suindara		
	Strigidae			
	<i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato		
	<i>Megascops atricapilla*</i>	corujinha-sapo		Atl
	<i>Megascops sanctacatarinae</i>	corujinha		
PR-CR	<i>Pulsatrix perspicillata</i>	murucututu		
	<i>Pulsatrix koenigswaldiana*</i>	murucututu-de-barriga-amarela		Atl
	<i>Strix hylophila*</i>	coruja-listrada		Atl
	<i>Strix virgata</i>	coruja-listrada		
PR-CR	<i>Strix huhula</i>	coruja-preta		
PR-VU	<i>Glaucidium minutissimum</i>	caburé-miudinho		
	<i>Glaucidium brasilianum</i>	caburé		
	<i>Athene cunicularia</i>	coruja-do-campo		
	<i>Asio clamator</i>	coruja-orelhuda		
	<i>Asio stygius</i>	mocho-diabo		
	Nyctibidae			
	<i>Nyctibius griseus</i>	urutau	X	
	Caprimulgidae			
	<i>Antrostomus rufus</i>	joão-corta-pau		
	<i>Antrostomus sericocaudatus</i>	bacurau-rabo-de-seda		
	<i>Lurocalis semitorquatus</i>	tuju	X	
	<i>Hydropsalis albicollis</i>	bacurau	X	
	<i>Hydropsalis parvula</i>	bacurau-chintã		
	<i>Hydropsalis longirostris</i>	bacurau-da-telha		
	<i>Hydropsalis torquata</i>	bacurau-tesoura		
	<i>Chordeiles nacunda</i>	coruçã		
	Apodidae			
	<i>Cypseloides fumigatus</i>	taperuçu-preto		
	<i>Streptoprocne zonaris</i>	andorinhão-coleira		



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Chaetura cinereiventris</i>	andorinhão-sobre-cinzento	X	
	<i>Chaetura meridionalis</i>	andorinhão-do-temporal	X	
	Trochilidae			
	<i>Ramphodon naevius*</i>	beija-flor-rajado	X	Atl
	<i>Phaethornis squalidus*</i>	rabo-branco-pequeno		Atl
	<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flor-tesoura		
	<i>Aphantochroa cirrhochloris*</i>	beija-flor-cinza	X	Atl
	<i>Florisuga fusca*</i>	beija-flor-preto	X	Atl
	<i>Anthracothorax nigricollis</i>	beija-flor-de-veste-preta		
	<i>Lophornis chalybeus</i>	topetinho-verde		
	<i>Chlorostilbon lucidus</i>	besourinho-bico-vermelho		
	<i>Thalurania glaucopis</i>	tesoura-de-fronte-violeta	X	
	<i>Leucochloris albicollis*</i>	beija-flor-de-papo-branco		
	<i>Amazilia versicolor</i>	beija-flor-de-banda-branca		
	<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-garganta-verde	X	Atl
	<i>Clytolaema rubricauda*</i>	beija-flor-rubi		Atl
	<i>Calliphlox amethystina</i>	estrelinha-ametista		
	Trogonidae			
	<i>Trogon viridis</i>	surucuá-grande-barriga-amarela	X	
	<i>Trogon surrucura*</i>	surucuá-variado		
	<i>Trogon rufus</i>	surucuá-de-peito-azul		
	Alcedinidae			
	<i>Megaceryle torquata</i>	martim-pescador-grande		
	<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde		
	<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno		
	<i>Chloroceryle aenea</i>	martinho		
	<i>Chloroceryle inda</i>	martim-pescador-da-mata		
	Momotidae			
	<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva		
	Bucconidae			
	<i>Notharchus swainsoni*</i>	macuru-de-barriga-castanha		
	<i>Malacoptila striata*</i>	barbudo-rajado		
	<i>Nonnula rubecula</i>	joão-macuru		
	Ramphastidae			
	<i>Ramphastos vitellinus</i>	tucano-de-bico-preto	X	
	<i>Ramphastos dicolorus*</i>	tucano-bico-verde		
	<i>Selenidera maculirostris*</i>	araçari-poca		
PR-VU	<i>Pteroglossus bailoni*</i>	aracari-banana		
	<i>Pteroglossus aracari</i>	araçari-de-bico-branco		
	Picidae			
	<i>Picumnus temminckii*</i>	pica-pau-anão-carijó	X	Atl
	<i>Melanerpes candidus</i>	pica-pau-branco		
	<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito		
	<i>Veniliornis spilogaster</i>	picapauzinho-verde-carijó	X	Atl
	<i>Piculus flavigula*</i>	pica-pau-bufador	X	
	<i>Colaptes melanochloros</i>	pica-pau-verde-barrado	X	
	<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	X	
	<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-velho	X	
BR-VU; PR-EN	<i>Celeus galeatus*</i>	pica-pau-de-cara-canela		
	<i>Dryocopus lineatus</i>	pica-pau-banda-branca		
	<i>Campephilus robustus</i>	pica-pau-rei		
	Thamnophilidae			
	<i>Terenura maculata*</i>	zidedê		Atl
	<i>Myrmeciza squamosa*</i>	papa-formiga-de-grota	X	Atl
	<i>Myrmotherula gularis</i>	choquinha-de-garganta-pintada		
	<i>Myrmotherula unicolor*</i>	choquinha-cinzenta		Atl
	<i>Dysithamnus stictothorax*</i>	choquinha-de-peito-pintado		Atl



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Dysithamnus mentalis</i> *	choquinha-lisa		Atl
	<i>Herpilochmus rufimarginatus</i> *	chorozinho-de-asa-vermelha	X	Atl
BR-EN; PR-EN	<i>Formicivora acutirostris</i> *	bicudinho-do-brejo		Atl
	<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	choca-boné-vermelho		
	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	choca-da-mata	X	
	<i>Hypoedaleus guttatus</i> *	chocão-carijó	X	
	<i>Batara cinerea</i> *	matracão		Atl
	<i>Mackenziaena leachii</i> *	borralhara-assobiador		Atl
	<i>Mackenziaena severa</i> *	borralhara		Atl
	<i>Pyriglena leucoptera</i> *	papa-taoca	X	Atl
	<i>Dryophila ferruginea</i> *	trovoada		Atl
	<i>Dryophila ochropyga</i> *	choquinha-de-dorso-vermelho		Atl
	<i>Dryophila squamata</i> *	pintadinho		Atl
	Conopophagidae			
	<i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente		
	<i>Conopophaga melanops</i> *	cuspidor-de-máscara-preta		Atl
	Grallariidae			
	<i>Gralaria varia</i> *	tovacuçu		Atl
	Rhinocryptidae			
	<i>Eleoscytalopus indigoticus</i> *	macuquinho	X	Atl
	<i>Psilorhamphus guttatus</i> *	tapaculo-pintado		Atl
	Formicariidae			
	<i>Formicarius colma</i> *	galinha-do-mato		
	<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campainha		
	Scleruridae			
	<i>Sclerurus scansor</i> *	vira-folha		Atl
	Dendrocolaptidae			
	<i>Dendrocincla turdina</i>	arapaçu-liso	X	Atl
	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	X	
	<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	arapaçu-rajado	X	
	<i>Lepidocolaptes falcinellus</i>	arapaçu-escamoso		
	<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	arapaçu-grande	X	
	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	arapaçu-grande-garganta-branca		
	Furnariidae			
	<i>Xenops minutus</i>	bico-virado-miúdo		Atl
	<i>Xenops rutilans</i>	bico-virado	X	
	<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	X	
	<i>Lochmias nematura</i>	joão-porca		
	<i>Automolus leucophthalmus</i> *	barranqueiro-de-olho-branco		Atl
	<i>Philydor lichtensteini</i>	limpa-folha-ocrácea		
	<i>Philydor atricapillus</i> *	limpa-folha-coroada	X	Atl
	<i>Philydor rufum</i> *	limpa-folha-de-testa-baia		Atl
PR-EN	<i>Phleocryptes melanops</i>	bate-bico		
	<i>Cichlocolaptes leucophrus</i> *	trepador-sobrancelha	X	Atl
	<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	curutié		
	<i>Synallaxis ruficapilla</i>	pichororé	X	
	<i>Synallaxis spixi</i>	joão-teneném	X	
	Pipridae			
	<i>Manacus manacus</i>	rendeira	X	Atl
	<i>Ilicura militaris</i> *	tangarazinho		Atl
	<i>Chiroxiphia caudata</i> *	tangará	X	Atl
	Tityridae			
	<i>Oxyruncus cristatus</i>	araponga-do-horto		
	<i>Myiobius barbatus</i>	assanhadinho		
	<i>Myiobius atricaudus</i> *	assanhadinho-de-cauda-preta		Atl
	<i>Schiffornis virescens</i> *	flautim	X	Atl
	<i>Tityra inquisitor</i>	anambé-bochecha-parda		



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Tityra cayana</i>	anambé-branco-rabo-preto		
	<i>Pachyramphus castaneus</i> *	caneleirinho		
	<i>Pachyramphus polychopterus</i>	caneleirinho-preto		
	<i>Pachyramphus validus</i>	caneleiro-de-chapéu-negro		
	Onychorhynchidae			
PR-VU	<i>Onychorhynchus swainsoni</i>	Maria-leque		Atl
	Cotingidae			
PR-VU	<i>Lipaugus lanioides</i> *	tropeiro-da-serra		Atl
	<i>Procnias nudicollis</i> *	araponga		Atl
	<i>Carpornis cucullata</i>	corocochó		
	<i>Pyroderus scutatus</i>	pavó		
BR-VU; PR-VU	<i>Carpornis melanocephala</i> *	sabiá-pimenta		Atl
	<i>Phibalura flavirostris</i> *	tesourinha-da-mata		Atl
	Incertae sedis			
	<i>Platyrhincus mystaceus</i>	patinho		
PR-VU	<i>Platyrhincus leucoryphus</i> *	patinho-gigante		Atl
PR-VU	<i>Piprites chloris</i>	papinho-amarelo		
PR-CR	<i>Piprites pileata</i> *	caneleirinho-de-chapéu-preto		Atl
	Rhynchocyclidae			
	<i>Mionectes rufiventris</i> *	supi-de-cabeça-cinza		Atl
	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	cabeçudo	X	
BR-VU	<i>Phylloscartes kronei</i> *	maria-da-restinga	X	Atl
	<i>Phylloscartes oustaleti</i> *	papa-moscas-de-olheiras		Atl
PR-VU	<i>Phylloscartes sylviolus</i> *	maria-pequena		Atl
PR-VU	<i>Phylloscartes paulista</i> *	borboletinha		Atl
PR-VU	<i>Phylloscartes difficilis</i> *	estalinho		Atl
	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-orelha-preta	X	
	<i>Todirostrum poliocephalum</i> *	teque-teque	X	Atl
	<i>Todirostrum cinereum</i>	ferreiro-relógio		Atl
	<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i> *	tororó		Atl
	<i>Myiornis auricularis</i> *	miudinho		Atl
	<i>Hemitriccus orbitatus</i> *	tiririzinho-do-mato		Atl
BR-CR; PR-EN	<i>Hemitriccus kaempferi</i> *	maria-catarinense		Atl
	<i>Hemitriccus nidipendulus</i>	campainha		Atl
	Tyrannidae			
	<i>Hirundinea ferruginea</i>	birro		
PR-VU	<i>Tachuris rubrigastra</i>	papa-piri		
	<i>Tyranniscus burmeisteri</i>	piolhinho-chiador		
	<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha	X	
	<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracava-barriga-amarela	X	
	<i>Elaenia parvirostris</i>	guaracava-de-bico-curto		
	<i>Elaenia mesoleuca</i> *	tuque		Atl
	<i>Elaenia obscura</i> *	tucão		Atl
	<i>Myiopagis caniceps</i>	guaracava-cinzenta	X	
	<i>Phyllomyias virescens</i>	piolhinho-verdoso		
	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolhinho		
	<i>Phyllomyias griseocapilla</i>	piolhinho-de-boné-cinza		
	<i>Serpophaga nigricans</i>	joão-pobre		
	<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho		
	<i>Attila phoenicurus</i>	capitão-castanha		
	<i>Attila rufus</i> *	capitão-de-saíra	X	Atl
	<i>Legatus leucophaeus</i>	bem-te-vi-pirata	X	
	<i>Ramphotrigon megacephalum</i> *	maria-cabeçuda		Atl
	<i>Myiarchus swainsoni</i>	irrê		
	<i>Myiarchus ferox</i>	maria-cavaleira		
	<i>Myiarchus tyrannulus</i>	maria-cavaleira-rabo-enferrujado		
	<i>Syristes sibilator</i> *	suiriri-assobiador	X	Atl



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	X	
	<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro		
	<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem-te-vi-rajado	X	
	<i>Megarhynchus pitangua</i>	neinei	X	
	<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho	X	
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	X	
	<i>Tyrannus savanna</i>	tesourinha	X	
	<i>Empidonomus varius</i>	peitica	X	
	<i>Conopias trivirgatus*</i>	bem-te-vi-pequeno	X	Atl
	<i>Colonia colonus</i>	noivinha-rabo-preto		
	<i>Myiophobus fasciatus</i>	filipe	X	
	<i>Pyrocephalus rubinus</i>	príncipe		
PR-EN	<i>Pseudolopteryx flaviventris</i>	tricolino-oliváceo		
PR-EN	<i>Pseudolopteryx sclateri</i>	tricolino		
	<i>Fluvicola nengeta</i>	lavadeira-mascarada	X	
	<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	guaracavuçu	X	
	<i>Lathrotriccus euleri</i>	enferrujado	X	
	<i>Contopus cinereus*</i>	papa-mosca-cinzento		Atl
	<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno		
	<i>Muscipira vetula*</i>	tesourinha-cinzenta		Atl
	Vireonidae			
	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	gente-de-fora-vem	X	
	<i>Vireo chivi</i>	juruviara	X	
	<i>Hylophilus poicilotis</i>	verdinho-coroado	X	
	Corvidae			
	<i>Cyanocorax caeruleus*</i>	gralha-azul	X	Atl
	Hirundinidae			
	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	X	
	<i>Alopocheilidon fucata</i>	andorinha-morena		
	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora	X	
	<i>Progne tapera</i>	andorinha-do-campo	X	
	<i>Progne chalybea</i>	andorinha-doméstica-grande	X	
	<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	andorinha-de-testa-branca		
	<i>Hirundo rustica</i>	andorinha-de-bando		
	Troglodytidae			
	<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	X	
	<i>Cantorchilus longirostris*</i>	garrincho-de-bico-grande	X	Atl
	Poliptilidae			
	<i>Ramphocaenus melanurus</i>	bico-assovelado	X	
	Turdidae			
	<i>Turdus flavipes</i>	sabiá-una		
	<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	X	
	<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco		
	<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	X	
	<i>Turdus subalaris*</i>	sabiá-ferreiro		Atl
	<i>Turdus albicollis*</i>	sabiá-coleira	X	Atl
	Mimidae			
	<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo		
	Motacilidae			
	<i>Anthus lutescens</i>	caminhairo-zumbidor		
	Coerebidae			
	<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	X	
	Thraupidae			
	<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro-verdadeiro	X	
	<i>Orchesticus abeillei*</i>	sanhaçu-pardo		Atl
	<i>Orthogonys chloricterus*</i>	catirumbava		Atl
	<i>Thlypopsis sordida</i>	sai-canário		



Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Tachyphonus coronatus*</i>	tié-preto	X	Atl
	<i>Ramphocelus bresilius*</i>	tié-sangue	X	Atl
	<i>Lanio cristatus</i>	tié-galo	X	
	<i>Trichothraupis melanops</i>	tié-de-espelho	X	
	<i>Tangara seledon</i>	saíra-sete-cores	X	
	<i>Tangara cyanocephala*</i>	saíra-militar	X	Atl
	<i>Tangara desmaresti*</i>	saíra-lagarta		
	<i>Tangara sayaca</i>	sanhaçu-cinzento	X	
	<i>Tangara cyanoptera*</i>	sanhaçu-de-encontro-azul	X	Atl
	<i>Tangara palmarum</i>	sanhaçu-do-coqueiro	X	
	<i>Tangara ornata*</i>	sanhaçu-de-encontro-amarelo		Atl
	<i>Tangara peruviana*</i>	saíra-sapucaia	X	Atl
	<i>Tangara preciosa</i>	saíra-preciosa		
	<i>Stephanophorus diadematus</i>	sanhaçu-frade		
	<i>Schistochlamys ruficapillus</i>	bico-de-veludo		
	<i>Pipraeidea melanonota</i>	saíra-viúva	X	
	<i>Pipraeidea bonariensis</i>	sanhaçu-papa-laranja		
	<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha		
PR-VU	<i>Dacnis nigripes*</i>	saí-de-pernas-pretas		Atl
	<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	X	
	<i>Chlorophanes spiza*</i>	saí-verde		
	<i>Hemithraupis guira</i>	saíra-papo-preto		
	<i>Hemithraupis ruficapilla*</i>	saíra-ferrugem	X	Atl
	<i>Conirostrum bicolor*</i>	figuinha-do-mangue		Atl
	Emberizidae			
	<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	X	
	<i>Ammodramus humeralis</i>	tico-tico-do-campo		
	<i>Haplospiza unicolor*</i>	cigarra-bambu		Atl
	<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra-verdadeiro	X	
	<i>Sicalis luteola</i>	tipio		
	<i>Volatinia jacarina</i>	tisiu		
BR-VU; PR-EN	<i>Sporophila frontalis*</i>	pioxó		Atl
BR-VU; PR-EN	<i>Sporophila falcirostris*</i>	cigarra-verdadeira		Atl
	<i>Sporophila lineola</i>	bigodinho		
	<i>Sporophila caerulea</i>	coleirinho		
PR-VU	<i>Sporophila angolensis</i>	curió		
	<i>Tiaris fuliginosus*</i>	cigarra-do-coqueiro		Atl
	Cardinalidae			
	<i>Habia rubica</i>	tié-do-mato		
	Parulidae			
	<i>Setophaga pitayumi</i>	mariquita	X	
	<i>Geothlyps aequinoctialis</i>	pia-cobra	X	
	<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	X	
	<i>Myiothlypis leucoblepharus</i>	pula-pula-assobiador		
	<i>Myiothlypis rivularis*</i>	pula-pula-ribeirinho	X	Atl
	Icteridae			
	<i>Cacicus chrysopterus</i>	tecelão		
	<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	X	
	<i>Icterus pyrrhopterus</i>	encontro		
	<i>Gnorimopsar chopi</i>	graúna		
	<i>Agelasticus cyanopus</i>	carretão		
PR-VU	<i>Agelasticus thilius</i>	sargento		
	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	garibaldi		
	<i>Pseudoleistes virescens</i>	dragão		
	<i>Agelasticus thilius</i>	sargento		
	<i>Agelaioides badius</i>	asa-de-telha		
	<i>Molothrus oryzivorus</i>	iraúna-grande		

Status <sup>1</sup>	Táxon	Nome Comum	Campo <sup>2</sup>	Atl. <sup>3</sup>
	<i>Molothrus bonariensis</i>	vira-bosta		
	<i>Sturnella superciliaris</i>	polícia-inglesa		
	Fringilidae			
	<i>Sporagra magellanica</i>	pintassilgo		
	<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro	X	Atl
	<i>Euphonia chalybea</i>	cais-cais		
	<i>Euphonia chlorotica</i>	fi-fi-verdadeiro		
	<i>Euphonia cyanocephala</i>	gaturamo-rei		Atl
	<i>Euphonia pectoralis</i> *	ferro-velho	X	Atl
	Estrildidae			
	<i>Estrilda astrild</i>	bico-de-lacre	X	
	Passeridae			
	<i>Passer domesticus</i>	pardal	X	

<sup>1</sup>Status: BR = Espécie ameaçada de extinção em nível nacional (IBAMA, 2014). PR = Espécie ameaçada de extinção em nível estadual (Decreto 11797/2018). VU = vulnerável; EN = em perigo; CR = criticamente em perigo.

<sup>2</sup> Campo = Espécies identificadas em campo.

<sup>3</sup> Atl. = espécie endêmica do bioma Mata Atlântica.

Dentre estas espécies identificadas, algumas são amplamente distribuídas, tais como: *Vanellus chilensis* (quero-quero), *Ardea alba* (garça-branca-grande), *Myiophobus fasciatus* (felipe), *Synallaxis spixi* (joão-tenenem), *Coragyps atratus* (urubu-cabeça-preta), *Turdus amaurochalinus* (sabiá-poca) entre outras. Outras são endêmicas e restritas a vertente atlântica, tais como: *Ramphodon naevius* (beija-flor-rajado), *Herpsilochmus rufimarginatus* (chorozinho-de-asa-vermelha), *Conopophaga melanops* (chupa-dente-de-máscara), *Todirostrum poliocephalum* (teque-teque), *Atilla rufus* (capitão-de-saíra), *Cantorchilus longirostris* (garrinchão-de-bico-grande), entre outras.

Dentre as espécies registradas em campo, algumas espécies são representadas abaixo, tais como *Aphantochroa cirrochloris* (beija-flor-cinza), *Caracara plancus* (carcará), *Cacicus haemorrhous* (guaxe), *Cathartes aura* (urubu-cabeça-vermelha), *Cnemotriccus fuscatus* (guaracavuçu), *Conopias trivirgatus* (bem-te-vi-pequeno), *Dendrocolaptes platyrostris* (arapaçu-grande), *Florisuga fusca* (beija-flor-preto), *Manacus manacus* (rendeira), *Columbina talpacoti* (rolinha-roxa), *Myiopagis caniceps* (guaracava-cinzenta), *Cyanocorax caeruleus* (gralha-azul), *Phylloscartes kronei* (maria-da-restinga), *Patagioenas cayenensis* (pomba-galega), *Saltator similis* (papa-banana), *Pipraeidea melanonota* (saíra-viúva), *Tangara cyanocephala* (saíra-militar), *Tachyphonus coronatus* (tié-preto), entre outros (Figura 37; Figura 38; Figura 39; Figura 40; Figura 41; Figura 42; Figura 43; Figura 43; Figura 44; Figura 45).

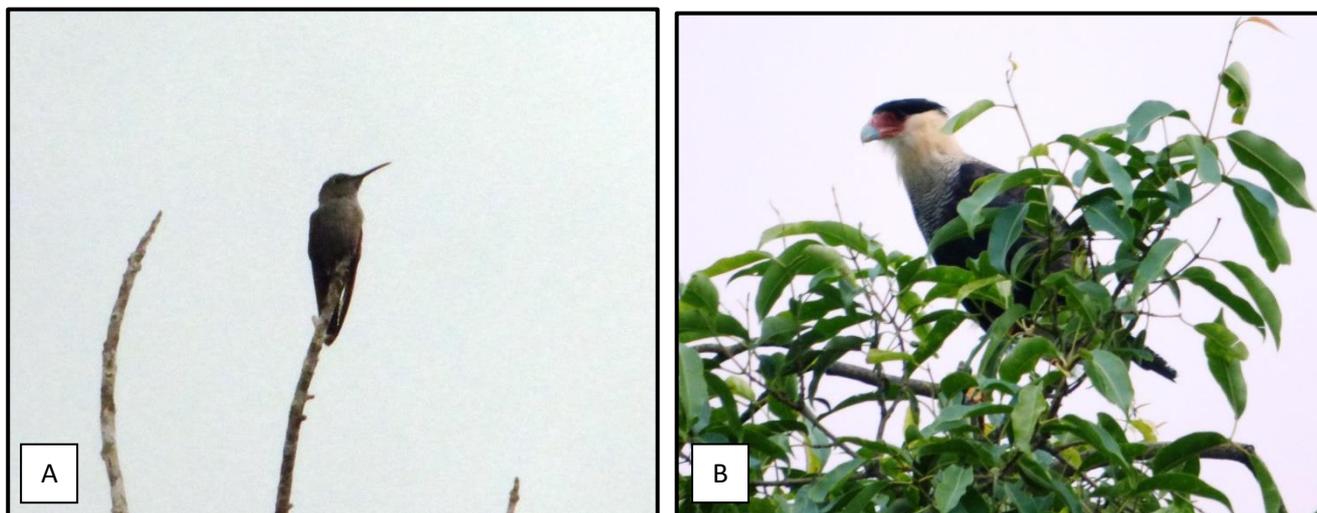


Figura 37. A: *Aphantochroa cirrhochloris* (beija-flor-cinza); B: *Caracara plancus* (carcará).

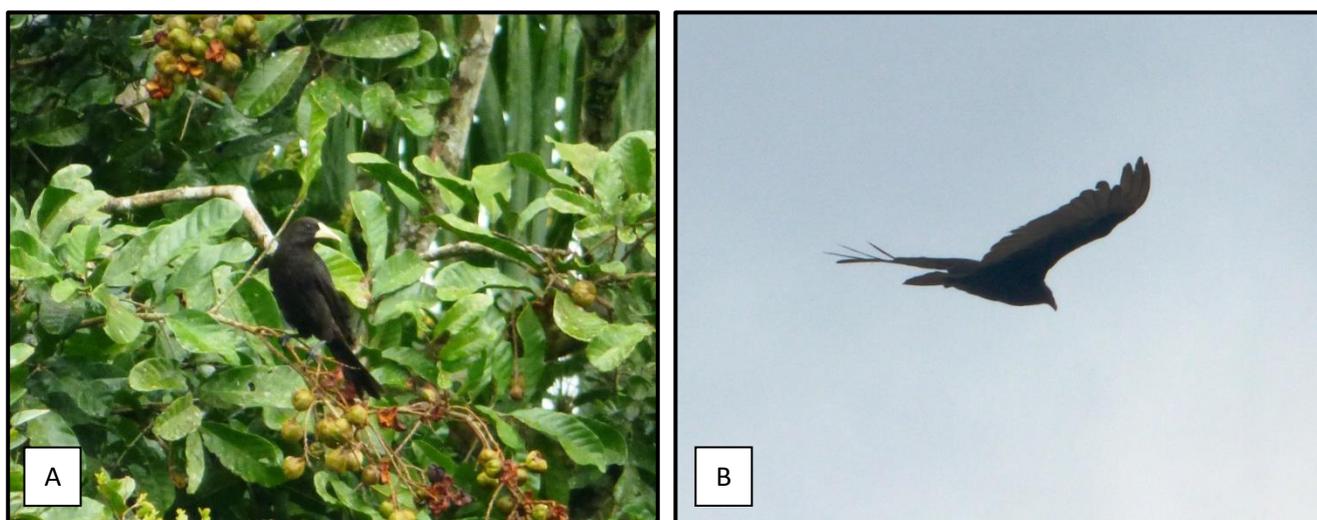


Figura 38. A: *Cacicus haemorrhous* (guaxe); B: *Cathartes aura* (urubu-cabeça-vermelha).



Figura 39. A: *Cnemotriccus fuscatus* (guaracavuçu); B: *Conopias trivirgatus* (bem-te-vi-pequeno).



Figura 40. A: *Dendrocolaptes platyrostris* (arapaçu-grande); B: *Florissuga fusca* (beija-flor-preto).



A



B

Figura 41. A: *Manacus manacus* (rendeira); B: *Columbina talpacoti* (rolinha-roxa).



A



B

Figura 42. A: *Myiopagis caniceps* (guaracava-cinzenta); B: *Cyanocorax caeruleus* (gralha-azul).

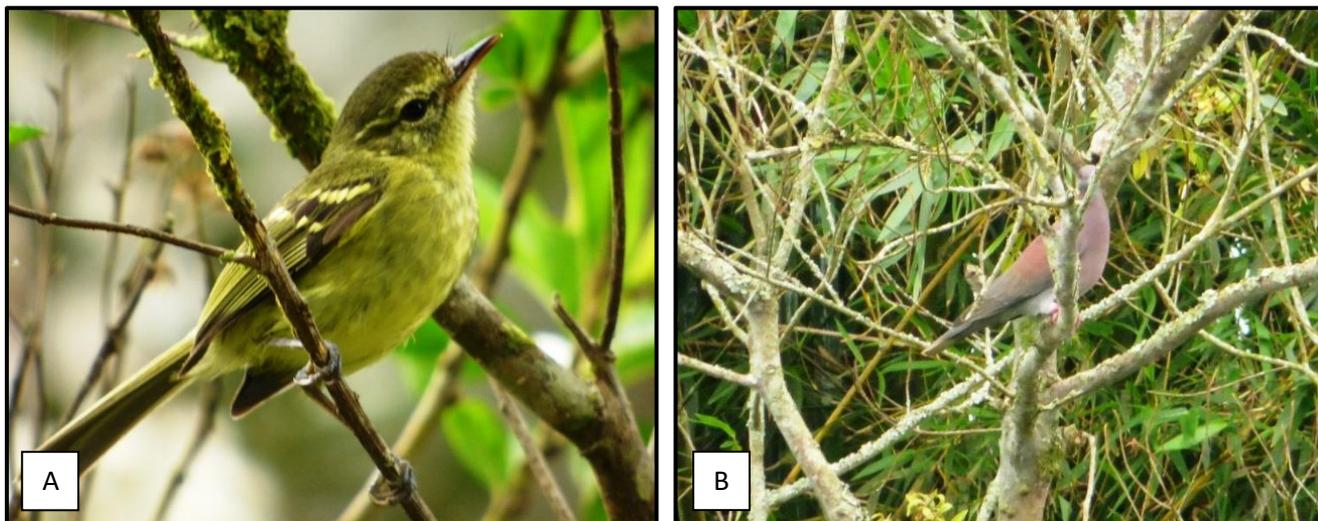


Figura 43. A: *Phylloscartes kronei* (maria-da-restinga); B: *Patagioenas cayennensis* (pomba-galega).



Figura 44. A: *Saltator similis* (trinca-ferro); B: *Pipraeidea melanonota* (saíra-viúva).

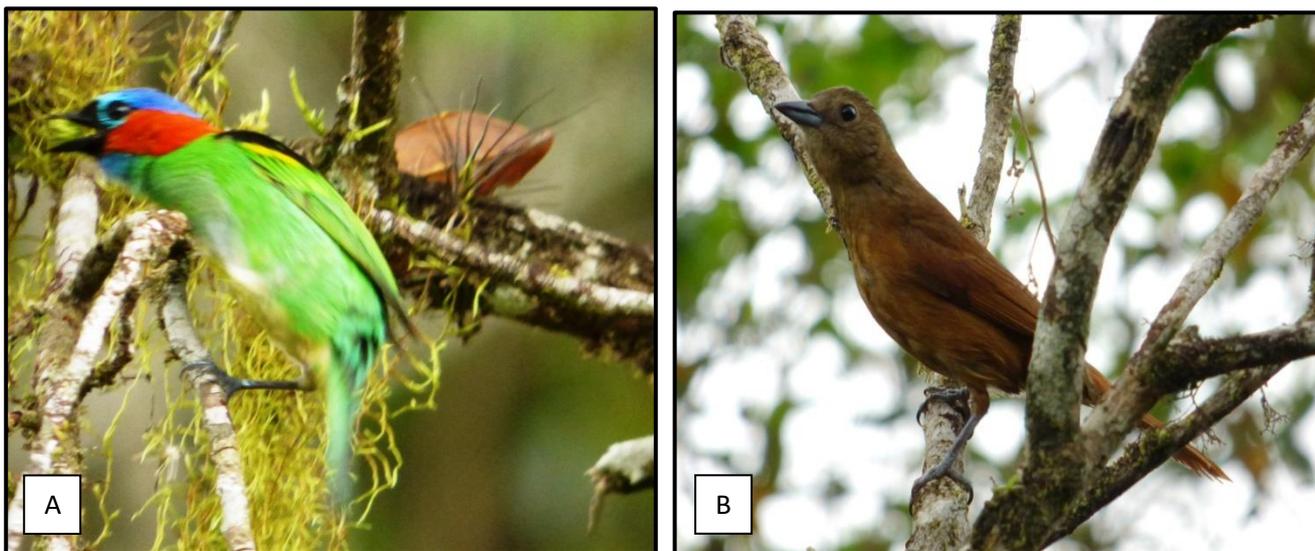


Figura 45. A: *Tangara cyanocephala* (saíra-militar); B: *Tachyphonus coronatus* (tié-preto).

### 9.2.2.3. Considerações finais

Durante os 2 (dois) dias de levantamento em campo foi possível registrar um total de 122 espécies ao longo das 16 horas de campo, dentre elas algumas espécies endêmicas e restritas a vertente atlântica. Devido as características da vegetação na região a tendência é de que haja uma maior riqueza do que a registrada no período. Pode-se concluir que tais áreas são importantes refúgios para a avifauna.

### 9.2.3. Mastofauna

#### 9.2.3.1. Protocolo de amostragem

O levantamento da mastofauna terrestre na área de estudo envolveu amostragem dos mamíferos de médio e grande porte, sendo os médios aqueles com peso de 1 a 10 kg e grandes aqueles com peso superior a 10,1 kg (CHEREM, 2005). Para isso foram realizadas caminhadas ao longo de toda a área de estudo, buscando-se registros indiretos (pegadas, fezes e carcaças) da presença dos *taxa*.

Para verificar o *status* de conservação dos *taxa* registrados foi consultado para âmbito global a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da IUCN (2012), para âmbito nacional a Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (IBAMA, 2014) e em âmbito estadual a normativa da SEMA (2004) que normatiza a Lista das Espécies Ameaçada de Extinção do Estado do Paraná.



### 9.2.3.2. Resultados e Discussão

Das cerca de 90 espécies de mamíferos levantados em bibliografia (Tabela 7), apenas 1 (uma) espécie foi registrada em campo. Trata-se de *Cerdocyon thous* (graxaim) (Figura 46). Esta espécie é amplamente distribuída (CHEREM et al. 2005) e não necessita ambientes bem conservados para existir.



Figura 46. *Cerdocyon thous* (graxaim).

**Tabela 7. Lista das espécies de mamíferos de possível ocorrência e registrados durante o levantamento da fauna das áreas dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal, Paranaguá-PR.**

Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Registros	Ambiente <sup>2</sup>
	DIDELPHIMORPHIA			
	Didelphidae			
	<i>Chironectes minimus</i>	cuíca-d'água		Al Fa
	<i>Didelphis albiventris</i>	gambá-de-orelha-branca		Ab Fi Fa
	<i>Didelphis aurita</i>	gambá-de-orelha-preta		Ab Fi Fa
	<i>Didelphis sp.</i>	gambá, raposa		Ab Fi Fa
	<i>Gracilinanus microtarsus</i>	guaiquica		Fi Fa
	<i>Lutreolina crassicaudata</i>	cuíca		Al Fi Fa
	<i>Metachirus nudicaudatus</i>	cuíca		Fa
	<i>Micoureus paraguayanus</i>	cuíca		Fi Fa
	<i>Monodelphis sp.</i>	catita		Ab Al Fi Fa
	<i>Philander frenatus</i>	cuíca		Al Fa
	CINGULATA			
	Dasypodidae			
	<i>Cabassous tatouay</i>	tatu-de-rabo-mole		Ab Fi Fa
	<i>Dasypus novemcinctus</i>	tatu-galinha		Ab Fi Fa
	<i>Dasypus septemcinctus</i>	tatu-mulita		Ab Fi Fa
	<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peludo		Ab Fi Fa
	PILOSA			
	Myrmecophagidae			
	<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim		Ab Fi Fa
	CHIROPTERA			
	Phyllostomidae			
	<i>Anoura caudifera</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Artibeus lituratus</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Artibeus fimbriatus</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Carollia perspicillata</i>	morcego		Ab Fi Fa
PR-VU	<i>Chiroderma doriae</i>	morcego		Fi Fa
PR-VU	<i>Chrotopterus auritus</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Desmodus rotundus</i>	morcego-vampiro		Ab Fi Fa
PR-VU	<i>Diphylla ecaudata</i>	morcego-vampiro		Ab Fi Fa
PR-CR	<i>Diaemus youngi</i>	Morcego-vampiro		Fi Fa
	<i>Glossophaga soricina</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Micronycteris megalotis</i>	morcego		Ab Fi Fa
PR-VU	<i>Mimon bennettii</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Platyrrhinus linneatus</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Pygoderma bilabiatum</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Sturnira lilium</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Sturnira tildae</i>	morcego		Ab Fi Fa
PR-VU	<i>Tonatia bidens</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Vampyressa pusilla</i>	morcego		Ab Fi Fa
	Vespertilionidae			
	<i>Dasypterus ega</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Eptesicus furinalis</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Histiotus montanus</i>	Morcego		Ab Fi Fa
	<i>Lasiurus ega</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Myotis ruber</i>	morcego		Fi Fa
	<i>Myotis nigricans</i>	morcego		Fi Fa
	<i>Myotis riparius</i>	morcego		Fi Fa
	<i>Myotis furinalis</i>	morcego		Fi Fa
	Molossidae			
	<i>Cynomops abrasus</i>	morcego		Ab Fi Fa



Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Registros	Ambiente <sup>2</sup>
PR-VU	<i>Eumops hansae</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Molossus molossus</i>	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Nyctimops</i> spp.	morcego		Ab Fi Fa
	<i>Tadarida brasiliensis</i>	morcego		Ab Fi Fa
	PRIMATES			
	Atelidae			
	<i>Alouatta clamitans</i>	bugio		Fa
	Cebidae			
	<i>Cebus nigrinus</i>	macaco, mico		Fi Fa
	CARNIVORA			
	Canidae			
	<i>Cerdocyon thous</i>	cachorro-do-mato	X	Ab Fi Fa
	Felidae			
	<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	jaguarundi		Ab Fi
BR-VU; PR-VU	<i>Leopardus pardalis</i>	jaguaritica		Fi Fa
BR-VU; PR-VU	<i>Leopardus tigrinus</i>	gato-do-mato-pequeno		Ab Fi Fa
BR-VU PR-VU	<i>Leopardus wiedii</i>	gato-maracajá		Fa
BR-VU; PR-VU	<i>Puma concolor</i>	leão, leão-baio, puma		Ab Fi Fa
	Mustelidae			
PR-VU	<i>Lontra longicaudis</i>	lontra		Al
	<i>Eira barbara</i>	irara		Fi Fa
	<i>Galictis cuja</i>	furão		Ab Fi Fa
	Procyonidae			
	<i>Nasua nasua</i>	quati		Fi Fa
	<i>Procyon cancrivorus</i>	mão-pelada		Al Ab Fi Fa
	ARTIODACTYLA			
	Tayassuidae			
PR-VU	<i>Pecari tajacu</i>	cateto		Fa
PR-CR	<i>Tayassu pecari</i>	queixada		Fa
	Cervidae			
	<i>Mazama americana</i>	veado-pardo		Fi Fa
	<i>Mazama gouazoubira</i>	veado-virá		Ab Fi Fa
BR-VU; PR-VU	<i>Mazama nana</i>	veado-poca		Fa
	LAGOMORPHA			
	Leporidae			
PR-VU	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	tapiti		Fi Fa
	RODENTIA			
	Sciuridae			
	<i>Guerlinguetus ingrami</i>	esquilo, serelepe		Fa
	Cricetidae			
	<i>Akodon montensis</i>	rato		Ab Fi Fa
	<i>Akodon cursor</i>	rato		Fa
	<i>Brucepattersonius iheringi</i>	rato		Fa
	<i>Delomys sublineatus</i>	rato		Fa
	<i>Euryoryzomys russatus</i>	rato		Fa
	<i>Holochilus brasiliensis</i>	rato		Al
	<i>Juliomys pictipes</i>	rato		Fi
	<i>Nectomys squamipes</i>	rato-d'água		Al Fi Fa
	<i>Oligoryzomys flavescens</i>	rato		Ab Fi
	<i>Oligoryzomys nigripes</i>	rato		Ab Fi
	<i>Oxymycterus</i> sp.	rato		Ab Fi Fa
	<i>Scapteromys</i> sp.	rato		Al
	<i>Sooretamys angouya</i>	rato		Fa
	<i>Thaptomys nigrita</i>	rato		Fa

Status <sup>1</sup>	Táxon (Ordem/Família/Espécie)	Nome Comum	Registros	Ambiente <sup>2</sup>
	Erethizontidae			
	<i>Sphiggurus spinosus</i>	ouriço		Fi Fa
	Caviidae			
	<i>Cavia aperea</i>	preá		Ab
	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	capivara		Al Ab Fi Fa
	Dasyproctidae			
	<i>Dasyprocta azarae</i>	cutia		Fi Fa
	Cuniculidae			
PR-EN	<i>Cuniculus paca</i>	paca		Al Fi Fa
	Echimyidae			
	<i>Euryzomatomys spinosus</i>	rato		Ab Fi
	<i>Phyllomys</i> sp.	rato-de-espinho		Fa
	<i>Kannabateomys amblyonyx</i>	rato-da-taquara		Fi Fa
	Myocastoridae			
	<i>Myocastor coypus</i>	ratão-do-banhado		Al

Registros: (P) pegadas; (V) visual; (F) fezes; (C) capturas; (A) armadilhas fotográficas. Status: <sup>1</sup> BR = Espécie ameaçada de extinção em nível nacional (IBAMA, 2014). PR = Espécie ameaçada de extinção em nível estadual (MICKCH & Bérnils, 2004). VU = vulnerável; EN = em perigo; CR = criticamente em perigo. Ambiente: AL= áreas alagadas, banhados; AB= áreas abertas; FI= floresta em estágio inicial; FA= floresta em estágio médio ou avançado.

O registro de poucas espécies de mamíferos já era esperado tendo em vista a raridade natural e dificuldade de registro dos mesmos devido aos modos de vida elusivos e noctívagos da maioria das espécies. A área de estudo, por estar inserida em uma grande matriz florestal relativamente bem preservada, deve ainda conter grande riqueza de espécies da mastofauna de pequeno, médio e grande porte.

#### 9.2.4. Considerações Finais

A área do Horto Florestal e dos Parques Gaivotas e Andorinhas, tratam-se apenas de pequena porção de uma extensa área de mata preservada. A riqueza de espécies registradas foi condizente com esta exuberante floresta. Grande riqueza de aves foi registrada e há grande potencial para ocorrência de espécies ameaçadas. Apesar disso nenhuma espécie ameaçada foi registrada durante o levantamento de campo.

A área do Horto Florestal é um importante local para exploração de pesquisa, passeios e educação ambiental. A estrutura florestal e a riqueza de espécies de vertebrados fazem com que haja grande possibilidade de encontro com a fauna nativa neste ambiente.

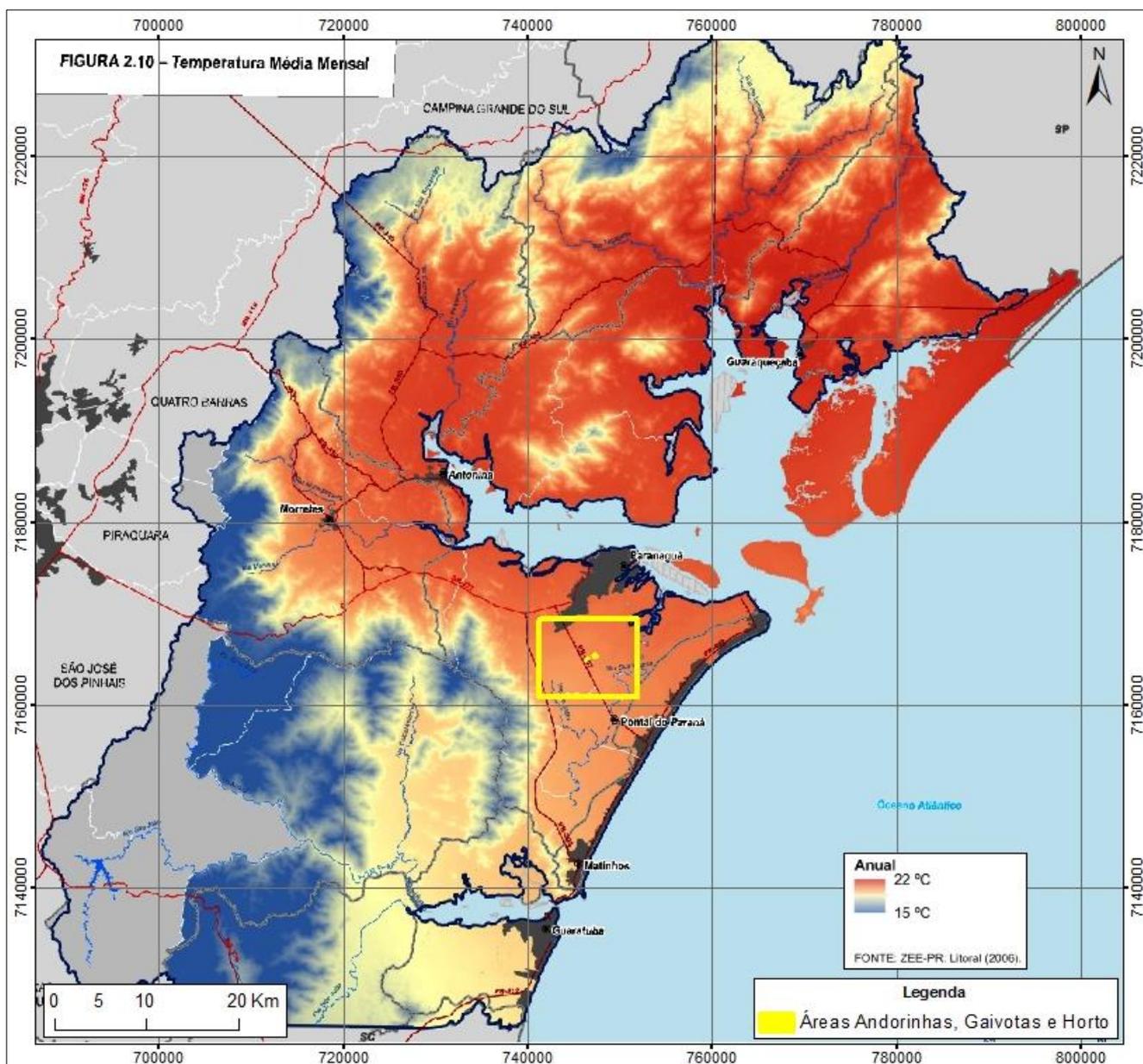
## 10. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO

A caracterização do meio físico das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto, tem como objetivo subsidiar o planejamento para a criação de parques ambientais municipais. Dessa forma, este estudo consiste em levantar informações importantes afim de caracterizar os regimes climático e hídrico, a estrutura geológica, a morfoestrutura geomorfológica e os aspectos pedológicos e erosivos.

O levantamento de dados se deu por intermédio da coleta e análise de informações secundárias disponibilizadas por banco de dados oficiais, bem como por informações primárias coletadas em vistorias de campo.

### 10.1. Aspectos climáticos

Segundo a classificação de Koeppen, a planície litorânea do Paraná apresenta clima do tipo Cfa, temperado, com temperatura média variando entre  $-3^{\circ}$  e  $18^{\circ}\text{C}$  e temperatura média do mês mais quente entorno de  $22^{\circ}\text{C}$  e mais fria inferior a  $18^{\circ}\text{C}$ . Na Figura 47 é possível verificar os valores de máxima e de mínima, de acordo com os dados do ZEE/PR (2006) para a Bacia Hidrográfica Litorânea. Observa-se que a tendência é a diminuição da temperatura conforme proximidade com a região da Serra do mar.



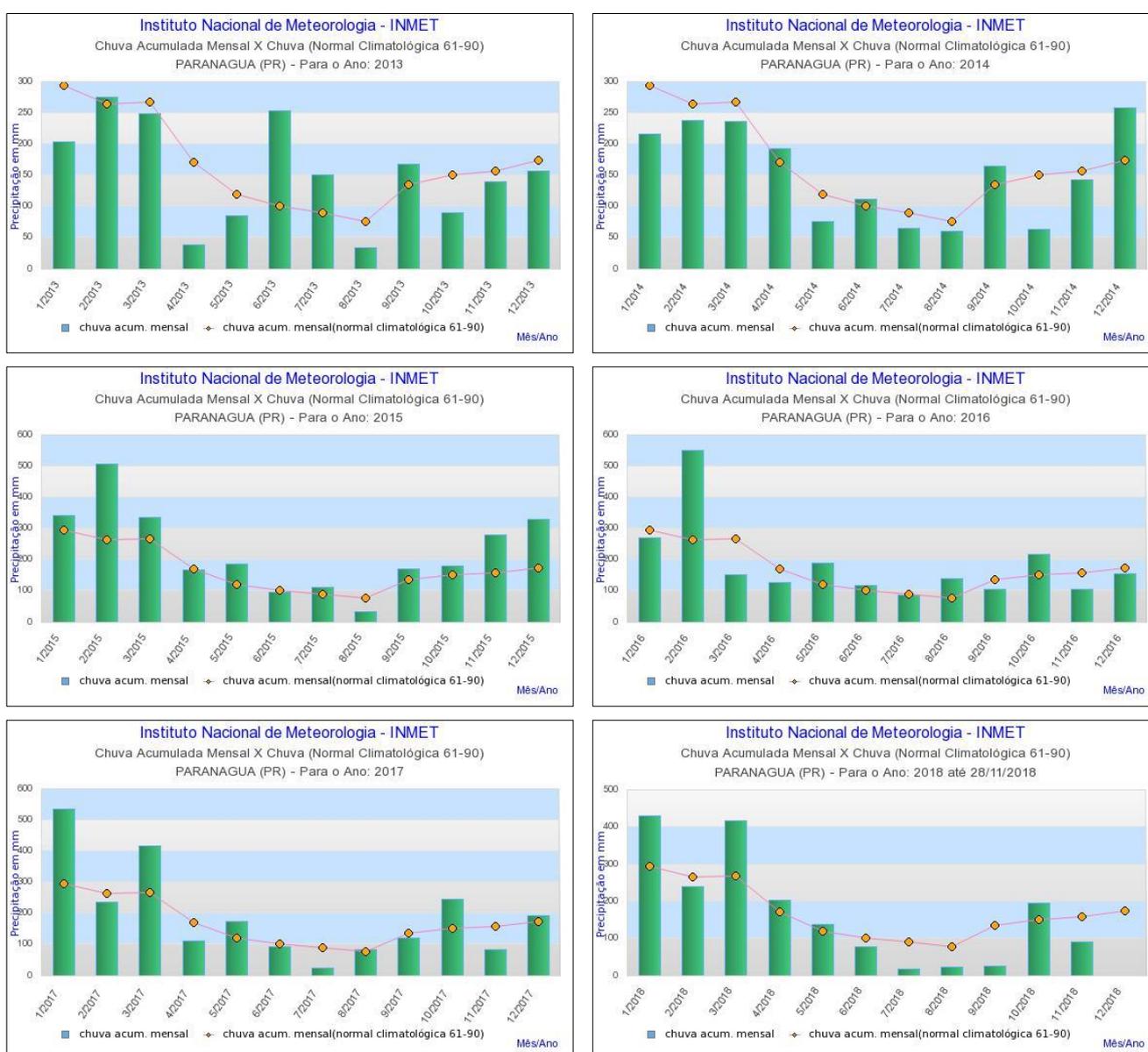
**Figura 47. Temperatura média anual máxima e mínima na região litorânea do estado do Paraná. Fonte: Adaptado de AGUASPARANA (2017).**

A região de Paranaguá é controlada pelo ramo ocidental do anticiclone do Atlântico Sul e a medida que se aproxima da Serra do Mar submete toda a região a chuvas próprias de frentes frias ou o entorno em nevoeiro. A amplitude das temperaturas médias anuais chega a 9,8°C, atingindo no mês de janeiro máximas de 36,1°C e em julho 16,3°C. Porém, nas porções mais elevadas as temperaturas diminuem, alcançando 6,8°C.

Conforme Bigarella (1965) e Maack (1968), a precipitação no litoral paranaense é do tipo ciclônico com chuvas que podem durar de várias horas até dias, com número de dias de chuvas ao ano superiores a 100. Outros tipos de chuvas que ocorrem na região são as de convecção e as orográficas. Cabe relatar que excedentes

hídricos são causados durante todo o ano devido as altas precipitações, com importâncias superiores a 500mm na faixa litorânea.

Considerando uma série de 12 meses dos últimos cinco anos e uma série de 11 meses do atual ano de 2018, observa-se que o mês de fevereiro dos anos de 2015 e 2016 e o mês de janeiro de 2017 apresentaram chuvas acumuladas superiores a 500mm. O restante dos meses com chuvas acumuladas inferiores a 400mm, com exceção dos meses de janeiro e março de 2018 que apresentaram valores superiores a 400mm (Figura 48) (INMET, 2018).



**Figura 48. Chuvas acumuladas durante os meses entre os anos de 2013 e 2018. Fonte: INMET, 2018.**

Quanto a umidade relativa do ar, as maiores médias mensais ocorrem nos meses de inverno (junho, julho e agosto) e os menores índices nos meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro) (ENGEMIN, 2004).

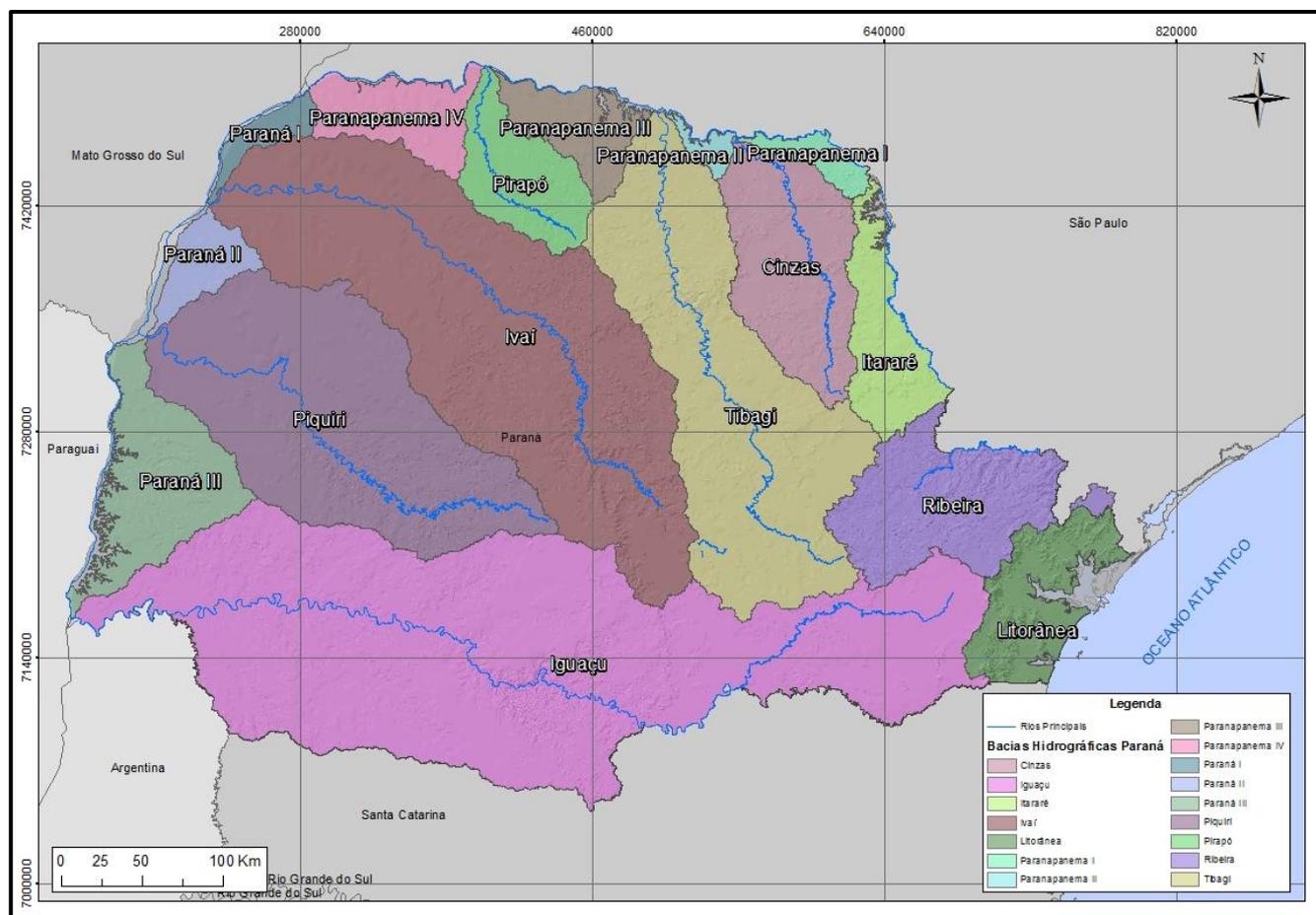
Os ventos na região de Paranaguá sopram durante a noite da direção Sudoeste e Sul e com menos frequência da direção noroeste, com velocidades variando entre 1,60 a 2,20 m/s. Durante o dia na direção leste e sudeste, os ventos sopram em uma velocidade entorno de 2,20 m/s (ENGEMIN, 2004).

A pressão atmosférica é influenciada pela circulação geral das massas de ar, sendo que nos meses de inverno predominam as massas de ar subtropical de alta pressão, chegando a valores superiores a 1.018 mB e nos meses de verão caem para pressões inferiores a 1.011 mB (ENGEMIN, 2004).

## **10.2. Aspectos hídricos**

Os recursos hídricos são de suma importância para a humanidade e conhecer as bacias hidrográficas é fundamental para a conservação e utilização de tais recursos. Neste sentido, o levantamento de informações sobre os recursos hídricos iminentes as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto, possibilitarão uma melhor gestão da qualidade ambiental destas áreas.

O estado do Paraná possui 16 bacias hidrográficas denominadas de Litorânea, do Ribeira, dos Cinzas, do Iguaçu, do Paraná 1, 2 e 3, do Tibaji, do Ivaí, do Piquiri, do Pirapó, do Itararé e do Paranapanema 1, 2, 3 e 4, conforme pode ser visto na Figura 49 (SEMA, 2013).



**Figura 49. Bacias hidrográficas do estado do Paraná. Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Instituto das Águas do Paraná.**

As áreas destinadas a criação dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto, situam-se na Bacia Hidrográfica Litorânea. A Bacia Hidrográfica Litorânea, localizada a leste do estado, faz parte da vertente atlântica, possui 5.630,8 km<sup>2</sup> de área, sendo responsável pela drenagem de toda a região litorânea do Paraná. Compreende a planície costeira e as baías de Paranaguá e Guaratubá (Bigarella, 1978) (Mapa de Hidrografia).

As interações ocorrentes entre os sistemas marinhos e terrestres configura a região litorânea um ambiente vasto em diversidade com presença de estuários, lagoas costeiras, deltas de rios, os quais são controlados pelo clima e pelas oscilações nos regimes de marés.

Nesta bacia hidrográfica encontram-se o complexo estuarino de Paranaguá (dividido em Baía de Antonina, Baía de Paranaguá, Baía das Laranjeiras, Baía de Guaraqueçaba e Baía de Pinheiros) e o estuário de Guaratuba (AGUASPARANÁ, 2017).

Os rios da Bacia Litorânea nascem nas encostas da Serra do Mar e desaguam no oceano ou nas baías que por fim desembocam no oceano Atlântico. Os principais rios são: Guaraqueçaba, Taguaçaba, Cachoeira, Nhundiaquara, Marumbi, Do Pinto, Cubatão e Guaraguaçu.

Na Bacia Hidrográfica Litorânea localizam-se as terras indígenas da Ilha da Cotinga e do Sambaqui do Guaraguaçu. Nesta região se estabelecem muitos parques em praias, restingas, estuários e serra. A biodiversidade da bacia é muito alta e algumas espécies ocorrem somente nesta região, formando uma complexa rede de ambientes naturais.

Cerca de 13% dos remanescentes são protegidos, conferindo a bacia a maior taxa de remanescentes florestais do estado, compreendendo a Floresta Atlântica, restingas e manguezais (SEPL, SEAB, SEED & SESA, 2012). Porém, segundo a SEMA (2013) na Bacia Hidrográfica Litorânea ocorre grande vulnerabilidade de contaminação das águas em áreas rurais e, em áreas urbanas devido a ineficiência da infraestrutura de esgotos e drenagens, assim como pela presença de lixões que são o destino final dos resíduos sólidos domésticos.

Na Figura 50, segue um resumo do diagnóstico da Bacia Hidrográfica Litorânea, realizado pelas secretárias do planejamento, da agricultura e abastecimento, da educação e da saúde (SEPL, SEAB, SEED & SESA, 2012).

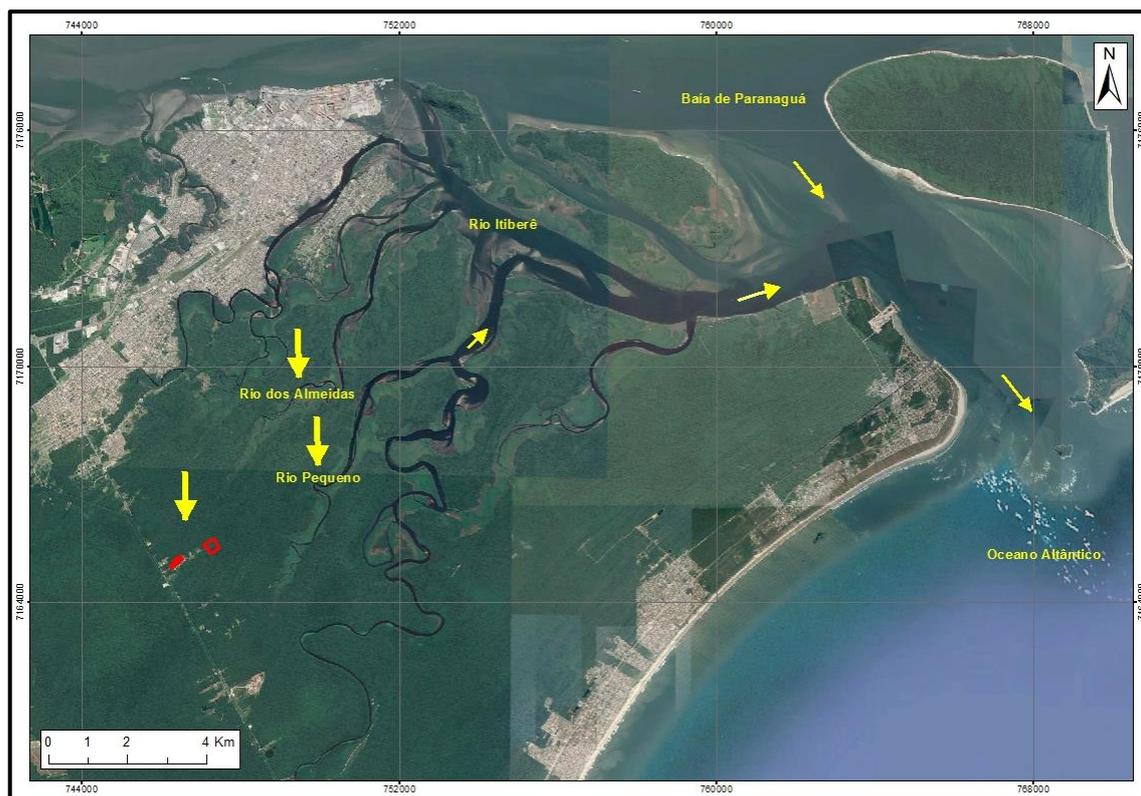


<b>2.8. BACIA HIDROGRÁFICA – LITORÂNEA – área 601.459,16ha</b>	
Cobertura vegetal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 334.812,35ha ou 55,67% ou 77% (!??)</li> <li>• Floresta Atlântica, manguezal e restinga</li> <li>• Varia entre 80% a 90% as áreas com cobertura vegetal em alguns municípios</li> </ul>
Unidades de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 13% dos remanescentes são UCs de Proteção Integral</li> <li>• Cerca de 90% estão protegidos por algum tipo de instrumento legal</li> </ul>
Condição ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação dos recursos naturais favoráveis</li> <li>• Maior taxa de remanescentes vegetais do Estado</li> <li>• Ocupação urbana em expansão</li> <li>• Atividades antrópicas em expansão</li> <li>• A fito-fisiografia dessa BH é um limitador na expansão do uso e ocupação do solo</li> <li>• 57% do território dessa BH possui áreas com declividades acentuadas e solo inadequado ao uso agropecuário</li> <li>• A Serra do Mar constitui-se uma barreira natural de proteção dessa BH</li> <li>• A faixa litorânea, em média com 20km, gradativamente está se deteriorando ambientalmente em função de grandes obras portuárias e expansão urbana desordenada</li> <li>• Coberturas vegetais e encostas estão sendo degradadas em função da expansão urbana desordenada</li> </ul>
Uso e ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão urbana em áreas ambientalmente desfavoráveis</li> </ul>
Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consumo de água superficial é elevado, direcionada ao abastecimento público, porém concentrada em mananciais de abastecimento</li> <li>• O consumo de água para abastecimento público aumenta na estação do verão</li> </ul>
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O litoral possui 7 municípios</li> <li>• Paranaguá é o maior com população acima de 100 mil habitantes</li> <li>• Outros dois centros médios possuem população entre 20 e 50 mil hab</li> </ul>
Habitantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 246 mil hab distribuídos em 7 municípios</li> </ul>
População urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expressiva expansão urbana</li> <li>• Expressiva ocupação urbana</li> </ul>
População rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>
Território X população	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Essa relação é baixa, sendo alterada nos períodos da temporada de verão e férias</li> <li>• População apresenta comportamento estável (2000/2006)</li> <li>• Nos anos 90 foi centro de atração para população do interior do estado em busca de trabalho e posterior fixação</li> <li>• Atualmente atrai pessoas para trabalhos temporários nos períodos de temporadas em especial nos municípios de veraneio</li> <li>• A expansão urbana que se instala, está dando origem a uma periferia bastante carente</li> </ul>
Indicadores sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Posição mais favorável na geração de emprego e renda</li> <li>•</li> </ul>
Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carência de políticas públicas</li> </ul>
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carência de políticas públicas</li> </ul>
Questão fundiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas rurais com subdivisão bastante concentradas</li> <li>• Extensões de áreas rurais destinadas à preservação ambiental</li> <li>• Atividades extrativistas gradativamente incorporam novos cultivos</li> <li>• Expansão da olericultura e produtos de valor local</li> </ul>
Desenvolvimento Econômico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo portuário de grande dimensão em expansão em Paranaguá</li> <li>• Reflexos baixos no IDM</li> <li>• O complexo portuário sustenta o PIB mais elevado entre o conjunto das BHs analisadas</li> <li>• Contribui significativamente com o PIB estadual</li> <li>• Desenvolvimento do turismo e do lazer contribuem para o desenvolvimento regional</li> <li>• O turismo agrega 87% dos empregos formais da região</li> <li>• A atividade da pesca subsiste ainda para um pequeno segmento da população local</li> </ul>
Gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão ambiental eficiente</li> <li>• Implantação de unidades de conservação</li> <li>• Programas de conservação para o Litoral</li> <li>• Programas de conservação da Serra do Mar</li> <li>• É considerada boa, particularmente por caracterizar-se em área de relevância ambiental e portanto protegida por lei</li> <li>• ICMS Ecológico: todos os municípios recebem parcelas significativas</li> </ul>

**Figura 50. Resumo das características da Bacia Hidrográfica Litorânea. Fonte: SEPL, SEAB, SEED & SESA, 2012.**



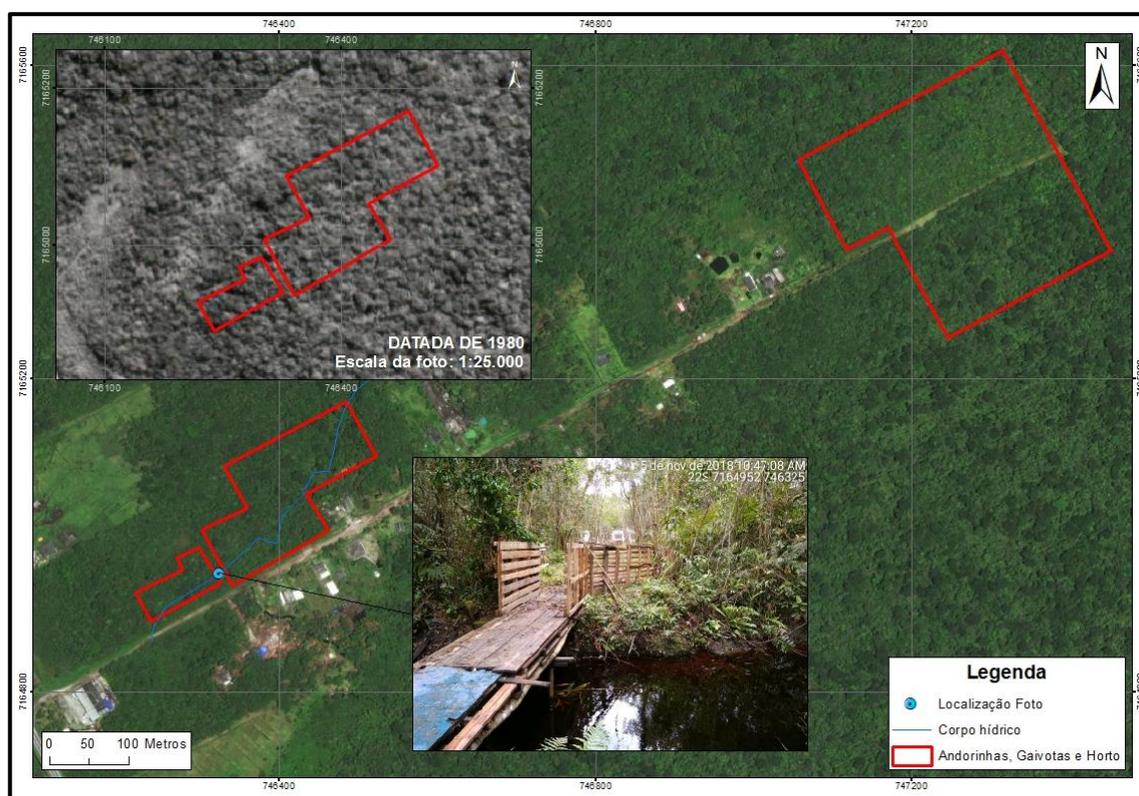
Nas proximidades das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto percorrem os cursos d'água rio Pequeno e rio dos Almeida. O rio dos Almeida desemboca diretamente no rio Itiberê e o rio Pequeno faz confluência com o rio Guaraguaçu e, posteriormente desembocam no rio Itiberê, conforme pode ser observado na Figura 51.



**Figura 51. Cursos d'água nas proximidades das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto. Fonte: Elaboração própria a partir de softwares de geoprocessamento.**

Conforme pode ser visto na Figura 52 entre as áreas Andorinhas e Gaivotas há ocorrência de um corpo hídrico<sup>1</sup>. Este corpo hídrico percorre o limite SW da área Andorinhas e segue para NE atravessando a área Gaivotas. De acordo com as imagens aéreas datadas de 1980 com escala de 1:25.000, disponibilizadas pelo ITCG do Paraná, nesta época não havia ocorrência de tal corpo hídrico, que possivelmente fora aberto/escavado posteriormente.

<sup>1</sup> Curso d'água, canal natural ou artificial, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa, ou aquífero subterrâneo (DNAEE, 1983).



**Figura 52.** Corpo hídrico no interior das áreas Andorinhas e Gaivotas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ITCG, levantamento topográfico e vistorias de campo.

### 10.3. Aspectos geológicos e geomorfológicos

O litoral paranaense é formado pelas unidades geomorfológicas Serra do Mar, Primeiro Planalto e Planície Costeira, constituídas pelas rochas do embasamento e pela cobertura sedimentar cenozoica (Figura 53). Na Serra do Mar e Primeiro Planalto encontram-se rochas magmáticas e metamórficas mais antigas (Mineropar, 1989), parcialmente recobertas por sedimentos de ascendência continental (formação Alexandra, leques e cones aluviais, tálus, colúvios e sedimentos fluviais) e marinha (cordões litorâneos, sedimentos paleoestuarinos, planícies de marés, fundos rasos e deltas de maré atuais, dunas, depressões intercordões e praias atuais) (Angulo, 2004).

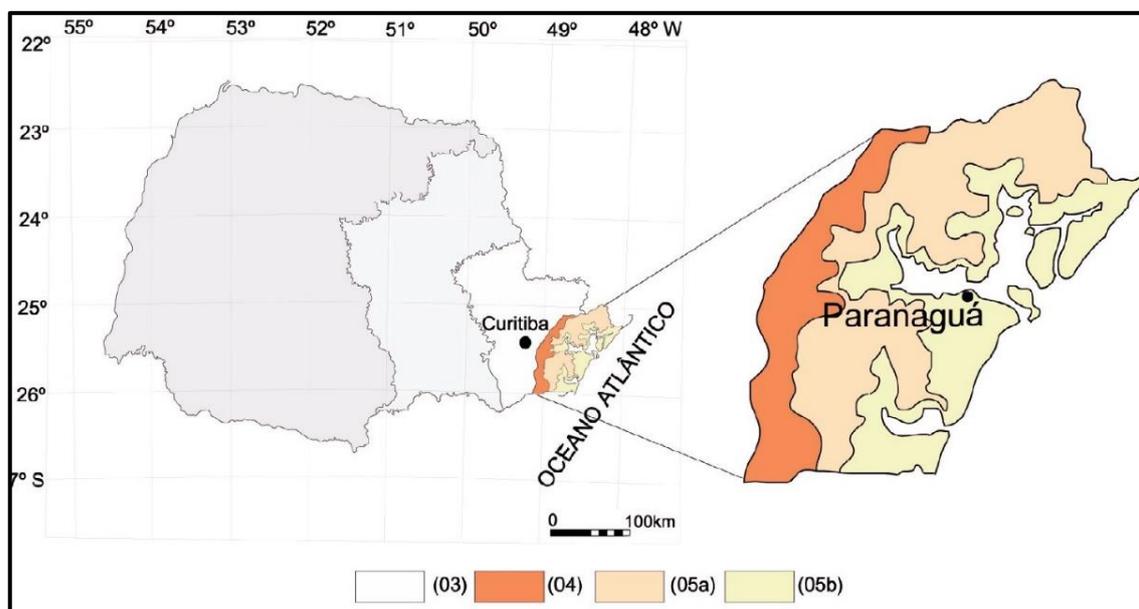


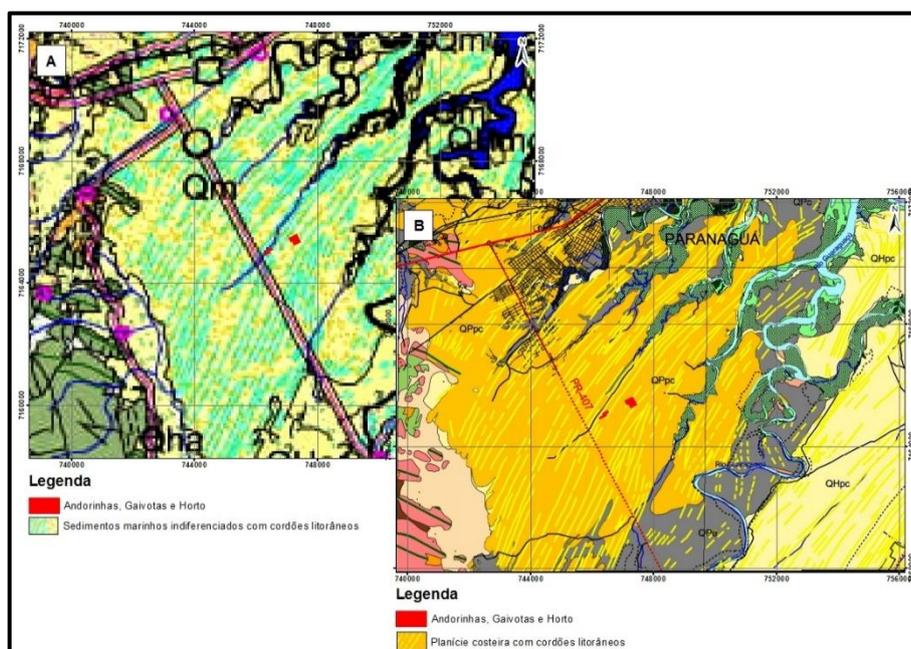
Figura 53. Regiões geográficas naturais do estado do Paraná segundo Maack (1968), com ênfase para a região litorânea. (03) Primeiro Planalto; (04) Serra do Mar; (05) Zona Litoral – 5a Orla Marinha; 5b Orla da Serra. Fonte: Muehe, 2006.

A Unidade Planície Costeira foi formada durante os ciclos transgressivos-regressivos marinhos ocorridos durante o período Quaternário e se estende ao longo de toda a costa paranaense, desde o sopé da Serra do Mar até o oceano atlântico. Possui cerca de 90km de extensão e 55km de largura máxima, na região de Paranaguá. O recorte desta Planície Costeira se dá pelos complexos estuarinos das baías de Paranaguá, Laranjeiras, Pinheiros e Guaratuba, originando diversas ilhas como as ilhas da Cotinga e do Mel, conforme pode ser visto na Figura 54.



**Figura 54.** Configuração do litoral paranaense com sua planície recortada por baías e ilhas costeiras. Fonte: Elaboração própria a partir de softwares de geoprocessamento. Imagem orbital satélite GeoEye datada de 19 de maio de 2018.

A áreas destinadas a criação dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto Municipal estão situadas na planície costeira do litoral paranaense. De acordo com Paraná (2002 & 2006) são formadas por sedimentos marinhos de planície costeira indiferenciados, com presença de cordões litorâneos (Figura 55).



**Figura 55.** Áreas de Andorinhas, Gaivotas e Horto sobre mapeamento geológico realizado por (A) Paraná, 2006 e (B) Paraná (2002). Fonte: Elaboração própria a partir dos mapas geológicos de Paraná (2002 e 2006).

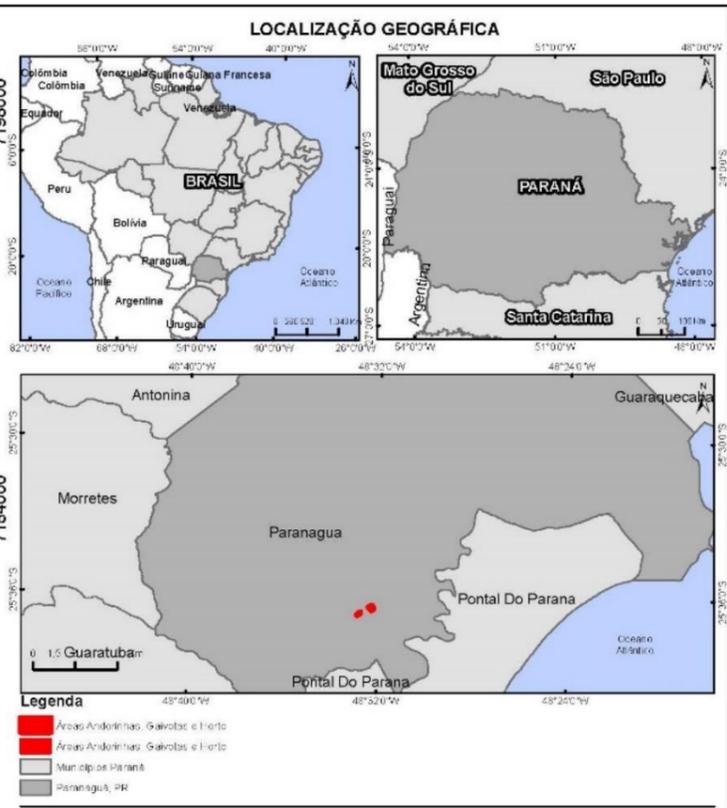
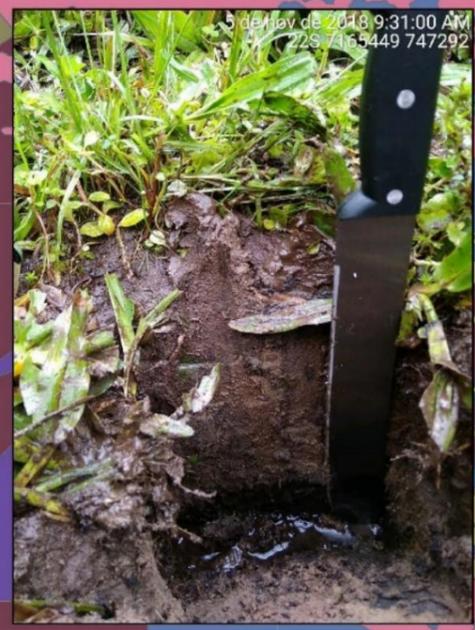
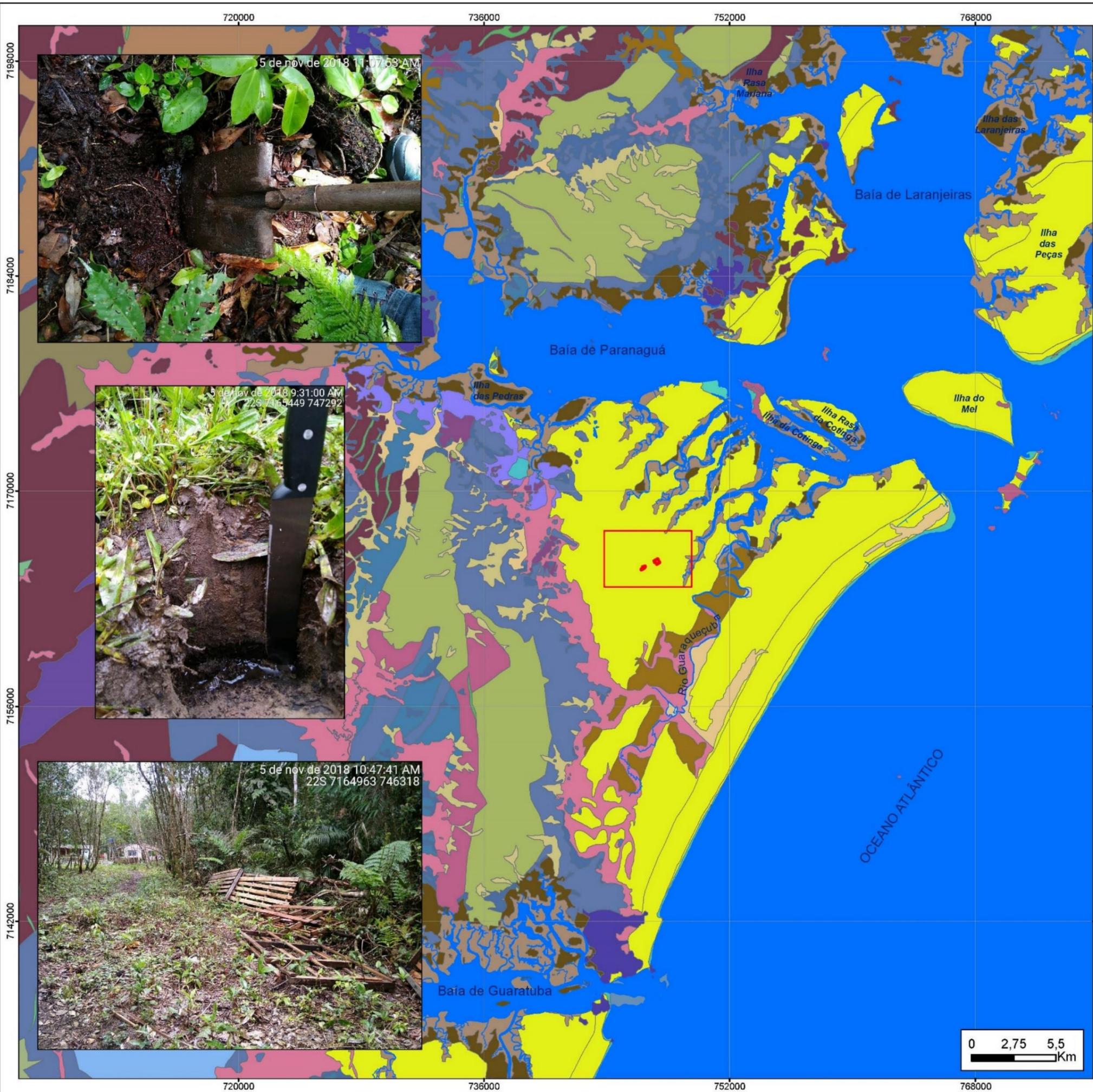
Os sedimentos marinhos que cobrem a planície costeira do Paraná são de idade do Pleistoceno Superior e Holoceno e são constituídos por areias finas a muito finas, moderadas a muito bem selecionadas e com assimetria predominantemente negativa (BIGARELLA et. al., 1978; TESSLER & SUGUIO, 1987; ANGULO, 1992a,b). A acumulação destes sedimentos forma geologicamente os depósitos sedimentares e caracterizam a quarta taxonomia de classificação geomorfológica, denominada de Modelado de Acumulação Marinha.

De acordo com as vistorias realizadas *in loco* foi possível constatar que cerca de 30cm abaixo dos sedimentos que formam o depósito Marinho Praial, ocorrem sedimentos característicos de ambientes de baixa energia, proporcionando o acúmulo de matéria orgânica. Destaca-se que são áreas geomorfológicamente planas com presença de vegetação arbórea (Figura 56).



**Figura 56. A: Perfil geológico das áreas de estudo; B: Paisagem das áreas de estudo. Fonte: Vistoria de campo.**

Nos Mapas de Geologia e Geomorfologia é possível visualizar as características geológicas e geomorfológicas das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto, assim como a morfologia costeira da região que é recortada pelo Complexo Estuarino de Paranaguá.



### MAPA GEOLÓGICO

**LEGENDA**

- Áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto
- Geologia**
- Sedimentos marinhos de planície costeira indiferenciados, com cordões litorâneos.

**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S. MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA: SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000. FONTE: DADOS RELATIVOS AO LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DO ESTADO DO PARANÁ (NA ESCALA 1:250.000), REALIZADO PELA MINEROPAR EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-UFPR, ATRAVÉS DO SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA.

Escala: 1:250.000      Folha: A3

\*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.

**PROJETO AMBIENTAL**  
Rua Jovino do Rosário, 1392  
Boa Vista, Curitiba, PR

RESPONSÁVEL:  
Biólogo José Renato Dombroski

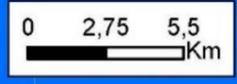
FASE DO DOCUMENTO:  
 DOCUMENTO EM PROJETO  
 DOCUMENTO FINAL

Cartografia: Geólg. Alina Pires Mateus CREA/SC 120723-8  
 Revisão: 00/2018

DATA: 04/12/2018

CLIENTE: P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.

**ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DOS PARQUES AMBIENTAIS ANDORINHAS, GAIVOTAS E HORTO**



#### 10.4. Aspectos pedológicos e processos erosivos

A caracterização dos tipos de solos possibilita avaliar a qualidade das áreas, a potencialidade para ocorrência de processos erosivos e a aptidão agrícola. Este conhecimento é importante para planejar e definir áreas aptas para determinados tipos de uso.

De acordo com o EMBRAPA (2008), ocorrem no estado do Paraná nove classes de solos, a saber: Argissolo, Cambissolo, Chernossolo, Espodossolo, Gleissolo, Latossolo, Neossolo, Nitossolo e Organossolo. Estes solos estão distribuídos ao longo do estado e seis das classes supracitadas estão presentes na região litorânea – os Argissolos, Cambissolos, Espodossolos, Gleissolos, Latossolos e Organossolos (Figura 57).

A classe de maior ocorrência na região litorânea são os Cambissolos, com 2.517,25 km<sup>2</sup> de área, seguido dos Espodossolos com 613,40 km<sup>2</sup>. A classe de menor inferência na região são os Organossolos, havendo apenas 0,07km<sup>2</sup> de área.

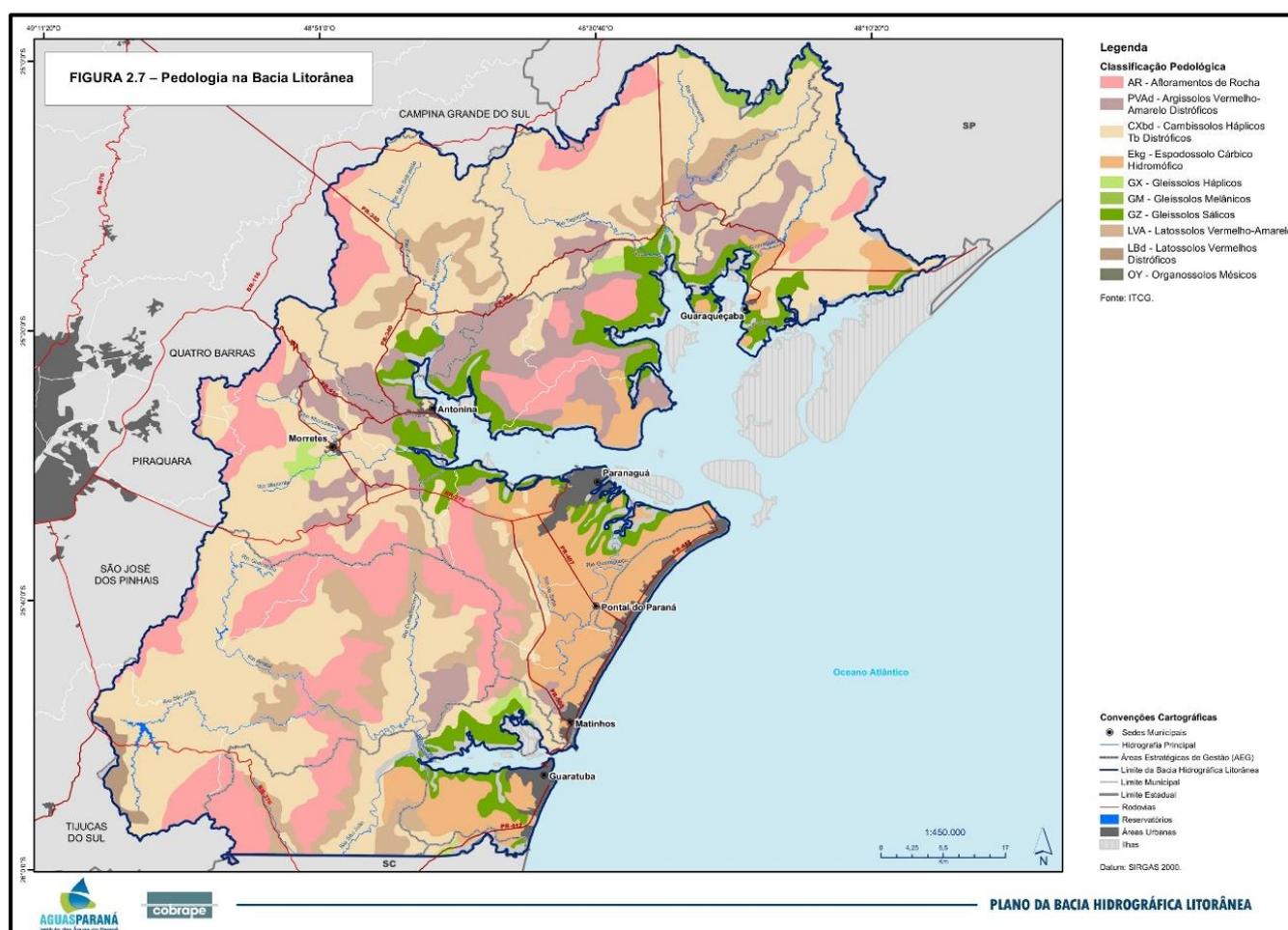
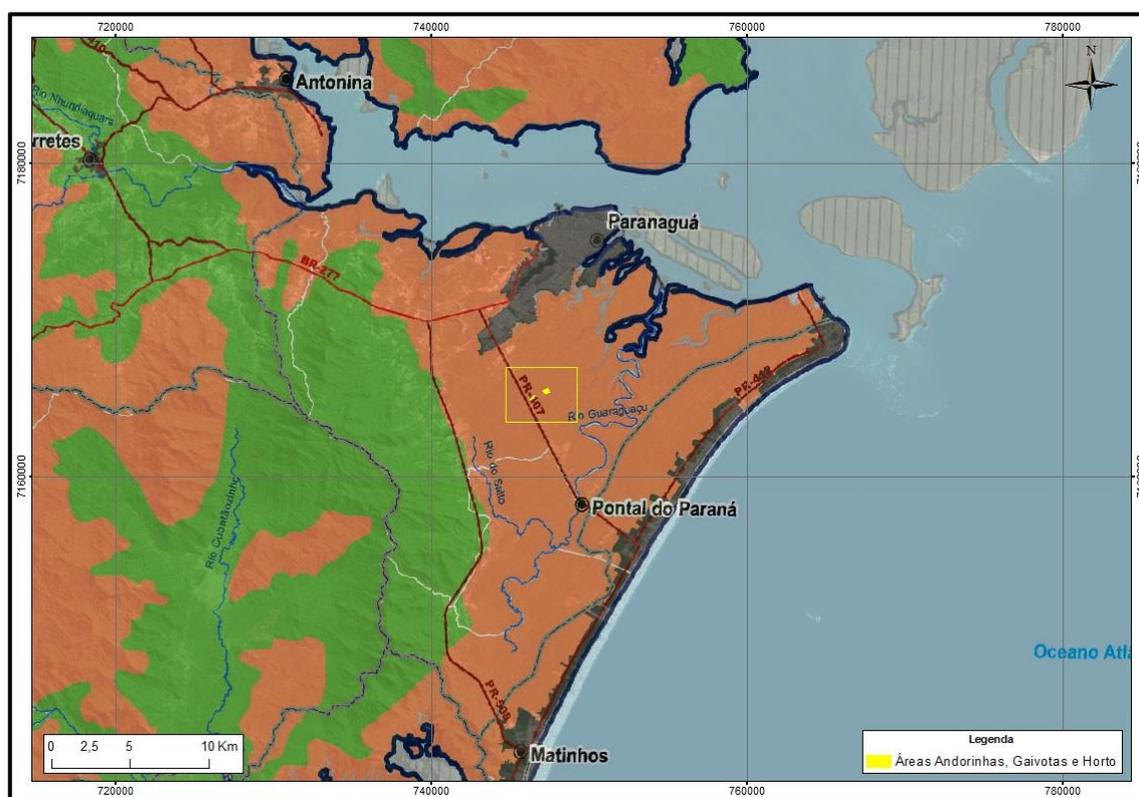


Figura 57. Classes de solo na região litorânea do Paraná. Fonte: AGUASPARANÁ (2017).

De acordo com o ITCG (2008) e com o EIA/RIMA realizado pela empresa Engemin para as obras de ampliação e modernização da estrutura portuária dos portos de Paranaguá e Antonina, em que a AID abrange as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto, ocorrem solos classificados como Espodosolos cárbicos (Mapa Pedologia). A metodologia utilizada por Engemin (2004) correlacionou os perfis diagnosticados em campo seguindo os critérios de classificação de solos da Embrapa.

Os espodosolos cárbicos são solos compostos por material mineral, com presença de horizonte B espódico e acúmulo de carbono orgânico e alumínio. Estes solos apresentam normalmente horizontes A, E, Bh e C, com nítida diferenciação de horizontes. A textura do solum é predominantemente arenosa, com drenagem muito variável. Em geral são solos muito pobres em nutrientes, fortemente ácidos, com saturação por bases baixa, podendo ocorrer altos teores de alumínio extraível (EMBRAPA, 2013).

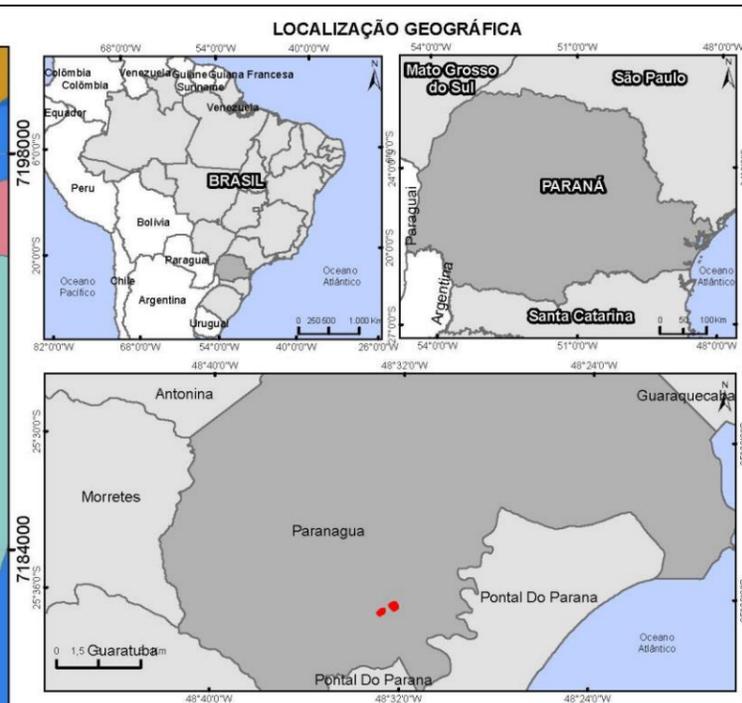
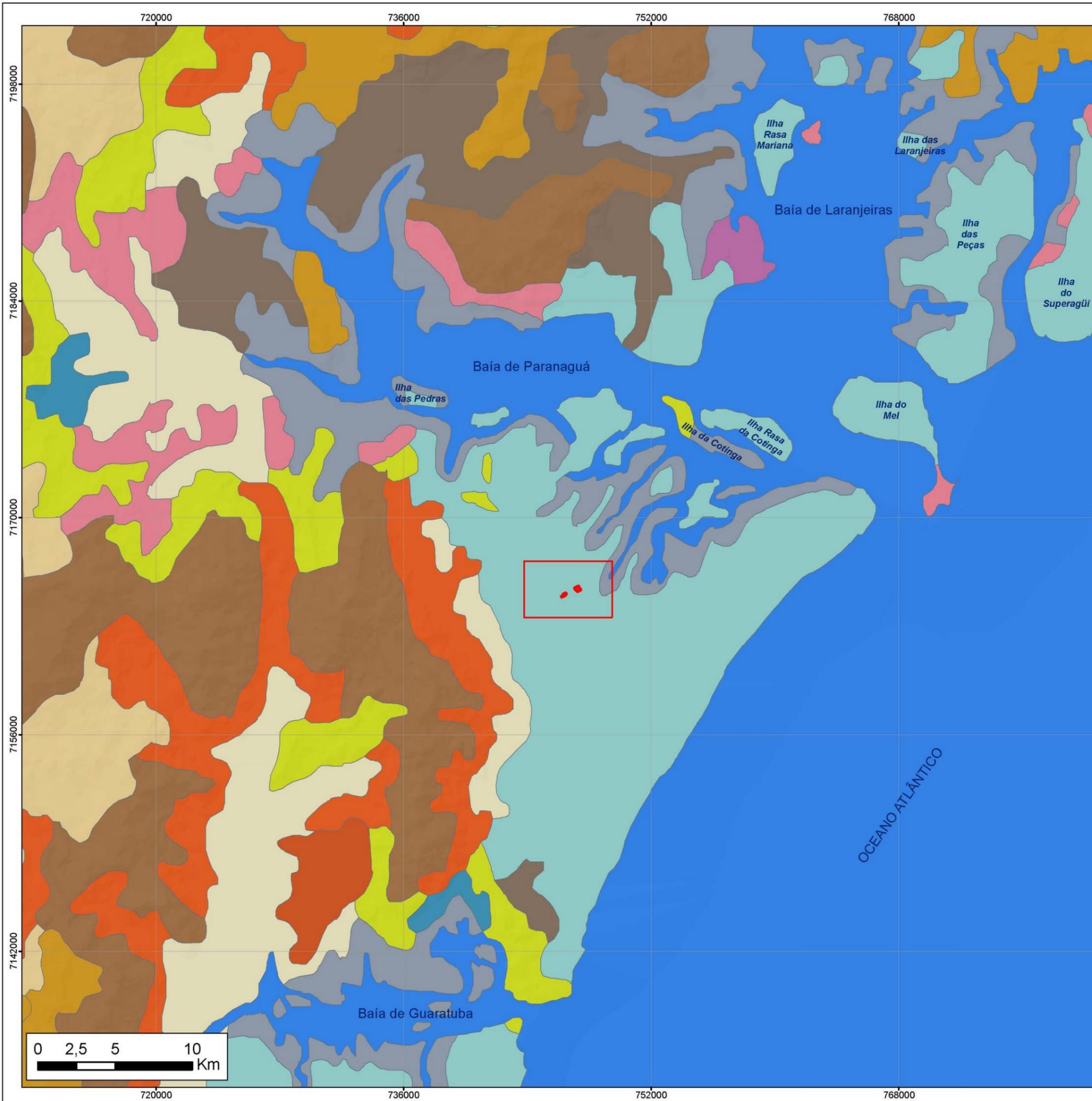
Em relação a aptidão agrícola, a região litorânea do Paraná possui apenas 1/3 de sua área apta para o cultivo, ainda assim, classificadas como regular (33,05%). As áreas inaptas são assim classificadas devido ao excesso hídrico (1,18%) e a erosão (52,27%). O restante das áreas são corpos d'água, afloramentos rochosos e áreas urbanas (13,51%) (AGUASPARANA, 2017). Destaca-se que as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto são classificadas como inaptas ao cultivo agrícola, conforme pode ser visto na Figura 58.



**Figura 58. Áreas aptas e inaptas na região litorânea do Paraná, com destaque para as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto. Fonte: Adaptado de AGUASPARANA (2017).**



Do ponto de vista pedológico e geomorfológico toda a extensão das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto podem ser consideradas como estáveis quanto a dinâmica deposicional e erosiva, apresentando baixo potencial erosivo dos solos, onde possíveis remobilizações ocorrerão de forma incipiente, parte em função das formas de acumulação do material sedimentar e de sua estrutura interna, parte em função da consolidação do substrato.



**Legenda**

- Áreas Andorinhas, Gaiotas e Horto
- Municípios Paraná
- Paranaguá, PR

## MAPA PEDOLÓGICO

**LEGENDA**

- Áreas Andorinhas, Gaiotas e Horto

**Classe de Solo nas Áreas de Estudo**

- Espodosolos Cárbicos

**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S.  
 MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA:  
 SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000.  
 FONTE: EMBRAPA/EMATER - ITCG PARANÁ.

Escala: 1:250.000	Folha: A3 <small>*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.</small>	
----------------------	--	--

<p><b>PROJETO AMBIENTAL</b>          Rua Jovino do Rosário, 1392          Boa Vista, Curitiba, PR</p>	<b>RESPONSÁVEL:</b> _____ <small>Biólogo José Renato Dombroski</small>	
	<b>FASE DO DOCUMENTO:</b> <input type="checkbox"/> DOCUMENTO EM PROJETO <input checked="" type="checkbox"/> DOCUMENTO FINAL	<b>Cartografia:</b> Geóg. Aline Pires Mateus <small>CREA/SC 120723-9</small> <b>Revisão:</b> 00/2018

<b>CLIENTE:</b> P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.	<b>ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DOS PARQUES AMBIENTAIS ANDORINHAS, GAIOTAS E HORTO</b>
--	---

### 10.5. Considerações finais do meio físico

As áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto estão inclusas na Bacia Hidrográfica Litorânea, situadas na planície costeira do estado do Paraná. Apresentam relevo plano, com baixa susceptibilidade a ocorrência de processos erosivos e, constituem-se de solos hidromórficos. Estas áreas não são aptas ao cultivo agrícola, pois possuem baixa fertilidade.

Em relação aos usos urbanos deve-se atentar a possíveis contaminações do lençol freático, uma vez que o mesmo se encontra próximo a superfície.

A região apresenta clima do tipo megatérmico com chuvas ocorrentes e a pressão atmosférica é influenciada pela circulação geral das massas de ar.

### 10.6. Atributos naturais

O litoral paranaense abriga 43 unidades de conservação, destas 29% de proteção integral e 53% de uso sustentável.

As unidades de conservação elencadas no Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná, são:

- APA Estadual de Guaratuba
- AEIT do Marumbi
- Parque Municipal do Rio Perequê
- RPPN Reserva da Pousada Graciosa
- Parque Estadual Pico do Paraná
- Parque Estadual Roberto Ribas Lange
- Parque Estadual do Pau Oco
- Parque Estadual da Graciosa
- Reserva Biológica Bom Jesus
- Reserva Natural das Águas
- Reserva Natural Guaricica
- Reserva Natural Papagaio do Peito Roxo
- Parque Estadual do Itaguaçu
- Reserva Natural Salto Morato
- Parque Nacional Guaricana



- RPPN Reserva Ecológica Sebuí
- Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais
- Parque Nacional de Superagui
- APA Federal de Guaraqueçaba
- APA Estadual de Guaraqueçaba
- Parque Estadual Pico do Marumbi
- RPPN Vô Borges
- RPPN Encantadas
- RPPN Perna do Pirata
- Estação Ecológica Ilha do Mel
- Parque Estadual da Ilha do Mel
- RPPN São do Bananal
- Estação Ecológica de Guaraqueçaba
- Parque Municipal Natural da Lagoa do Parado
- Parque Municipal da Restinga
- Parque Municipal do Guará
- Parque Estadual Rio da Onça
- Parque Municipal da Ilha da Cotinga
- Parque Municipal Morro
- Parque Municipal do Tabuleiro
- Parque Municipal do Morro do Sambaqui
- Parque Municipal do Sertãozinho
- Parque Municipal de Praia Grande
- Parque Municipal Ambiental Linear Emboguaçu
- Parque Nacional Saint Hilaire-Lange
- Parque Municipal Ilha dos Valadares
- Parque Estadual do Palmito
- Estação Ecológica do Guaraguaçu

Nas proximidades das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto situa-se a Unidade de Conservação de Uso Sustentável Parque Estadual do Palmito. Esta unidade foi criada pelo Decreto Estadual nº 4.493 no ano de 1998, em que era denominada e classificada como Floresta Estadual do Palmito conforme Figura 59. No entanto, no ano de 2017, através do Decreto Estadual nº7097, esta unidade foi ampliada e recategorizada, totalizando uma área de 1.782,44 hectares e classificada como Parque Estadual, conforme pode ser visto na Figura 60.

A unidade foi criada com o intuito de proteger a espécie palmiteiro (*Euterpe edulis*). Está unidade possui vegetação de terras baixas, mangues e restingas (Sezerino, 2013) e abriga variadas espécies da fauna, como o Cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o Tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o Gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*) (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA – IAP).

O Parque Estadual do Palmito dispõe de trilhas onde é possível observar a fauna local e a vegetação de grande porte, além de orquídeas e bromélias (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA – IAP).

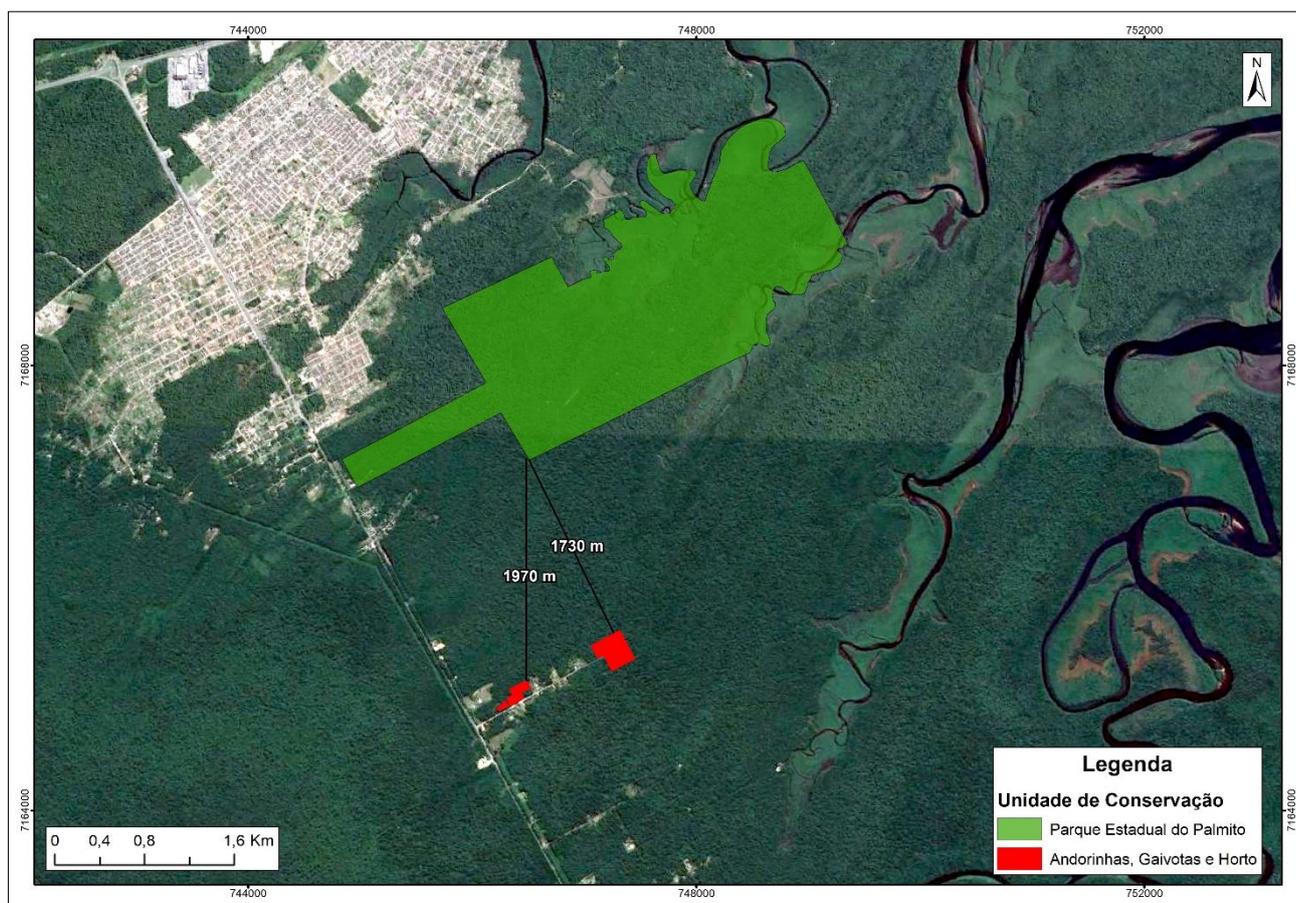
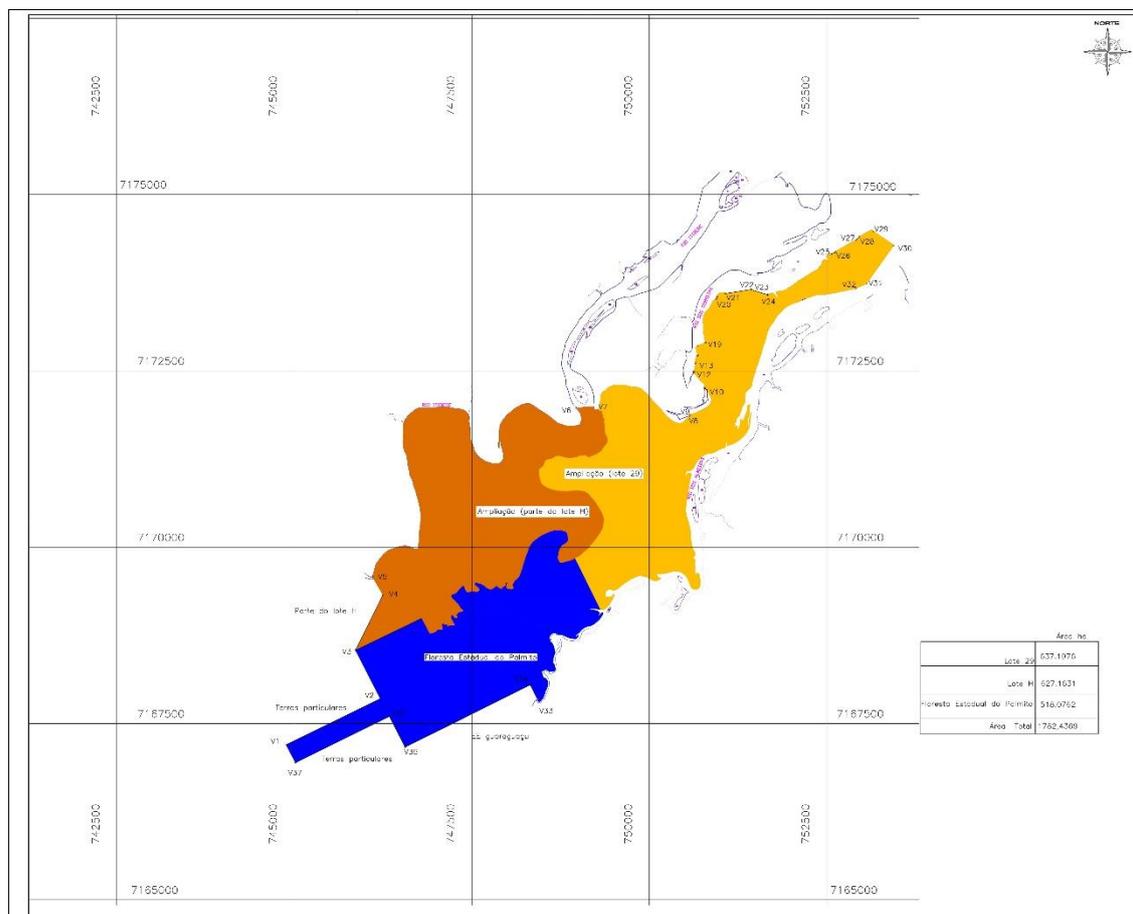


Figura 59. Parque Estadual do Palmito, anterior a recategorização e ampliação.



**Figura 60. Parque Estadual do Palmito e sua ampliação. Fonte: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=174121&indice=1&totalRegistros=61&anoSpan=2017&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=6&isPaginado=true>**

Ainda, nas proximidades das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto, há a Estação Ecológica do Guaraguaçu, a APA Estadual do Guaratuba e o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. A EE de Guaraguaçu, está entre as 25 mais importantes áreas para a preservação da biodiversidade no mundo, com índices críticos de risco.

Destaca-se que de acordo com o prognóstico do ZEE/PR (2016), as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto são zonas destinadas a expansão de Unidades de Conservação para Proteção Integral. Como atributos naturais, as áreas Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal possuem uma (Figura 61; Figura 62; Figura 63; Figura 64).



Figura 61. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal.



Figura 62. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal.



Figura 63. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal.



Figura 64. Atributos naturais dos Parques Andorinhas e Gaivotas e Horto Florestal.

## 11. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

O presente diagnóstico tem como objetivo identificar e analisar as características socioeconômicas do município de Paranaguá em comparação com as áreas destinadas a criação dos parques ambientais Andorinhas, Gaivotas e Horto. Para tanto, foram realizadas consultas em órgãos oficiais, bem como pesquisa por amostra realizada in loco com moradores situados no interior das áreas ou em seu entorno imediato.

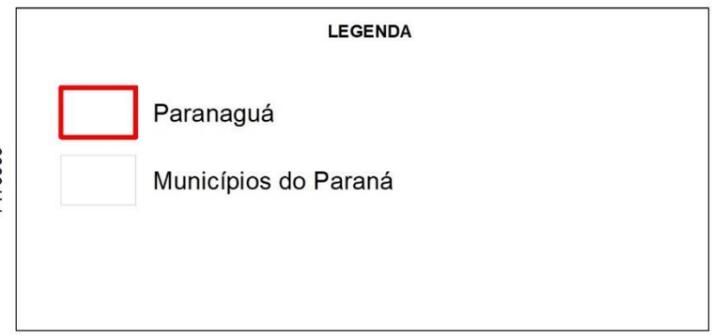
De acordo com o Roteiro para Criação de Unidades de Conservação Municipais, desenvolvido pela Secretária de Biodiversidade e Florestas (OLIVEIRA & BARBOSA 2010), a caracterização socioeconômica, dentro do presente estudo, apresenta como principal desígnio a identificação de possíveis impactos sobre as atividades produtivas do município que serão afetadas pela criação de tais unidades de conservação.

### 11.1. Aspectos socioeconômicos do município de paranaguá

O município de Paranaguá está localizado na região litorânea do estado do Paraná, incluindo uma porção continental, as ilhas do Mel, Cotinga, Cotinga Rasa e das Pedras e parte da baía de Paranaguá, constituindo 826,674 km<sup>2</sup> de área territorial e encontra-se há uma distância de 86 km da capital do estado (Mapa de Localização Municipal).



## MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ



### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S.  
 MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA:  
 SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000.  
 FONTE: LIMITES ADMINISTRATIVOS IBGE/ESTADO DO PARANÁ/MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

Escala: 1:180.000      Folha: A3

\*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.

**PROJETO AMBIENTAL**  
 Rua Jovino do Rosário, 1392  
 Boa Vista, Curitiba, PR

RESPONSÁVEL:  
 Biólogo José Renato Dombroski

FASE DO DOCUMENTO:  
 DOCUMENTO EM PROJETO  
 DOCUMENTO FINAL

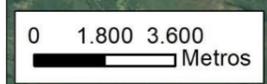
Cartografia: Geóg. Aline Pires Mateus  
 GRE/SC 129/23-9

Revisão: 00/2018

DATA: 16/12/2018

CLIENTE:  
 P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.

**ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DOS PARQUES AMBIENTAIS ANDORINHAS, GAIVOTAS E HORTO**



### 11.1.1. Uso e ocupação da Terra

O uso e ocupação da Terra por colonizadores no município de Paranaguá, denominada de Grande Mar Redondo pelos índios tupi-guarani, iniciou-se por volta de 1550 na ilha da Cotinga, sendo também o início da colonização no litoral do estado do Paraná. Nesta época residiam nesta região os índios carijós, com quem os colonizadores fizeram amizades, facilitando a expansão para outras ilhas, desembocaduras de rios e recôncavos. Após duas décadas expandiram para a margem esquerda do rio Taguaré, atualmente conhecido como rio Itiberê. (PARANAGUA, 2018).

Com a notícia do ouro outros faiscadores procuraram a região e Portugal e suas colônias passam para o domínio espanhol, assim Paranaguá aparece nos mapas com a denominação de *Baya de La Corona de Castilha*. A povoação continua a crescer e em 1660 Paranaguá torna-se capitania, passando a condição de cidade em 1842, através da Lei Provincial nº 5, de 05 de fevereiro de 1842 (PARANAGUA, 2018).

Em termos econômicos, a economia de Paranaguá foi marcada pela extração do ouro, que posteriormente escasso, levou a população buscar uma outra fonte de renda. De tal modo, que em 1935 Paranaguá ganha o porto Dom Pedro II, fato que mudou a economia do município, sendo atualmente o segundo maior em volume de exportações e o primeiro da América Latina em movimentação de grãos (PARANAGUA, 2018).

No ano de 1648, após desmembrar-se de São Paulo, instala-se o município de Paranaguá. Depois de muitos desmembramentos e junções, atualmente o município é constituído de dois distritos: Paranaguá e Alexandra.

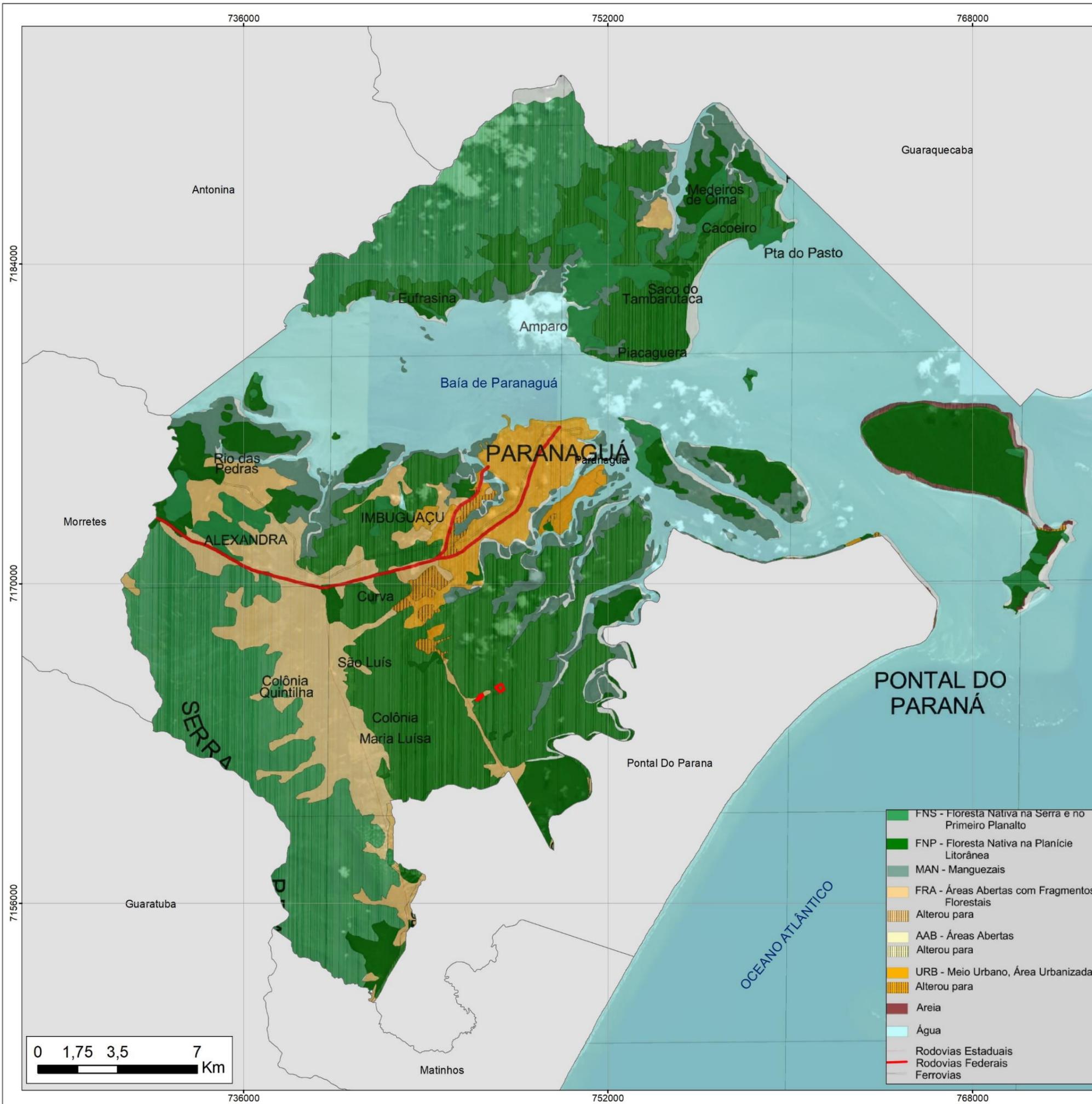
O município de Paranaguá possui um perímetro urbano de 103,89 km<sup>2</sup> com uma população urbana de 135.848 pessoas e uma área rural de 710,15 km<sup>2</sup>, com uma população de 4.621 pessoas (IBGE, 2010).

Para melhor entendimento e visualização do uso e ocupação da Terra no município de Paranaguá foi elaborado um mapa de acordo com o mapeamento de uso e ocupação do solo do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do estado do Paraná (ITCG,1999).

De acordo com o ITCG ocorrem no território de Paranaguá as classes de uso e ocupação, conforme representado na Tabela 8.

**Tabela 8. Classes de uso e ocupação da terra no município de Paranaguá segundo mapeamento do ITCG.**

Representação	Classe de Uso e Ocupação
	Floresta Nativa na Serra e no Primeiro Planalto
	Floresta Nativa na Planície litorânea
	Manguezais
	Áreas Abertas com Fragmentos Florestais
	Áreas abertas
	Meio Urbano, Área Urbanizada
	Areia
	Água



**Legenda**

- Áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto
- Municípios Paraná
- Paranaguá, PR

## MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DA TERRA

**LEGENDA**

Áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto

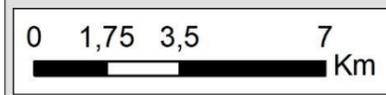
**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S.  
 MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA:  
 SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000.  
 FONTE: ITCG PARANÁ.

Escala: 1:170.000	Folha: A3 <small>*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão.</small>	
----------------------	--	--

<p><b>PROJETO AMBIENTAL</b>          Rua Jovino do Rosário, 1392          Boa Vista, Curitiba, PR</p>	RESPONSÁVEL: _____ Biólogo José Renato Dombroski	
	FASE DO DOCUMENTO: <input type="checkbox"/> DOCUMENTO EM PROJETO <input checked="" type="checkbox"/> DOCUMENTO FINAL	Cartografia: Geógr. Alina Pires Mateus CREA/SC 129723-8 Revisão: 00/2018

CLIENTE: <b>P.S.C.          EMPREENDIMENTOS LTDA.</b>	<b>ESTUDO TÉCNICO PARA          CRIAÇÃO DOS PARQUES          AMBIENTAIS ANDORINHAS,          GAIVOTAS E HORTO</b>
--	---



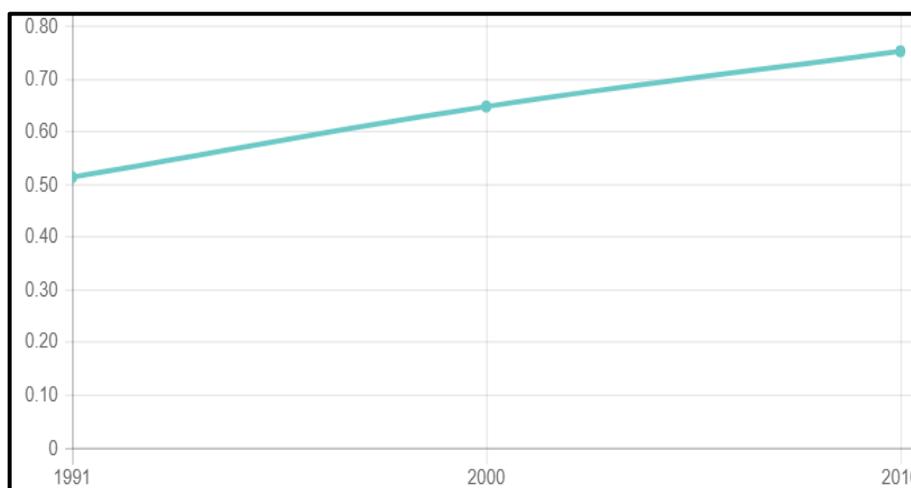
### 11.1.2. Características populacionais e econômicas

O município de Paranaguá conta com uma população estimada para o atual ano de 2018 de 153.666 pessoas, sendo que no ano de 2010 contavam 140.469 pessoas, ocupando a 10ª no ranking comparativo do estado. Quanto a densidade demográfica possui 169,92 hab/km<sup>2</sup>, ocupando 18ª colocação no estado. De acordo com o censo demográfico realizado no ano de 2010, o maior número populacional se encontra entre as idades de 5 e 19 anos.

O número de domicílios na zona urbana é superior ao da zona rural, com 43.795 domicílios recenseados para a área urbana e 2.783 para a área rural, contabilizando 46.578 domicílios. Destes 46.578 domicílios, 40.492 são permanentes.

A taxa de mortalidade infantil média é de 12.5 para 1000 nascidos vivos. As internações por diarreia são de 0.7 para cada 1000 habitantes (DATASUS 2014).

O município possui IDH de 0.75 e vem crescendo desde o ano de 1991, como pode ser observado na Figura 65.



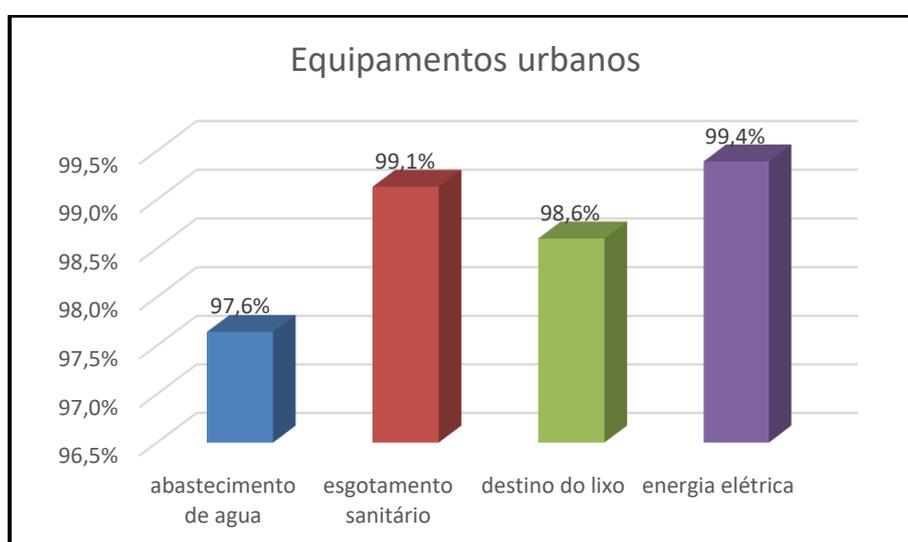
**Figura 65. Índice de Desenvolvimento Humano do município entre 1991 ao censo demográfico realizado em 2010.**

O município conta com 27,7% da população ocupada, com rendimento médio mensal de 3 salários mínimos, ficando em 9º lugar em comparação aos outros municípios de Paraná. Em relação ao PIB per capita o município ocupa o 21º lugar com 54723,35 reais.

A taxa de escolarização é de 98% entre as idades de 6 e 14 anos, ocupando a 269ª no ranking comparativo do estado. O município possui 90 escolas de ensino fundamental e 29 escolas de ensino médio (MEC/INEP, 2016).

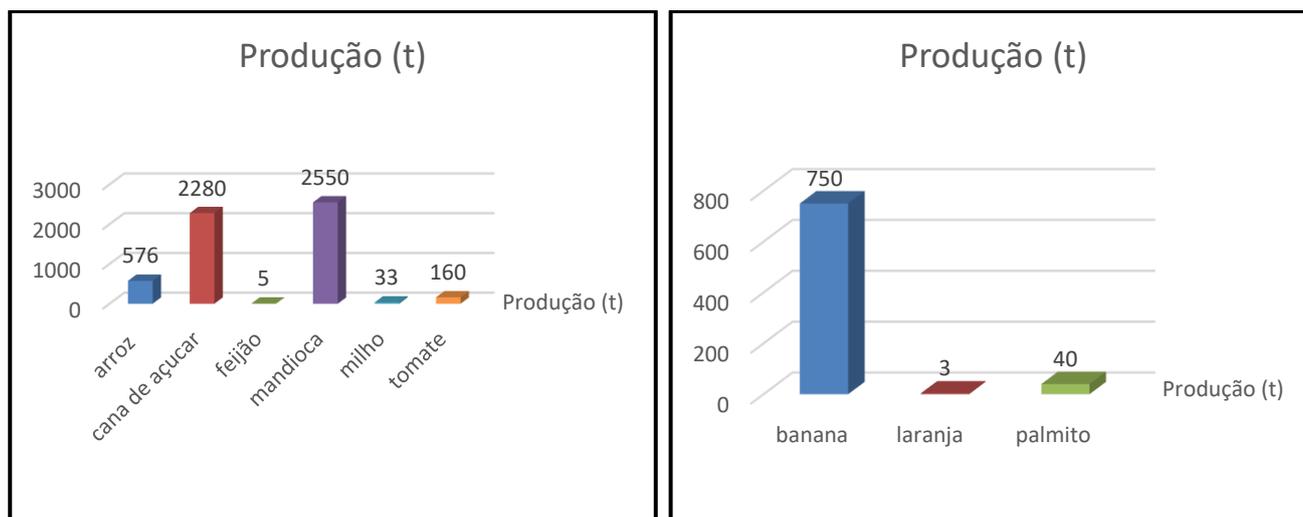
Dos domicílios localizados em vias urbanas públicas, 37,3% apresentam arborização e 29,7% possuem infraestrutura de bueiro, calçada, pavimentação e meio fio (IBGE, 2010).

Em relação ao saneamento básico, dos 40.492 domicílios permanentes, 40.140 possuem esgotamento sanitário por banheiro ou sanitário; 39.537 possuem abastecimento de água por rede canalizada, representando 99,1% e 97,6%, respectivamente. A rede de energia elétrica, apresenta-se em 99,4% dos domicílios de Paranaguá. Quanto ao destino do lixo, 98,6% dos domicílios são atendidos através de coleta (IPARDES, 2018) (Figura 66).



**Figura 66. Presença de equipamentos urbanos nos domicílios recenseados.**

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, o município de Paranaguá cultiva como cultura temporária o arroz, a cana de açúcar, o feijão, a mandioca, o milho e o tomate. Como cultura permanente cultiva a banana, a laranja e o palmito. Sendo que a maior produção entre as culturas temporárias é a da mandioca e a da cana de açúcar. Já em relação a cultura permanente fica em primeira posição a banana e em segundo o palmito, conforme pode ser visto na Figura 67.



**Figura 67. Esquerda: Produção de culturas temporárias no município de Paranaguá. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPARDES (2018); Direita: Produção de culturas temporárias no município de Paranaguá. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPARDES (2018).**

Em relação a pecuária o município de Paranaguá apresenta como produção efetiva rebanhos de bovinos, de equinos, de galináceos e de suínos. Na produção de origem animal apresentam como principais produtos o leite (539 mil litros), o mel de abelha (4.000 kg) e ovos de galinha (70 mil dz). Em extração mineral, extraem areia e rocha para brita (IPARDES, 2018).

A atividade econômica do município está baseada na indústria, que gera um PIB de 2.126.668,30 ao ano, seguido da agropecuária com 9.192,73 reais (IBGE, 2016).

Por fim, destaca-se que o município de Paranaguá tem sua economia norteadada, principalmente, no porto de Paranaguá, que possui elevada importância para a economia do município, bem como para o estado. Além da indústria, agropecuária e turismo.

## 11.2. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ENTORNO DAS ÁREAS DE ESTUDO

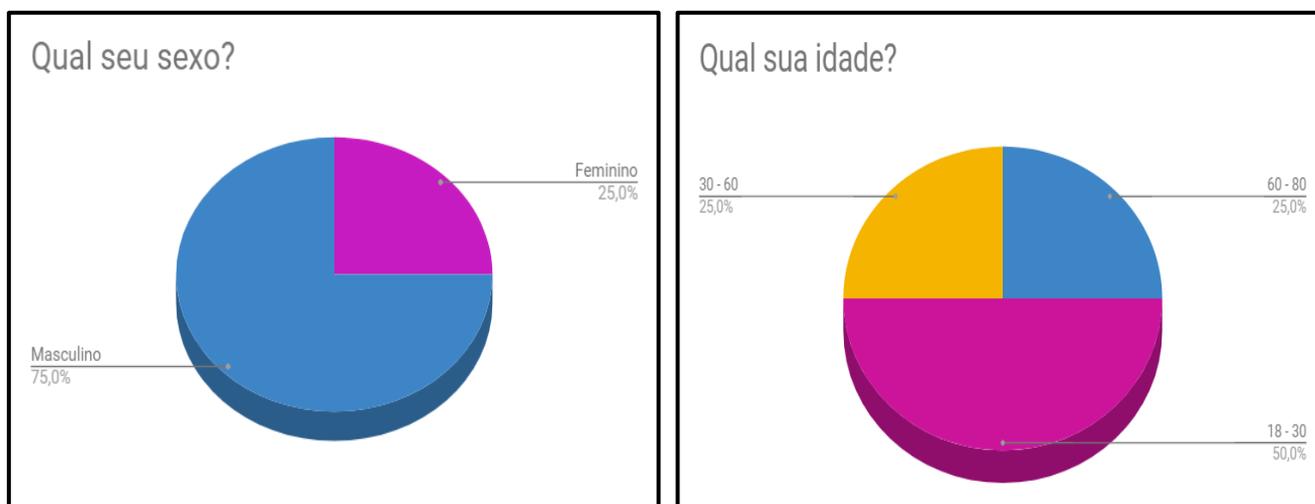
Com o intuito de conhecer e identificar as características socioeconômicas das áreas de estudo, foram obtidos dados em campo através da observação *in loco* e aplicação de questionário. Devido apenas as áreas Gaivotas e Andorinhas apresentarem ocupação em seu interior, o questionário também foi aplicado aos moradores locais e consistiu em identificar as fontes de renda, vínculo empregatício, problemas de saúde relacionados ao meio ambiente, principais atividades produtivas, entre outras questões.

Nas áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto, o entorno imediato corresponde a principal rua de acesso as áreas, conforme pode ser visto na Figura 68.



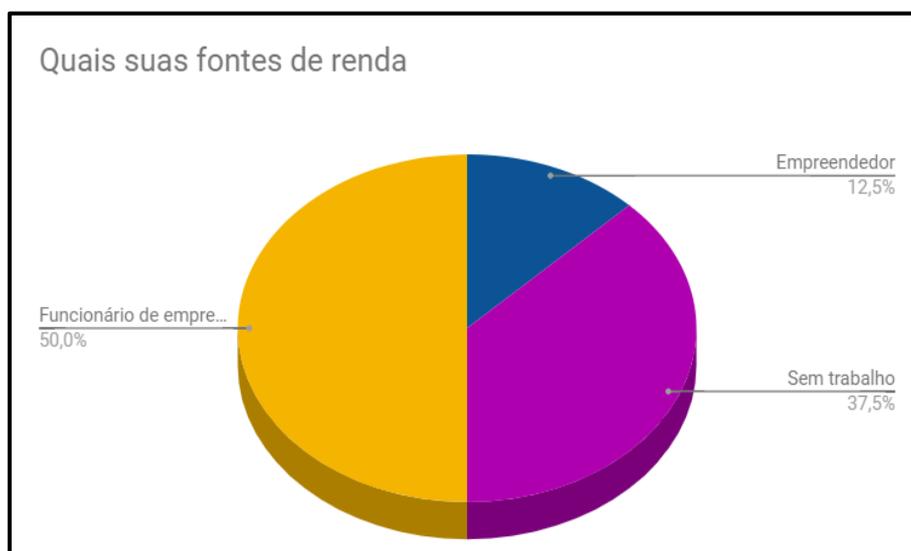
**Figura 68: Localização da zona de pesquisa socioeconômica.**

Ao todo foram pesquisados nove moradores locais. Destes, 25% representantes do sexo feminino e 75% do sexo masculino, com idades entre 18 e 30 anos (50%), 30 e 60 anos (25%) e, entre 60 e 80 anos (25%), conforme pode ser visto na Figura 69.



**Figura 69. Esquerda: Sexo dos entrevistados; Direita: Idade dos entrevistados.**

A fonte de renda dos entrevistados advém do trabalho em empresas privadas ou do trabalho por conta própria (autônomo). Os demais, que corresponde a 37,5% dos respondentes, não possuem fonte de renda (Figura 70).



**Figura 70. Fonte de renda dos entrevistados.**

As áreas de estudo encontram-se a cerca de 10km em linha reta do centro histórico de Paranaguá, sendo que as áreas Gaivotas e Horto situam-se dentro do perímetro rural do município de Paranaguá, apesar de não constituir uma área de cultivo agrossilvipastoril. A área Andorinhas no interior do perímetro urbano.

### 11.2.1. Uso e ocupação da Terra Atual

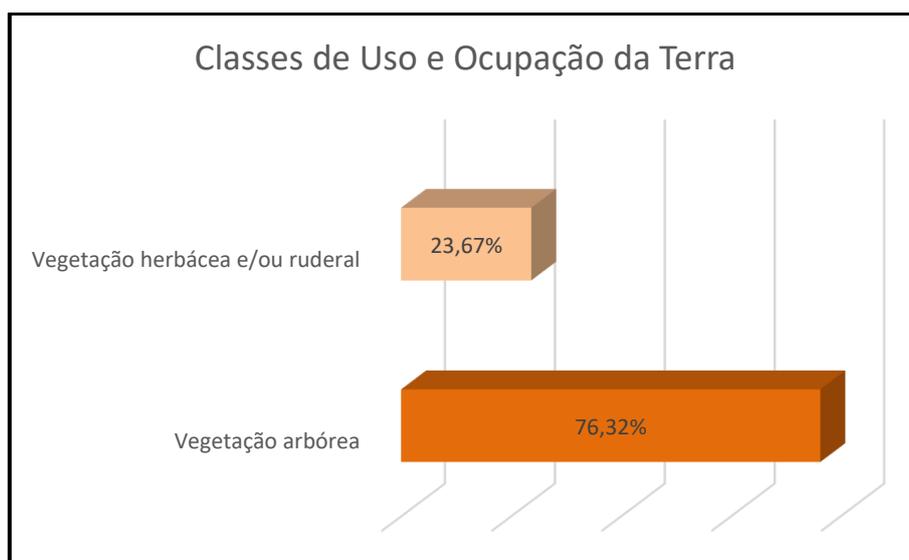
O uso e ocupação atual da zona de pesquisa é representado por áreas com presença de vegetação arbórea, herbácea e/ou ruderal, além de residências que são ocupadas permanentemente ou temporariamente. As residências com ocupação temporária referem-se aquelas que servem como sítios de lazer para o atual proprietário.

Deste modo, para melhor compreensão do espaço ocupado e as formas de uso, foi elaborado um mapa de acordo com a imagem orbital disponibilizada pelo SIG *Google Earth*, datada de 2018. A confecção deste mapa foi realizada através da fotointerpretação monoscópica, ou seja, a leitura e a demarcação dos objetos foram desenvolvidas de forma direta sobre a imagem (Figura 71).

Após esta interpretação, determinou-se a classificação de acordo com os tipos de uso da terra ocorrentes. Assim, foram determinadas as classes que seguem na Tabela 12 e na Figura 72, bem como suas respectivas áreas em hectares e porcentagem representativa.

**Tabela 9. Classes de uso e ocupação da Terra na zona de pesquisa das áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto.**

CLASSE DE USO DA TERRA	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Vegetação arbórea	30,95	76,32
Vegetação herbácea e/ou ruderal	9,60	23,67

**Figura 71. Porcentagem de uso e ocupação da Terra na zona de pesquisa do presente estudo.**



**Figura 72. Classes de Uso e Ocupação da Terra. Fonte: Elaboração própria a partir de softwares de geoprocessamento.**

### 11.2.2. Infraestrutura existente

A infraestrutura existente relaciona-se aos equipamentos urbanos e comunitários existentes nas áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto e seu entorno imediato. De acordo com Oliveira (2010) a análise de tais equipamentos tem como propósito identificar as principais características que podem interferir ou serem influenciadas pela criação das unidades de conservação.

### 11.2.3. Equipamentos urbanos

De acordo com a Lei Federal nº 6766 de 1979, consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado. Dessa forma, segue abaixo uma compilação dos resultados coletados em campo no entorno imediato das áreas destinadas a criação das unidades de conservação.

#### 11.2.4. Rede de esgoto

Conforme vistorias de campo e aplicação de questionário com os moradores locais, foi possível identificar que não existe rede de esgoto implantada nas áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto e seu entorno. Os esgotos sanitário e doméstico são destinados a fossa séptica individual.

#### 11.2.5. Rede d'água

O abastecimento de água ocorre através de poço artesiano, uma vez que não há rede de água. De acordo com os entrevistados a água não é muito boa e serve apenas para tomar banho e para executar serviços domésticos.

#### 11.2.6. Rede de energia elétrica

Na área de pesquisa apenas uma residência não possui rede de energia elétrica, já no restante das residências, conforme afirmaram os moradores há energia elétrica (Figura 73).



Figura 73. A: rede de energia elétrica na rua principal de acesso as áreas de estudo. B: Residência sem rede de energia elétrica.

#### 11.2.7. Coleta de resíduos sólidos

Em relação a coleta de lixo apenas um morador afirmou não ocorrer coleta, os demais afirmaram que há coleta de lixo duas vezes na semana, porém somente na rodovia PR 407.

### 11.2.8. Rede pluvial / Arruamento

Conforme vistoria realizada *in loco* e confirmação dos moradores locais, não há pavimentação na rua e a rede para coleta das águas pluviais se faz por meio de valas. Foram iniciadas algumas atividades para construção da rede de coleta pluvial, entretanto não foi efetivado, conforme pode ser visto na Figura 74.

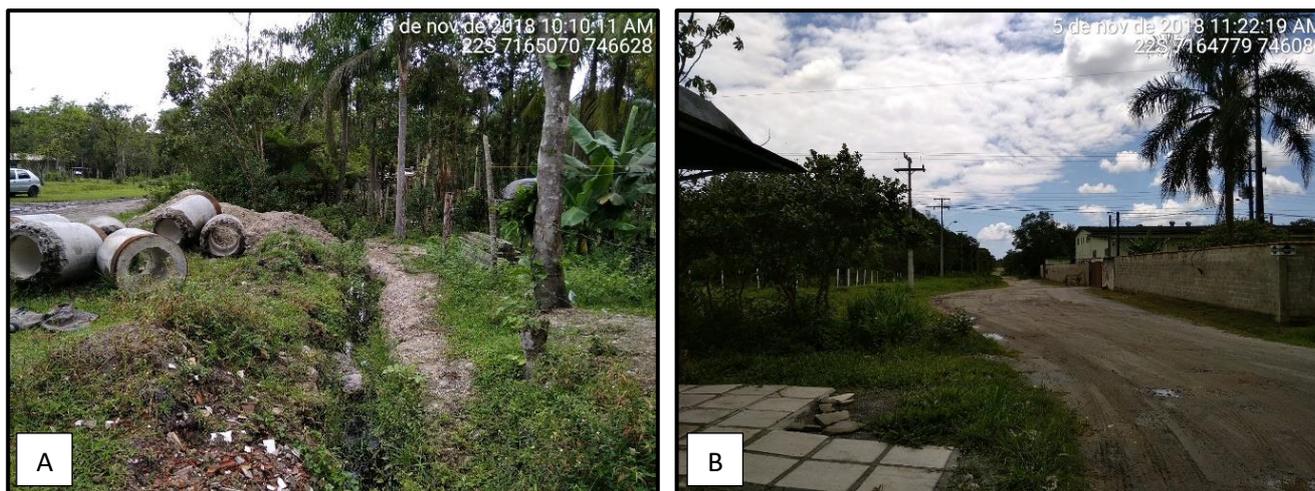


Figura 74. A: vala aberta para escoamento das águas pluviais e anilhas que seriam utilizadas para construção da rede; B: Rua de acesso as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto.

### 11.2.9. Equipamentos comunitários

De acordo com a Lei Federal nº 6.766/1979, consideram-se equipamentos comunitários aqueles destinados ao atendimento das necessidades públicas, como cultura, educação, saúde, lazer e similares.

### 11.2.10. Cultura, educação, saúde, lazer

Na área de pesquisa não existem equipamentos relacionados a cultura, educação, saúde e lazer.

### 11.2.11. Infraestrutura para a Unidade de Conservação – Modalidade de Parque Ambiental

Quando os moradores foram questionados sobre a criação de parques ambientais na localidade, 75% consideraram como positivo e 25% como indiferente. Cabe destacar que nenhum dos moradores posicionou-se contrário a criação de tais unidades de conservação (Figura 75).

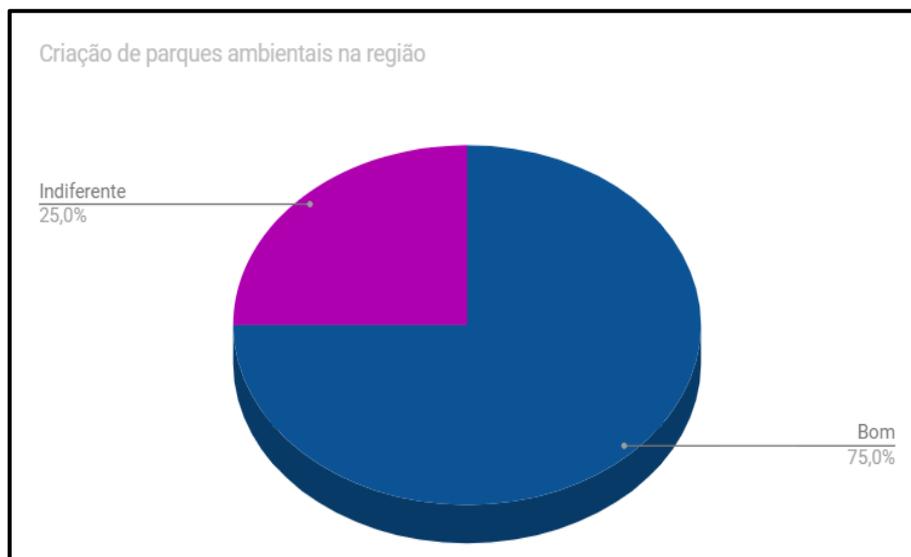


Figura 75. Posição quanto a criação de parques ambientais na região.

Como atividades/infraestrutura a serem desenvolvidas dentro dos parques, os entrevistados sugeriram a construção de trilhas, pistas para caminhadas, escorregador para uso infantil, equipamentos para fazer exercícios e para as crianças.

#### 11.2.12. Impactos sobre as atividades produtivas

De acordo com a pesquisa realizada com os moradores locais e vistorias de campo, entende-se que a implantação de unidades de conservação nas áreas não implicará em impactos sobre as atividades produtivas do município de Paranaguá, uma vez que 100% dos entrevistados afirmarem não cultivar ou produzir algum tipo de cultura no local.

#### 11.2.13. Comparação entre os dados disponibilizados pelo IBGE e coletados em campo

Neste capítulo foram compilados e serão apresentados dados de infraestrutura, ocupação e uso da terra entre o município de Paranaguá e a zona de pesquisa onde se localizam as áreas Andorinhas, Gaivotas e Horto.

Quanto a infraestrutura urbana apresentada pelo IBGE para o município de Paranaguá, 97,6% da população tem acesso a rede de água canalizada, já na área de pesquisa não há rede de água, tão pouco de esgoto. Este fato ocorre devido as áreas estarem localizadas no perímetro rural e/ou serem pouco urbanizadas, sendo que em áreas rurais comumente se utiliza fossa séptica para estes fins, bem como o consumo de água que ocorre por poço artesiano.

Em relação a coleta de lixo, o município de Paranaguá possui 98,6% das residências com presença de coleta. Na zona de pesquisa a coleta ocorre na rodovia que dista cerca de 1km da última residência situada na rua.

A rede de energia chega a 99,4% dos moradores de Paranaguá e na área de estudo apenas uma residência não possui energia elétrica. Destaca-se que esta residência se localiza no interior da área Andorinhas.

De acordo com o mapeamento de uso e ocupação da terra para o município de Paranaguá, na zona de pesquisa ocorrem as seguintes classes: Áreas Abertas com Fragmentos Florestais e Floresta Nativa na Planície Litorânea.

Através do mapeamento monoscópico direcionado para a zona de pesquisa, constatou-se a presença de vegetação arbórea da floresta nativa e vegetação herbácea e/ou ruderal nas proximidades das residências. Além da presença de um pequeno núcleo povoado na extensão da rua principal.

### 11.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas Gaivotas e Horto situam-se no perímetro rural do município de Paranaguá, já a área Andorinha no perímetro urbano. A população residente nos setores censitários em que se localiza a zona de pesquisa é de 717 pessoas, representando 0,51% da população total do município.

De acordo com a pesquisa realizada *in loco* no entorno imediato das áreas destinadas a criação das unidades de conservação, os moradores relataram que não dependem do cultivo de subsistência ou da realização de quaisquer atividades agrícolas ou estrativistas, sendo em sua maioria empregados no comércio ou indústria em outras regiões do município de Paranaguá.

Em relação a infraestrutura existente no local, existem apenas rede de energia elétrica e coleta de lixo semanal. Os demais equipamentos, rede de esgoto, água e drenagem são mantidos pelos próprios moradores e a rua encontra-se com ausência de pavimentação.

Quanto a criação de parques ambientais na localidade, a maioria dos entrevistados apresentaram posicionamento positivo, enquanto os demais, posicionamento indiferente.

## 12. COMPONENTE INDÍGENA

### 12.1. O município de Paranaguá e os povos indígenas

O município de Paranaguá, bem como, todo litoral paranaense, está localizada em uma área de ocupação tradicional de grupos Tupi-Guarani, principalmente da etnia Guarani Mbya. Os Guarani são membros da família linguística Tupi-Guarani, esta, por sua vez, se constitui de quase quarenta línguas, distribuídas

geograficamente por grande parte da América do Sul. De acordo com Mello, a maior parte das línguas guarani se encontra no extremo sul da América do Sul, a saber, “Guarani Mbyá (Paraguai, norte da Argentina e diversos pontos do sul e sudeste do Brasil), Guarani Paraguaio (Paraguai), Kaiowá (Brasil, Paraguai), Nhandéva (Brasil, Paraguai), Xetá (estado do Paraná, Brasil), Guayakí (Paraguai) e Chiriguano (sul da Bolívia, norte da Argentina)” (MELLO 2000:12).

Já no século XVI, quando os portugueses e demais europeus passaram a explorar a costa leste da América do Sul, notou-se que as línguas hoje classificadas no tronco Tupi, além de estreitamente relacionadas, “eram faladas quase que ininterruptamente ao longo de todo o litoral Atlântico, desde a desembocadura do Amazonas e do rio Pará, até o estuário do rio da Prata, cobrindo uma distância de mais de seis mil quilômetros. (BROCHADO 1989:66). Sabe-se através de datações radiocarbônicas (C-14) realizadas em vestígios encontrados em sítios arqueológicos que o estabelecimento de grupos guaranis nos territórios que hoje compõe o Paraná remonta há aproximadamente 2.000 anos.

Os registros arqueológicos demonstram adensamentos populacionais guarani no litoral paranaense e litoral sul de São Paulo anteriores e concomitantes a chegada dos primeiros colonizadores no século XVI. Como destaca Parellada (2009):

*“A fronteira sul dos territórios de grupos Tupi no litoral, no século XVI, deveria estender-se até a baía de Paranaguá, e já na baía de Guaratuba existiam grupos Guarani (Chmyz, 2002). Em Pontal do Paraná já foi caracterizada uma área de ocorrência Tupiguarani e/ ou Neobrasileira (Brochier & Cavalheiro, 2002). Nas camadas superficiais de alguns sambaquis da costa do Paraná ocorre cerâmica Tupiguarani (Chmyz, 1976, 2002), afinal os primeiros colonos vindos de Cananéia ao litoral paranaense, entre 1550 e 1560, encontraram junto à costa várias aldeias de índios Carijó (Santos, 1951). Bigarella (1950/51) cadastrou no norte da baía de Guaratuba os sítios, Tupiguarani, Barra do Fincão e Miringava, além de caracterizar cerâmica desta tradição em camadas superficiais dos sambaquis do Morro do Ricardo, Braço Seco e Rio Laranjeiras. (...) na superfície desses sambaquis ocorre solo preto orgânico, com associação de cerâmica, artefatos líticos e sepultamentos humanos. Chmyz (2002) observa que nos sítios Braço Seco e Barra do Fincão identificou, em pesquisas posteriores, apenas cerâmica Itararé-Taquara. A existência de várias aldeias de índios Guarani, localizadas em território paranaense, são citadas em documentos dos séculos XVI a XIX, como Montoya (1985), Metraux (1948), Nimuendaju (1981) e Meliá et al. (1987). [...] Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e reduções jesuíticas dos séculos XVI e XVII, bem*

*como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, grande parte dos vestígios tem características da tradição Tupiguarani. (PARELLADA 2009:27)."*

A associação entre a presença de grupos Guarani e os sambaquis, evidenciada pela arqueologia, é também parte das narrativas dos Guarani Mbya contemporâneos, em diversas localidades, incluindo o litoral paranaense. De acordo com essas narrativas, trata-se de locais onde os seus antigos realizavam enterramentos, por isso, apresentam-se como indícios do território desta etnia.

A ilha da Cotinga foi primeiro local a ser habitado por europeus no estado do Paraná:

*"A colonização originou-se da imigração de habitantes de São Vicente e de Cananéia que, entre 1550 e 1560, se estabeleceram na ilha da Cotinga, receosos de ataques por parte dos carijós que dominavam o continente. (...). Em 1578, construiu-se a primeira igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A primeira leva de colonizadores sucederam-se outras, que se estenderam por todo o recôncavo, após terem entrado em contato pacífico com os silvícolas (IBGE, Paranaguá s/d, s/p)."*

## **12.2. Os MBYA Guarani em Paranaguá: Terra Indígena Ilha da Cotinga**

A TI ilha da Cotinga (com 1.701,202 ha e perímetro de 41.895,73m) localiza-se na ilha de mesmo nome, na baía de Paranaguá, distante 2,4 km a leste da rua da Praia da cidade de Paranaguá-PR, sendo seu acesso somente possível através da via marítima. As coordenadas UTM do ponto central são 22J 754463X, 7174769Y. A ilha é alongada, no sentido noroeste sudeste, sendo cortada por um pequeno canal que a divide em duas porções, ao norte, a ilha Rasa da Cotinga, e ao sul, mais próxima e visível da cidade de Paranaguá, a ilha da Cotinga.

A primeira tem terreno plano e baixo, com medidas máximas 6,5 km de extensão por 2,1 km de largura, sendo utilizada pelos Mbyá como cemitério. A segunda, conta com 9,7 km de extensão e 1,2 km de largura. Na porção noroeste da ilha destacam-se três morros de base cristalina, com vertentes mais suaves e extensas na face leste, sendo que no mais alto destacam-se afloramentos rochosos que se projetam sobre as águas da baía, em direção ao porto de Paranaguá.

Tais morros e afloramentos rochosos podem ser visualizados no horizonte da cidade de Paranaguá, principalmente a partir da rua da Praia, do Barro Costeira e da ilha dos Valadares. Sobre os aspectos ambientais da ilha, cabe destacar que sua vegetação é da Floresta Pluvial Subtropical Atlântica e do Complexo Estaurino de Paranaguá, apresentando Restingas nas partes mais baixas e úmidas, Floresta nas elevações e manguezais nas regiões inundadas pelas marés.

Os Mbyá Guarani estão agrupados na região centro sul, com 10 famílias, em terras oficialmente homologadas em 16 de maio de 1994. Além dos moradores indígenas, existe um Clube Náutico, pertencente ao late Clube de Paranaguá, que faz divisa com a TI ilha da Cotinga, localizada no local do antigo porto da ilha da Cotinga, de frente para ilha de Valadares.

O acesso a esta terra indígena ocorre exclusivamente através de embarcações que, em geral, utilizam o trapiche instalado na parte central da aldeia. Embora existam a roças e pratiquem atividades de caça e pesca, as principais fontes de renda e subsistência estão relacionadas à confecção e venda de artesanato e à atuação profissional junto aos órgãos de saúde e educação.

A TI ilha da Cotinga é conhecida pelos seus moradores como Tekoa Pindoty. O conceito de Tekoa trata de um espaço físico e social ao mesmo tempo, como destacado por Maria Inês Ladeira (2001:184), teko é referente a "(...) lei, cultura, tradição, comportamento, costumes", sendo que o sufixo -a designa lugar. O tekoa, portanto, seria o lugar "onde existem as condições de exercer o modo de ser Guarani" (idem). A aldeia Mbyá Guarani é, portanto, um espaço de exercício de uma ética que lhes é própria.

A organização social dos Mbyá, tal qual de outros grupos guarani, mantém nas chamadas famílias extensas seu principal elemento de articulação política, econômica e territorial, como destaca Ciccarone, "A família extensa, além de ser a unidade de reprodução do sistema de reciprocidade Mbyá, também é um "grupo de migração" (CICCARONE, 2001:25).

O modo de organização sócio-espacial Mbyá se desdobra via parentesco por extensas áreas não contínuas cujas conexões são permanentemente atualizadas. Deste modo transformações impostas a uma determinada aldeia implicam inevitavelmente em impactos em inúmeras outras aldeias.

Como foi destacado no Estudo de Componente Indígena, da ampliação do Cais Terminal de Contêineres de Paranaguá, a TI Ilha da Cotinga, ou Tekoa Pindoty, "foi originada a partir de um casal Mbya que chegara a Paranaguá para vender artesanato orientados em sonhos e durante a realização de rituais", além disso, foi a partir desse casal, sobretudo, que "se iniciam deslocamentos de famílias Mbya [...] é uma aldeia importante na dinâmica Mbya, na medida que já abrigou famílias de muitos outros tekoa localizados no Brasil, Paraguai e Argentina. (JERIVÁ 2016:189)

### **12.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE POTENCIAIS IMPACTOS E/OU INTERAÇÕES NA TI ILHA DA COTINGA**

A TI vem sendo impactada há muitos anos por diversos empreendimentos portuários, de diversos empreendedores, principalmente a Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina, APPA e o Terminal de

Contêineres de Paranaguá – TCP, assim como empreendimentos e obras associadas e sinérgicas a estes. Seus moradores experimentam rotineiramente o impacto da redução de ambientes naturais, terrestre e marítimo, e do conseqüente crescimento da atividade econômico-portuária, sendo esse o principal problema socioambiental experimentado por estes.

No caso da instauração de Unidades de Conservação municipais com interação com Terras Indígenas, deve-se destacar que aquelas não podem ser constituídas sem a participação plena dos moradores da Terra Indígena afetada. Qualquer tipo de restrição a usos de recursos naturais, aumento do fluxo regional de pesquisadores e turistas, especulações sobre a dimensão da TI, entre outros, são considerados impactos no modo de vida dos moradores que devem ser evitados e nunca efetivados por Unidades de Conservação. Mesmo as notícias sobre a criação de Unidades de Conservação causam impactos de expectativa nas comunidades, transformando-se em um tema dúbio, de afetação positiva ou negativa, de acordo como os diálogos, tratativas e consultas prévias são realizadas.

Os moradores e as Terras Indígenas, protegidas e regulamentadas de acordo com artigo 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, tem direito a terem uma consulta Prévia, Livre e Informada, como resguarda a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. De acordo com o emanado por esse texto, as consultadas devem ser “efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas” (CONVENÇÃO 169 OIT 1989). Deve-se destacar que o Brasil é signatário de tal convenção, sendo posteriormente promulgada através do Decreto de Lei nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Além disso, toda atividade de consulta deve ser acompanhada e aprovada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Com relação as Unidades de Conservação, Parque Municipal das Andorinhas, Parque Municipal das Gaivotas e Horto Florestal, localizadas a aproximadamente 11 quilômetros da TI Ilha da Cotinga, destaca-se que não são identificados, preliminarmente, nenhum tipo de impacto ou correlação com a TI Ilha da Cotinga, mesmo do ponto de vista sinérgico a outras unidades de conservação e/ou empreendimentos.

## **13. COMPONENTE INDÍGENA**

### **13.1. O município de Paranaguá e os povos indígenas**

O município de Paranaguá, bem como, todo litoral paranaense, está localizada em uma área de ocupação tradicional de grupos Tupi-Guarani, principalmente da etnia Guarani Mbya. Os Guarani são membros da família linguística Tupi-Guarani, esta, por sua vez, se constitui de quase quarenta línguas, distribuídas geograficamente por grande parte da América do Sul. De acordo com Mello, a maior parte das línguas guarani

se encontra no extremo sul da América do Sul, a saber, “Guarani Mbyá (Paraguai, norte da Argentina e diversos pontos do sul e sudeste do Brasil), Guarani Paraguaio (Paraguai), Kaiowá (Brasil, Paraguai), Nhandéva (Brasil, Paraguai), Xetá (estado do Paraná, Brasil), Guayakí (Paraguai) e Chiriguano (sul da Bolívia, norte da Argentina)” (MELLO 2000:12).

Já no século XVI, quando os portugueses e demais europeus passaram a explorar a costa leste da América do Sul, notou-se que as línguas hoje classificadas no tronco Tupi, além de estreitamente relacionadas, “eram faladas quase que ininterruptamente ao longo de todo o litoral Atlântico, desde a desembocadura do Amazonas e do rio Pará, até o estuário do rio da Prata, cobrindo uma distância de mais de seis mil quilômetros. (BROCHADO 1989:66). Sabe-se através de datações radiocarbônicas (C-14) realizadas em vestígios encontrados em sítios arqueológicos que o estabelecimento de grupos guaranis nos territórios que hoje compõe o Paraná remonta há aproximadamente 2.000 anos.

Os registros arqueológicos demonstram adensamentos populacionais guarani no litoral paranaense e litoral sul de São Paulo anteriores e concomitantes a chegada dos primeiros colonizadores no século XVI. Como destaca Parellada (2009):

*“A fronteira sul dos territórios de grupos Tupi no litoral, no século XVI, deveria estender-se até a baía de Paranaguá, e já na baía de Guaratuba existiam grupos Guarani (Chmyz, 2002). Em Pontal do Paraná já foi caracterizada uma área de ocorrência Tupiguarani e/ ou Neobrasileira (Brochier & Cavalheiro, 2002). Nas camadas superficiais de alguns sambaquis da costa do Paraná ocorre cerâmica Tupiguarani (Chmyz, 1976, 2002), afinal os primeiros colonos vindos de Cananéia ao litoral paranaense, entre 1550 e 1560, encontraram junto à costa várias aldeias de índios Carijó (Santos, 1951). Bigarella (1950/51) cadastrou no norte da baía de Guaratuba os sítios, Tupiguarani, Barra do Fincão e Miringava, além de caracterizar cerâmica desta tradição em camadas superficiais dos sambaquis do Morro do Ricardo, Braço Seco e Rio Laranjeiras. (...) na superfície desses sambaquis ocorre solo preto orgânico, com associação de cerâmica, artefatos líticos e sepultamentos humanos. Chmyz (2002) observa que nos sítios Braço Seco e Barra do Fincão identificou, em pesquisas posteriores, apenas cerâmica Itararé-Taquara. A existência de várias aldeias de índios Guarani, localizadas em território paranaense, são citadas em documentos dos séculos XVI a XIX, como Montoya (1985), Metraux (1948), Nimuendaju (1981) e Meliá et al. (1987). [...] Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e reduções jesuíticas dos séculos XVI e XVII, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, grande parte dos vestígios tem características da tradição Tupiguarani. (PARELLADA 2009:27).”*

A associação entre a presença de grupos Guarani e os sambaquis, evidenciada pela arqueologia, é também parte das narrativas dos Guarani Mbya contemporâneos, em diversas localidades, incluindo o litoral paranaense. De acordo com essas narrativas, trata-se de locais onde os seus antigos realizavam enterramentos, por isso, apresentam-se como indícios do território desta etnia.

A ilha da Cotinga foi primeiro local a ser habitado por europeus no estado do Paraná:

*“A colonização originou-se da imigração de habitantes de São Vicente e de Cananéia que, entre 1550 e 1560, se estabeleceram na ilha da Cotinga, receosos de ataques por parte dos carijós que dominavam o continente. (...). Em 1578, construiu-se a primeira igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A primeira leva de colonizadores sucederam-se outras, que se estenderam por todo o recôncavo, após terem entrado em contato pacífico com os silvícolas (IBGE, Paranaguá s/d, s/p).”*

### **13.2. Os MBYA Guarani em Paranaguá: Terra Indígena Ilha da Cotinga**

A TI ilha da Cotinga (com 1.701,202 ha e perímetro de 41.895,73m) localiza-se na ilha de mesmo nome, na baía de Paranaguá, distante 2,4 km a leste da rua da Praia da cidade de Paranaguá-PR, sendo seu acesso somente possível através da via marítima. As coordenadas UTM do ponto central são 22J 754463X, 7174769Y. A ilha é alongada, no sentido noroeste sudeste, sendo cortada por um pequeno canal que a divide em duas porções, ao norte, a ilha Rasa da Cotinga, e ao sul, mais próxima e visível da cidade de Paranaguá, a ilha da Cotinga.

A primeira tem terreno plano e baixo, com medidas máximas 6,5 km de extensão por 2,1 km de largura, sendo utilizada pelos Mbyá como cemitério. A segunda, conta com 9,7 km de extensão e 1,2 km de largura. Na porção noroeste da ilha destacam-se três morros de base cristalina, com vertentes mais suaves e extensas na face leste, sendo que no mais alto destacam-se afloramentos rochosos que se projetam sobre as águas da baía, em direção ao porto de Paranaguá.

Tais morros e afloramentos rochosos podem ser visualizados no horizonte da cidade de Paranaguá, principalmente a partir da rua da Praia, do Barro Costeira e da ilha dos Valadares. Sobre os aspectos ambientais da ilha, cabe destacar que sua vegetação é da Floresta Pluvial Subtropical Atlântica e do Complexo Estaurino de Paranaguá, apresentando Restingas nas partes mais baixas e úmidas, Floresta nas elevações e manguezais nas regiões inundadas pelas marés.

Os Mbyá Guarani estão agrupados na região centro sul, com 10 famílias, em terras oficialmente homologadas em 16 de maio de 1994. Além dos moradores indígenas, existe um Clube Náutico, pertencente ao

late Clube de Paranaguá, que faz divisa com a TI ilha da Cotinga, localizada no local do antigo porto da ilha da Cotinga, de frente para ilha de Valadares.

O acesso a esta terra indígena ocorre exclusivamente através de embarcações que, em geral, utilizam o trapiche instalado na parte central da aldeia. Embora existam a roças e pratiquem atividades de caça e pesca, as principais fontes de renda e subsistência estão relacionadas à confecção e venda de artesanato e à atuação profissional junto aos órgãos de saúde e educação.

A TI ilha da Cotinga é conhecida pelos seus moradores como Tekoa Pindoty. O conceito de Tekoa trata de um espaço físico e social ao mesmo tempo, como destacado por Maria Inês Ladeira (2001:184), teko é referente a “(...) lei, cultura, tradição, comportamento, costumes”, sendo que o sufixo -a designa lugar. O tekoa, portanto, seria o lugar “onde existem as condições de exercer o modo de ser Guarani” (idem). A aldeia Mbyá Guarani é, portanto, um espaço de exercício de uma ética que lhes é própria.

A organização social dos Mbyá, tal qual de outros grupos guarani, mantém nas chamadas famílias extensas seu principal elemento de articulação política, econômica e territorial, como destaca Ciccarone, “A família extensa, além de ser a unidade de reprodução do sistema de reciprocidade Mbyá, também é um “grupo de migração” (CICCARONE, 2001:25).

O modo de organização sócio-espacial Mbyá se desdobra via parentesco por extensas áreas não contínuas cujas conexões são permanentemente atualizadas. Deste modo transformações impostas a uma determinada aldeia implicam inevitavelmente em impactos em inúmeras outras aldeias.

Como foi destacado no Estudo de Componente Indígena, da ampliação do Cais Terminal de Contêineres de Paranaguá, a TI Ilha da Cotinga, ou Tekoa Pindoty, “foi originada a partir de um casal Mbya que chegara a Paranaguá para vender artesanato orientados em sonhos e durante a realização de rituais”, além disso, foi a partir desse casal, sobretudo, que “se iniciam deslocamentos de famílias Mbya [...] é uma aldeia importante na dinâmica Mbya, na medida que já abrigou famílias de muitos outros tekoa localizados no Brasil, Paraguai e Argentina. (JERIVÁ 2016:189)

### **13.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE POTENCIAIS IMPACTOS E/OU INTERAÇÕES NA TI ILHA DA COTINGA**

A TI vem sendo impactada há muitos anos por diversos empreendimentos portuários, de diversos empreendedores, principalmente a Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina, APPA e o Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP, assim como empreendimentos e obras associadas e sinérgicas a estes. Seus moradores experimentam rotineiramente o impacto da redução de ambientes naturais, terrestre e marítimo, e

do conseqüente crescimento da atividade econômico-portuária, sendo esse o principal problema socioambiental experimentado por estes.

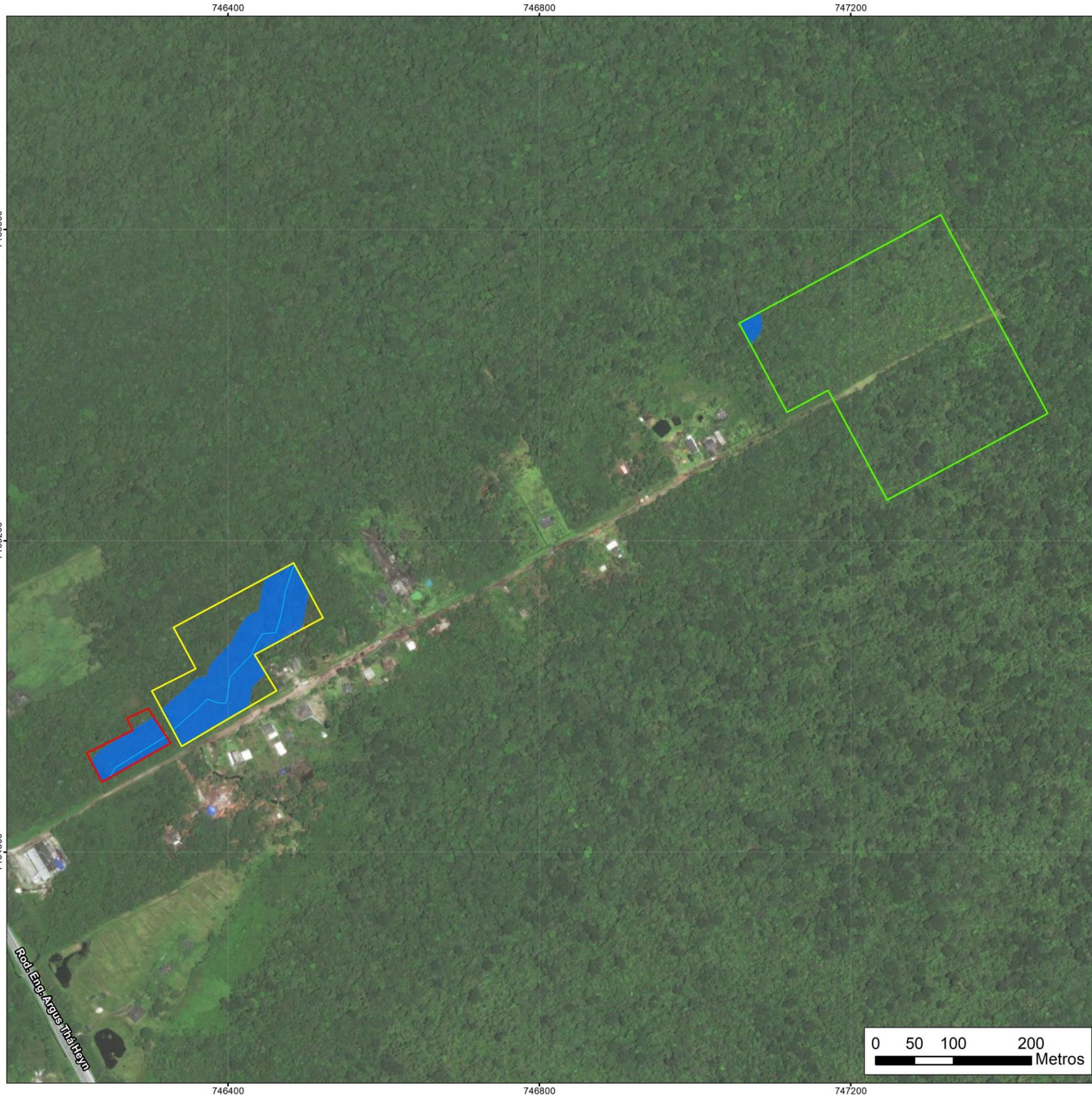
No caso da instauração de Unidades de Conservação municipais com interação com Terras Indígenas, deve-se destacar que aquelas não podem ser constituídas sem a participação plena dos moradores da Terra Indígena afetada. Qualquer tipo de restrição a usos de recursos naturais, aumento do fluxo regional de pesquisadores e turistas, especulações sobre a dimensão da TI, entre outros, são considerados impactos no modo de vida dos moradores que devem ser evitados e nunca efetivados por Unidades de Conservação. Mesmo as notícias sobre a criação de Unidades de Conservação causam impactos de expectativa nas comunidades, transformando-se em um tema dúbio, de afetação positiva ou negativa, de acordo como os diálogos, tratativas e consultas prévias são realizadas.

Os moradores e as Terras Indígenas, protegidas e regulamentadas de acordo com artigo 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, tem direito a terem uma consulta Prévia, Livre e Informada, como resguarda a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. De acordo com o emanado por esse texto, as consultadas devem ser “efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas” (CONVENÇÃO 169 OIT 1989). Deve-se destacar que o Brasil é signatário de tal convenção, sendo posteriormente promulgada através do Decreto de Lei nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Além disso, toda atividade de consulta deve ser acompanhada e aprovada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Com relação as Unidades de Conservação, Parque Municipal das Andorinhas, Parque Municipal das Gaivotas e Horto Florestal, localizadas a aproximadamente 11 quilômetros da TI Ilha da Cotinga, destaca-se que não são identificados, preliminarmente, nenhum tipo de impacto ou correlação com a TI Ilha da Cotinga, mesmo do ponto de vista sinérgico a outras unidades de conservação e/ou empreendimentos.

#### **14. RESTRIÇÕES AMBIENTAIS**

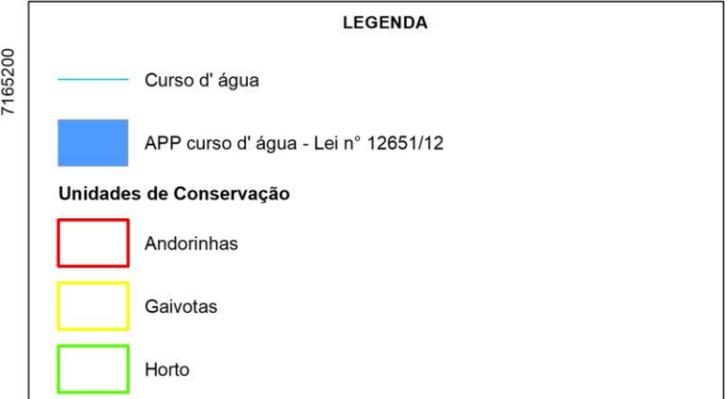
No que tange as restrições ambientais presentes na área Guará, conforme o código florestal brasileiro (Lei 12.651/12), foram identificadas duas tipologias. São elas: em área de manguezal e no entorno de cursos d'água (rio das Pedras e pequenos córregos), conforme ilustra o Mapa de Restrições Ambientais (Mapa 10).



**Legenda**

- Andorinha, Gaiotas e Horta
- Municípios Paraná
- Paranaguá, PR

## MAPA DE RESTRIÇÕES AMBIENTAIS



### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM), ZONA 22S.  
 MERIDIANO CENTRAL= 51° DATUM HORIZONTAL DE REFERÊNCIA:  
 SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000.  
 FONTE: LIMITES ADMINISTRATIVOS IBGE/ESTADO DO PARANÁ/MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

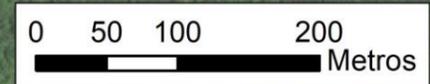
Escala:	Folha:	
1:5.000	A3	

\*Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão

 <b>PROJETO AMBIENTAL</b> Rua Jovino do Rosário, 1392 Boa Vista, Curitiba, PR	RESPONSÁVEL:
	_____ Biólogo José Renato Dombroski

FASE DO DOCUMENTO:	Cartografia:	DATA:
<input type="checkbox"/> DOCUMENTO EM PROJETO <input checked="" type="checkbox"/> DOCUMENTO FINAL	Geóg. Aline Pires Mateus CREA/SC 120723-8 Revisão: 00/2018	10/05/2019

CLIENTE:	ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ANDORINHAS, GAIOTAS E HORTO
P.S.C. EMPREENDIMENTOS LTDA.	



## 15. POTENCIAL PARA VISITAÇÃO

Conforme Roteiro para Criação de Unidades de Conservação (MMA, 2010), para se avaliar o potencial para visitação, deve-se verificar se a área já possui visitação pública ou se tem atributos naturais (cachoeiras, cavernas, rios, lagoas, formações rochosas, sítios arqueológicos etc.) para receber visitantes. No caso das áreas em tela, após realização dos estudos, pode-se concluir que há potencial para visitação, principalmente na área do Horto Municipal. O local abriga uma flora exuberante e bem conservada, contando com indivíduos de grande porte. Cortando a área praticamente ao meio existe uma estrada bem conservada, sendo que, há possibilidade de abertura de novas trilhas em meio a mata para contemplação da natureza. Atualmente o local não recebe visitantes (Figura 76; Figura 77).



Figura 76. Flora exuberante e bem conservada.

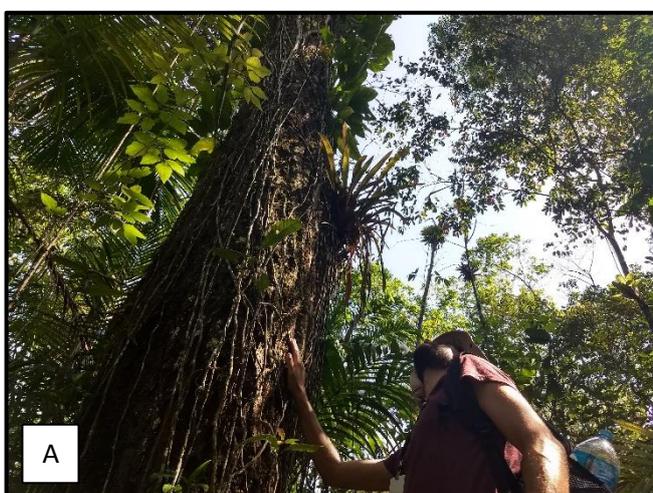


Figura 77. A: Presença de árvores de grande porte; B: Área com possibilidade de abertura de trilhas.

## 16. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONSIDERAÇÕES QUANTO A CATEGORIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

As áreas objeto deste estudo apresentaram uma biodiversidade significativa com a presença de formações florestais importantes para a conservação, tal como a Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas e a Formação Pioneira de influência Marinha - Restinga. Esse é um fator importante na definição da categoria da unidade de conservação. Outro aspecto importante é a presença de uma quantidade expressiva de aves. Foram registradas 122 espécies com potencial para um número ainda maior, o que se deve principalmente ao estado de conservação das áreas. Na perspectiva regional, as áreas estão interligadas a grandes fragmentos de vegetação no entorno que propiciam um fluxo gênico constante, assim com fonte de propágulos.

Outro elemento a ser considerado no enquadramento é a presença de ocupações nas áreas Parque, Gaivotas e Andorinhas. Em análise tanto da documentação fundiária, quanto em vistoria *in loco*, tais ocupações são irregulares, cabendo ao poder público buscar solução para esses conflitos. Cabe destacar também a extração de palmito (*Euterpe edulis*) na área Horto Florestal.

Pode-se concluir, portanto, que as áreas apresentam potencial para visitação e educação ambiental, devendo as mesmas contar com infraestrutura adequada para o uso público.

Portanto para atender a demanda de conservação das áreas, devido a sua importância para a proteção da biodiversidade, e com o intuito de viabilizar o uso público, as mesmas devem ser enquadradas no grupo de proteção integral, na categoria Parque Natural Municipal, conforme definido pela Lei Federal 9958 de 2000 em seu artigo 11:

*“Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.”*

## 17. REFERÊNCIA

APREMAVI. 2009. O Parque Nacional das araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de conservação da Mata Atlântica. Rio do sul: APREMAVI. 72p.: il.; 27 cm.

HEMPEL. 2008, A importância do ICMS ecológico para a sustentabilidade ambiental no Ceará. REDE – Revista Eletrônica do Prodema, Fortaleza, V.2, n.1, p. 97-113.

MMA. 2010. Roteiro para Criação de Unidades de Conservação Municipais. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. 68p.: il.; 26 cm.

MMA. 2010. Mata Atlântica – Patrimônio dos brasileiros. Brasília: MMA. 408 p.: il. Color.; 23 cm. – (Biodiversidade, 34).

PANASOLO, A.; PETERS, L. P.; NUNES, M. S. 2016. Áreas verdes urbanas – à luz da nova legislação florestal: Proteção, intervenção, hipóteses de uso e regularização fundiária. Curitiba: Ambiente Juris. 292p.; 21 cm.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. 2006. Biologia da Conservação. Londrina: E. Rodrigues. Viii, 328p.: il.; 23cm.

### 17.1. Fauna

BANKS-LEITE, C., EWERS, R. M. & METZGER, J. P. Edge effects as the principal cause of area effects on birds in fragmented secondary forest. *Oikos*, 119, 918–926. 2010.

BECKER, M. & DALPONTE, J. C. Rastros de Mamíferos Silvestres Brasileiros. Um Guia de Campo. Ed. Technical Books. 166p. 2013.

BENCKE, G. A. MAURÍCIO, G. N., DEVELEY, P. F. & GOERCK, J. M. (Eds.). Áreas Importantes para a Conservação das aves no Brasil. Parte 1 - Estados do Domínio da Mata Atlântica. São Paulo, Brazil: SAVE Brasil. 494p. 2006.

BERNARD, E. & FENTON, M. B. Bats in a fragmented landscape: Species composition, diversity and habitat interactions in savannas of Santarém, Central Amazonia, Brazil. *Biological Conservation* 134: 332-343. 2007.

BERTOLUCI, J.; RODRIGUES, M. T. Seasonal patterns of breeding activity of Atlantic Rainforest anurans at Boracéia, Southeastern Brazil. *Amphibia-Reptilia*, Leiden, v. 23, p. 161-167, 2002.

BERTOLUCI, J., BRASSALOTI, R. A., RIBEIRO JR., J. W., VILELA, V. M. F. N. & SAWAKUCHI, H. O. Species composition and similarities among anuran assemblages of forest sites in southeastern Brazil. *Sci. agric.* 64(4): 364-374. 2007.

BORGES, P. A. L. & TOMÁS, W. M. Guia de rastros e outros vestígios de mamíferos do Pantanal. Corumbá: Embrapa Pantanal. 2004.

CHEREM, J.J.; SIMÕES-LOPES, P.C.; ALTHOFF, S.; GRAIPEL, M.E. Lista dos mamíferos do estado de Santa Catarina. *Mastozoología Neotropical*, v. 11, n. 2, p. 151-184, 2004.

CHIARELLO, A. G., L. M. S. AGUIAR, R. CERQUEIRA, F. R. MELO, F. H. G. RODRIGUES, and V. M. SILVA. Mamíferos ameaçados de extinção do Brasil; p. 681-702 In A. B. M. Machado, G. M. Drommond, and A. P. Paglia (org.). Livro

Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Belo Horizonte: Ministério do Meio Ambiente – Fundação Biodiversitas. 2008.

CBRO (Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos). Lista das aves do Brasil. Brasília: Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. 2014. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/cbro>>. Acesso em: 22 maio 2014.

CHEREM, J. J. Registros de mamíferos não voadores em estudos de avaliação ambiental no sul do Brasil. *Biotemas*, v.18, n.2, p.169-202, 2005.

CHEREM, J. J.; SIMÕES-LOPES, P. C.; ALTHOFF, S. L. & GRAIPEL, M. E. Lista dos mamíferos do estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Mastozoología Neotropical*, v. 11, n. 2, p. 151-184, 2004.

COSTA, H. C. & BÉRNILS, R. S. (org.). Répteis brasileiros – Lista de espécies. *Herpetologia Brasileira* 3 (3): 74-84. 2014.

CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: áreas of endemisms. *Ornithological Monographs* 36: 49-84. 1985.

DONATELLI, R. J.; COSTA, T. V. V. & FERREIRA, C.D. Dinâmica da avifauna em fragmento de mata na Fazenda Rio Claro, Lençóis Paulista, São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 21:97-114. 2004.

DONATELLI, R. J.; FERREIRA, C. D.; DALBETO, A. C. & POSSO, S. R. Análise comparativa da assembléia de aves em dois remanescentes florestais no interior do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 24:362-375. 2007.

DOTTA, G. & L. M. VERDADE. Trophic categories in a mammal assemblage: diversity in a agricultural landscape. *Biota Neotropica* 7(2): 287-292. 2007.

DUELLMAN, W. E. Distribution Patterns of Amphibians in South America. In: *Patterns of Distribution of Amphibians* (W. E. Duellman, ed.). The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, p. 255-327. 1999.

FENTON, M. B., L. ACHARYA, D. AUDET, M. B. C. HICKEY, C. MERRIMAN, M. K. OBRIST & D. M. SYME. Phyllostomid bats (Chiroptera: Phyllostomidae) as indicators of habitat disruption in the neotropics. *Biotropica*, 24(3): 440-446. 1992.

FERRIER, U. Monitorización de anfibios. *Reptilia*, Barcelona, 33: 63-65. 2002.

FRIGERI, E., CASSANO, C. R. & PARDINI, R. Domestic dog invasion in an agroforestry mosaic in southern Bahia, Brazil. *Tropical Conservation Science*. Vol.7 (3):508-528. Available online: [www.tropicalconservationscience.org](http://www.tropicalconservationscience.org). 2014.

- GIMENES, M. R. & ANJOS, L. Efeitos da fragmentação florestal sobre a comunidade de aves. *Acta Scientiarum. Biological Sciences*. Maringá, v. 25, No. 2, p. 391-402, 2003.
- GOERCK, J. M. Patterns of rarity in the birds of the Atlantic forest of Brazil. *Conservation Biology*, 11:112-118. 1997
- GONÇALVES, E. & GREGORIN, R. 2004. Quirópteros da Estação Ecológica da Serra das Araras, Mato Grosso, com o primeiro registro de *Artibeus gnomus* e *A. anderseni* para o cerrado. *Lundiana* 5(2):143-149.
- HADDAD, C. F. B., TOLEDO, L. F., & PRADO, C. P. A. Anfíbios da Mata Atlântica: guia dos anfíbios anuros da Mata Atlântica. Editora Neotropica, São Paulo. 2008.
- HEYER, W. R., A. S. RAND, C. A. G. CRUZ & O. L. PEIXOTO. Decimations, extinctions, and colonizations of frog populations in southeast Brazil and their evolutionary implications. *Biotropica* 20: 230-235. 1988.
- IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). 2014. Instrução Normativa nº 3 de 27 de maio de 2014. Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. IBAMA, Brasília. 2014.
- IUCN (World Conservation Union). 2012 IUCN red list of threatened species. Disponível em <http://www.redlist.org> (acessado em novembro de 2014). 2012.
- LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento. Contexto Acadêmica, São Paulo, 176p. 2002.
- LOISELLE, B. A., & J. G. BLAKE. 1992. Population variation in a tropical bird community: implications for conservation. *BioScience* 42: 838-845. 1992.
- MARINI, M. A. & F. I. GARCIA. Conservação de aves no Brasil. *Megadiversidade*, 1: 95-102. 2005.
- MESTRE, L. A. M. Dieta de aves insetívoras terrestres e a disponibilidade de presas em fragmentos florestais Amazônicos. Dissertação de mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. 2002.
- MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (Ed.). Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2004. 764 p.
- MITTERMEIER, R. A., MYERS, N., THOMSEN, J. B., da FONSECA, G. A. B. and OLIVIERI, S. Biodiversity hotspots and major tropical wilderness areas: Approaches to setting conservation priorities. *Conservation Biology* 12: 516–520. 1998.
- MYERS, N., R.A. MITTERMEIER, C.G. MITTERMEIER, G.A.B. FONSECA & J. KENT. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403: 853-858. 2000.

- OLMOS, F. Aves ameaçadas, prioridades e políticas de conservação no Brasil. *Natureza & Conservação*, 3 (1): 21-42. 2005.
- PACHECO, J. F. & L. P. GONZAGA . Tiranídeos do estado do Rio de Janeiro provenientes de regiões austrais da América do Sul. *Notulas Faunísticas* 63:1-4. 1994.
- PAGLIA, A. P., FONSECA, G. A. B. da, RYLANDS, A. B., HERRMANN, G., AGUIAR, L. M. S., CHIARELLO, A. G., LEITE, Y. L. R., COSTA, L. P., SICILIANO, S., KIERULFF, M. C. M., MENDES, S. L., TAVARES, V. da C., MITTERMEIER, R. A. & PATTON J. L. Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals. 2ª Edição / 2nd Edition. *Occasional Papers in Conservation Biology*, No. 6. Conservation International, Arlington, VA. 76pp. 2012.
- PARDINI, R., SOUZA, S. M., BRAGA-NETTO, R. & METZGER, J. P. The role of forest structure, fragment size and corridors in maintaining small mammal abundance and diversity in a tropical forest landscape. *Biol. Conserv.* 124:253-266. 2005.
- PASSOS, F.C. & GRACIOLLI, G. 2004. Observações ações da dieta de *Artibeus lituratus* (Olfers) (Chiroptera, Phyllostomidae) em duas áreas do sul do Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 21:487-489.
- PETERS F. B.; ROTH, P. R. O.; MACHADO, L. F.; COELHO, E. L.; JUNG, D. M. H.; CHRISTOFF, A. U. Assembléia de mamíferos dos agroecossistemas constituintes da bacia hidrográfica do rio da Várzea, Rio Grande do Sul. *Biotemas*, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 91-107, 2010.
- POULSEN, B. O. Movements of single birds and mixed-species flocks between isolated fragments of cloud forest in Ecuador. *Studies on Neotropical Fauna and Environment* 29(3):149-160. 1994.
- REIS, N. R., A. L. PERACCHI, M. N. FREGONEZI & B. K. ROSSANEIS. 2011. *Mamíferos do Brasil*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Technical Books Editora. 2011.
- SCHERER, J. F. M.; SCHERER, A. L.; PETRY, M. V. Estrutura trófica e ocupação de hábitat da avifauna de um parque urbano em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Biotemas*, 23(1):169-180. 2010.
- SEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente)- PARANÁ. Decreto No 11797, de 22 de novembro de 2018. Reconhece e atualiza a Lista de Espécies de Aves pertencentes à Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná e dá outras providências, atendendo o Decreto Nº 3.148, de 2004. Secretaria do Estado do Paraná, 2018.
- SILVANO, D.L. & PIMENTA, B.V.S. 2003. Diversidade de anfíbios na Mata Atlântica do Sul da Bahia. In *Corredor de Biodiversidade na Mata Atlântica do Sul da Bahia* (P.I. Prado, E. C. Landau, R. T. Moura, L. P. S. Pinto, G. A. B. Fonseca & K. Alger, orgs.). CD-ROM, Ilhéus, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2003.

- TEIXEIRA, M. B., A. B. COURA NETO, U. PASTORE & A. L. R. RANGEL FILHO. 1986. Vegetação. In: Levantamento de recursos naturais. IBGE, Rio de Janeiro, v. 33, p. 541-632.
- TOLEDO, L. F., ZINA, J. & HADAD, C. F. B. Distribuição Espacial e Temporal de uma Comunidade de anfíbios Anuros do Município de Rio Claro, São Paulo, Brasil. *Holos Environment*. 3 (2): 136-149. 2003.
- SEGALLA, M. V.; CARAMASCHI, U.; CRUZ, C. A. G.; GARCIA, P. C. A.; GRANT, T.; HADDAD, C. F. B & LANGONE, J. 2014. Brazilian amphibians – List of species. Accessible at <http://www.sbherpetologia.org.br>. Sociedade Brasileira de Herpetologia. Captured on 10 november 2014.
- SICK, H. 1997. *Ornitologia brasileira*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1997.
- SILVANO, D.L. & SEGALLA, M.V. Conservação de anfíbios no Brasil. *Megadiversidade* 1(1): 79-86. 2005.
- SOUSA, M. A. N. & GONÇALVES, M. F. Mastofauna terrestre de algumas áreas sobre a influencia da Linha de Transmissão (LT) 230 KV PE/PB, circuito 3. *Rev. Bio. Ciên. Ter.* 4(2):1-14. 2004.
- STOTZ, D.F, FITZPATRICK, J.W., PARKER, T.A. III. & MOSKOVITS, D.K. *Neotropical birds: ecology and conservation*. University of Chicago Press, Chicago. 1996.
- VELOSO, H. P., OLIVEIRA FILHO, L. C., VAZ, A. M. S. F., LIMA, M. P. M., MARQUETE, R. & BRAZÃO, J. E. M. (orgs.). *Manual técnico da vegetação brasileira*. IBGE, Rio de Janeiro, v.1. 1992.
- VIEIRA, E. M.; G. IOB; D. C. BRIANI & A. R. T. PALMA. Microhabitat selection and daily movements of two rodents (*Necomys lasiurus* and *Oryzomys scotti*) in Brazilian Cerrado, as revealed by a spool-and-line device. *Mammalian Biology* 70 (6): 359-365. 2005.
- WELLS, K. D. The social behaviour of anuran amphibians. *Animal Behaviour* 25: 666-693. 1977.
- WILLIS, E. O. The composition of avian communities in remanescent woodlots in southern Brazil. *Papéis Avulsos de Zoologia*, 33:1-25. 1979.
- WILLIS, E. O. & ONIKI, Y. Bird conservation in open vegetation of São Paulo State, Brazil. In *Ecology and conservation of grassland birds* (P.D. Goriup, ed.). ICBP Technical Publication, Cambridge, p. 67-70. 1988.
- WILSON, D. E. & REEDER, D. M. (editors). *Mammal Species of the World. A Taxonomic and Geographic Reference* (3rd ed), Johns Hopkins University Press, 2,142 pp. (Available from Johns Hopkins University Press, 1-800-537-5487 or (410) 516-6900, or at <http://www.press.jhu.edu>). 2005.
- YOUNG, B. E., LIPS, K. R., REASER, J. K., IBANEZ, R., SALAS, A. W., CEDENO, J. R., COLOMA, L. A., RON, S., LA MARCA, E., MEYER, J. R., MUNOZ, A., BOOLANOS, F., CHAVES, G. & ROMO, D. Population declines and priorities for amphibian conservation in Latin America. *Conservation Biology*, 15: 1213-1223. 2001.

ZINA, J., J. ENNSER, S. C. P. PINHEIRO, C. F. B. HADDAD & L. F. TOLEDO. Taxocenose de anuros de uma mata semidecídua do interior do Estado de São Paulo e comparações com outras taxocenoses do Estado, sudeste do Brasil. *Biota Neotropica* 7(2): 49-58. 2007.

### 17.2. Flora

ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP (A.P.G.). (2016). An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. *Bot. J. Linnean Soc.* 141: 399-436.

FILGUEIRAS, T.S; NOGUEIRA, P.E; BROCHADO, A.L. & G.F. GUALA II (1994). Caminhamento: um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. *Cadernos de Geociências* 12: 39-43.

IBGE. 2012. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Série Manuais Técnicos em Geociências 1, 2ª edição revista e ampliada. IBGE, Rio de Janeiro.

MAACK, Reinhard. 1968. O estado do Paraná. Editora Max Roesner: Curitiba (PR).

VELOSO, H.P.; RANGEL-FILHO, A.R. & J.C.A. LIMA (1991). Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE.

SCHÄFFER, W.B.; PROCHNOW, M.O. Mata Atlântica: informações gerais. In: SCHÄFFER, W.B.; PROCHNOW, M.O. A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília: APREMAVI, 2002, p.12-21.

RODERJAN, C.V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; & HATSCHBACK, G. 2002. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná. *Ciência e Ambiente* 24: 75-92.

TABARELLI, M.; PINTO, L.P.; SILVA, J.MC.; HIROTA, M.M. & BEDÊ, L.C. 2005. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. *Megadiversidade* 1(1): 132-138.

VELOSO, H.P. & GÓES-FILHO, L. 1982. Classificação fisionômico-ecológica da vegetação neotropical. *Bol. Téc. Proj. Radambrasil* v.7.

ENGEMIN. 2004. Estudo de Impacto Ambiental das obras de ampliação e modernização da estrutura portuária da administração dos portos de Paranaguá e Antonina. Volume II: 157-161.

### 17.3. Meio Físico

AGUASPARANA – Instituto das Águas do Paraná. **Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea**. Diagnóstico do Uso e Ocupação do Solo. Rev. 00. 2017. 31p.

- ANGULO R.J. 1992a. **Ambientes de sedimentação da planície costeira com cordões litorâneos no Estado do Paraná.** *Bol. Par. Geoc.* Curitiba, 40:69-114.
- ANGULO R.J. 1992b. **Geologia da Planície Costeira do Estado do Paraná.** Inst. de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de Doutorado, 334 p.
- BIGARELLA J.J. 1965. **Sand-ridge structures from Paraná coastal plain.** *Marine Geology*, Amsterdam, 3:269-278.
- BIGARELLA J.J.; BECKER R.D.; MATOS D.J. de; WERNER A. (Ed.) 1978. **A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná. Um problema de segurança ambiental e nacional.** Curitiba, Gov. Par./SEPL/ADEA, 249 p.
- EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental – ENGEMIN. **Obras de Ampliação e Modernização da Estrutura Portuária.** 2004.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 3ed. 2013. 342p.
- EMBRAPA. **Mapa de Solos do Estado do Paraná.** 2008.
- ITCG - Instituto, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapas de Geologia; Geomorfologia. **Dados e informações geoespaciais temáticos.** 2008.
- INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. 2018. **Estação Meteorológica de Paranaguá.** Dados. 2013 a 2018.
- MAACK R. 1968. **Geografia física do Estado do Paraná.** Curitiba, Banco BADEP, UFPR, IBPT. 350 p.
- MINERAIS DO PARANÁ S. A. **Mapa geológico do Estado do Paraná.** Curitiba: MINEROPAR/DNPM, 1989.
- MINEROPAR – MINERAIS DO PARANÁ S.A. 1989. **Mapa geológico do Estado do Paraná.** Brasília. Dep. Nac. Prod.Min. (DNPM). Escala 1:650.000.
- MUEHE. D. **Erosão e progradação no litoral brasileiro /** Dieter Muehe, organizador. – Brasília: MMA, 2006.
- PARANA. **MAPA GEOLÓGICO DO PARANÁ.** 2002.
- PARANA. **MAPA GEOLÓGICO DO PARANÁ.** 2006.
- SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Bacias Hidrográficas do Paraná.** 2ed. 2013.
- SEZERINO, F. de Souza. **As problemáticas e os desafios da gestão das unidades de conservação: estudo de caso na floresta estadual do palmito no litoral do Paraná.** TCC. Universidade Federal do Paraná. 2013. 105 p.

TESSLER M.G. & SUGUIO K. 1987. **Características sedimentológicas da Formação Cananéia** (Pleistoceno superior) na área Paranaguá-Antonina (Estado do Paraná, Brasil). *Assoc. Bras. Est. Quat.*, São Paulo, Publ. Avulsa n. 2, p.43-54.

ZEE/PR – **Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná – Litoral**. Curitiba. 2016. 360p.

#### 17.4. Meio sócioeconômico

BRASIL. LEI N.º 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979. Dispõe sobre o **parcelamento do solo urbano e dá outras providências**.

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ. 1999. **Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Município de Paranaguá, PR**.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos do IBGE para o ano de 2010**. Dados do Universo.

INEP. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2017.

PARANAGUA (PR). Prefeitura. 2018. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/historia>. Acesso em: dez de 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**. 2018.

OLIVEIRA, J. C. C. & BARBOSA J. H. C. Roteiro para Criação de Unidades de Conservação Municipais, desenvolvido pela Secretária de Biodiversidade e Florestas. 2010.

#### 17.5. Componente indígena

BROCHADO, J. P. **A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policromica amazônica** *Dédalo* 27:65-82, São Paulo, 1989.

CICCARONE, C. 2001. **Drama e Sensibilidade. Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani**, Tese de Doutorado. PUCSP: São Paulo.

LADEIRA, M. 2001. **Espaço Geográfico Guarani Mbya: significado, constituição e uso**. Tese de Doutorado. FFLCH/ USP: São Paulo.

MELLO, Antônio Augusto Souza. **Estudo Histórico da Família Lingüística Tupi-Guarani: Aspectos Fonológicos e Lexicais**. Florianópolis. Departamento de Lingüística e Língua Vernácula do Instituto de Comunicação e Expressão - UFSC (Tese de Doutorado).

NIMUENDAJU, C. U. [1914] 1987. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani**. São Paulo: Hucitec – Edusp.

PARELLADA, Claudia Inês. 2009. **Relatório final do projeto de caracterização do patrimônio arqueológico da fazenda Polparaná-guaçu Baía de Paranaguá-municípios de Pontal do Paraná e Paranaguá – Paraná**. Curitiba.

IBGE. **Paranaguá**. S/d. s/p. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/paranagua.pdf> consultado em 15/04/2016

JERIVÁ SOCIOAMBIENTAL. 2016. **Estudo de Impacto Ambiental – Componente Indígena (EIA-CI). Terra Indígena Ilha da Cotinha/ Paranaguá - PR e Terra Indígena Sambaqui/Pontal do Paraná - PR**. Empreendimento: Ampliação do Cais do Terminal de Contêineres de Paranaguá -TCP. Paranaguá, 2016.

## 18. ANEXOS

### 18.1. PLANILHA DE DADOS BRUTOS DE CAMPO DO LEVANTAMENTO FITOSSOCIOLÓGICO

Parcela	Número	Nome Científico	CAP	Ht	Hc	Fuste
1	1	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	37	7	0	1
1	2	<i>Myrcia cf. hebetala</i>	39	15	0	1
1	3	<i>Protium kleinii</i>	158	24	15	1
1	4	<i>Geonoma schottiana</i>	14	2	0	1
1	5	<i>Garcinia gardneriana</i>	20	5	0	1
1	6	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	48	12	0	1
1	7	<i>Andira fraxinifolia (araribá)</i>	142	24	15	1
1	8	<i>Aniba firmula</i>	27	8	0	1
1	9	<i>Euterpe edulis</i>	14	2	0	1
1	10	<i>Geonoma schottiana</i>	14	2	0	1
1	11	<i>(Spiroteca harmingi)</i>	180	30	18	1
1	12	<i>Miconia sp. (petrofila)</i>	14	5	0	1
1	13	<i>Protium kleinii</i>	160	28	20	1
1	14	<i>Garcinia gardneriana</i>	41	10	0	1
1	15	<i>Pourouma sp. (gelol)</i>	19	5	0	1
1	16	<i>Pourouma sp. (gelol)</i>	180	30	25	1
1	17	<i>Pourouma sp. (gelol)</i>	195	31	25	1
1	18	<i>Nectandra membranacea</i>	95	20	16	1
2	1	<i>Schefflera morototoni</i>	23	7	0	1
2	2	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	33	9	0	1
2	3	<i>Calyptanthes eugeniopsoides</i>	24	6	0	1



Parcela	Número	Nome Científico	CAP	Ht	Hc	Fuste
2	4	<i>Garcinia gardneriana</i>	20	5	0	1
2	5	<i>Nectandra grandiflora</i>	18	4	0	1
2	6	<i>(aioeia saligna)</i>	33	9	0	1
2	7	<i>Tapirira guianensis</i>	115	23	15	1
2	8	<i>Pera glabrata</i>	55	15	0	1
2	9	<i>Citharexylum solanaceum</i>	45	16	0	1
2	10	<i>Nectandra opositifolia</i>	33	11	0	1
2	11	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	41	12	0	1
2	12	<i>Garcinia gardneriana</i>	21	6	0	1
2	13	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	18	4	0	1
2	14	<i>Endlicheria paniculata</i>	21	7	0	1
2	15	<i>Tapirira guianensis</i>	36	13	0	1
2	16	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	26	7	0	1
2	17	<i>Pouteria beaurepaireana</i>	22	6	0	1
2	18	<i>Euterpe edulis</i>	18	3	0	1
2	19	<i>Nectandra grandiflora</i>	16	7	0	1
2	20	<i>Guarea macrophylla</i>	14	5	0	1
2	21	<i>Nectandra opositifolia</i>	57	15	0	1
2	22	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	48	11	0	1
2	23	<i>Amaioua guianensis</i>	26	10	0	1
2	24	<i>Laplacea ternstroemia</i>	76	16	0	1
2	25	<i>Garcinia gardneriana</i>	19	4	0	1
2	26	<i>Annona neosericea</i>	22	7	0	1
2	27	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	28	9	0	1
2	28	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	25	6	0	1
2	29	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	62	15	0	1
2	30	<i>Ocotea pulchella</i>	18	5	0	1
2	31	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	25	7	0	1
2	31	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	23	6	0	2
2	31	<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	30	5	0	3
2	32	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	65	13	0	1
2	33	<i>Nectandra opositifolia</i>	59	16	0	1
2	34	<i>Hyeronima alchorneoides</i>	14	5	0	1
2	35	<i>Tapirira guianensis</i>	21	9	0	1
2	36	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	135	26	20	1
2	37	<i>Myrcia sp. foto nervura coletora saliente</i>	19	5	0	1
2	37	<i>Myrcia sp. foto nervura coletora saliente</i>	13	4	2	1
2	38	<i>Pera glabrata</i>	28	9	0	1
2	38	<i>Pera glabrata</i>	54	9	2	1
2	39	<i>Nectandra grandiflora</i>	21	7	0	1
2	40	<i>Laplacea ternstroemia</i>	39	8	0	1
2	41	<i>Schefflera morototoni</i>	25	6	0	1



Parcela	Número	Nome Científico	CAP	Ht	Hc	Fuste
2	42	<i>Rubiacea citronela folha cartacea foto</i>	16	5	0	1
3	1	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	235	26	21	1
3	2	<i>Euterpe edulis</i>	19	3	0	1
3	3	<i>Geonoma schottiana</i>	13	2	0	1
3	4	<i>Pera glabrata</i>	16	5	0	1
3	5	<i>Myrsine loefgrenii</i>	25	7	0	1
3	6	<i>Myrcia sp. foto nervura coletora saliente</i>	15	7	0	1
3	7	<i>Andira fraxinifolia</i>	21	7	0	1
3	8	<i>Myrcia sp. foto nervura coletora saliente</i>	23	6	0	1
3	9	<i>Ilex dumosa</i>	26	7	0	1
3	10	<i>Calyptranthes eugeniopsoides</i>	15	6	0	1
3	11	<i>Geonoma schottiana</i>	13	3	0	1
3	12	<i>Aniba firmula</i>	26	6	0	1
3	13	<i>Xylopia brasiliensis</i>	18	7	0	1
3	14	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	24	5	0	1
3	15	<i>Nectandra opositifolia</i>	30	10	0	1
3	16	<i>Tapirira guianensis</i>	222	30	20	1
3	17	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	270	30	24	1
3	18	<i>Pera glabrata</i>	22	5	0	1
3	19	<i>Garcinia gardneriana</i>	26	7	0	1
3	20	<i>Endlicheria paniculata</i>	22	7	0	1
3	21	<i>Garcinia gardneriana</i>	18	5	0	1
4	1	<i>Euterpe edulis</i>	21	4	0	1
4	2	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	257	29	25	1
4	3	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	55	6	0	1
4	4	<i>Morta</i>	86	7	0	1
4	5	<i>Myrsine loefgrenii</i>	23	6	0	1
4	6	<i>Ternstroemia brasiliensis</i>	74	18	7	1
4	7	<i>Ternstroemia brasiliensis</i>	82	17	10	1
4	8	<i>Tapirira guianensis</i>	76	13	0	1
4	9	<i>Euterpe edulis</i>	16	2	0	1
4	10	<i>Euterpe edulis</i>	20	2	0	1
4	11	<i>Maytenus robusta</i>	27	8	0	1
4	12	<i>Myrcia sp. foto nervura coletora saliente</i>	25	7	0	1
4	13	<i>Coussapoa microcarpa</i>	78	20	7	1
4	13	<i>Coussapoa microcarpa</i>	64	15	0	2
4	13	<i>Coussapoa microcarpa</i>	87	13	6	3
4	14	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	58	7	0	1
4	15	<i>Piptocarpha tomentosa</i>	14	6	0	1



## 18.2. ART'S